

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

SALVADOR DAS MULHERES

CONDIÇÃO FEMININA E COTIDIANO POPULAR NA *BELLE ÉPOQUE* IMPERFEITA

Alberto Heráclito Ferreira Filho



SALVADOR-BAHIA, 1994

Universidade Federal da Bahia - UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Esta obra foi digitalizada no
Centro de Digitalização (CEDIG) do
Programa de Pós-graduação em História da UFBA

Coordenação Geral: Carlos Eugênio Líbano Soares

Coordenação Técnica: Luis Borges



VIRTUTE SPIRITUS

2006

Contatos: lab@ufba.br / poshistro@ufba.br

Alberto Heráclito Ferreira Filho

SALVADOR DAS MULHERES

CONDIÇÃO FEMININA E COTIDIANO POPULAR NA BELLE ÉPOQUE IMPERFEITA

Dissertação apresentada ao Mestrado de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, sob orientação do Prof. Luis R. B. Mott.

SALVADOR-BAHIA, 1994

Para os professores João José Reis, Luis R. B. Mott e Yara Dulce B. de Athayde, pelas apaixonantes lições de pesquisa histórica.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	4
AGRADECIMENTOS	5
INTRODUÇÃO	9

PARTE I

TRABALHO FEMININO NO ESPAÇO URBANO

CAPÍTULO 1 - QUEM PARIU MATEUS QUE BALANCE	19
CAPÍTULO 2 - TRABALHO FEMININO NO ESPAÇO URBANO	30
2.1. Artesanato doméstico	33
2.2. O Pequeno comércio fixo e ambulante	37
2.3. Os Serviços domésticos	45
2.3.1. As “Criadas de dentro de casa”	47
2.3.2. As Amas-de-leite	52
2.3.3. As Prestadoras de serviços domésticos	54

PARTE II

AS MULHERES NA CIDADE REPUBLICANA

CAPÍTULO 3 - DOMESTICAR AS MULHERES	64
3.1. Mulheres na rua	64
3.1.1. O Feminismo das baianas	75
3.2. Mulheres da rua	78
3.2.1. A Contenção do meretrício	89
CAPÍTULO 4 - DESAFRICANIZAR AS RUAS	98
4.1. Mulheres e cultura popular	98
4.2. Mulheres e pretos no comércio de alimentos	108

PARTE III

VIVÊNCIAS SEXO-AFETIVAS E OS LIMITES DA MATERNIDADE

CAPÍTULO 5 - VIVÊNCIAS SEXO-AFETIVAS	120
5.1. Os Motivos do coração	120
5.2. As Defloradas	126
5.3. A Guerra dos sexos	149
CAPÍTULO 6 - MÃES DESNATURADAS	159
6.1. Abortos	161
6.2. Abandono de crianças	164
6.3. Subcultura feminina x saber médico	184
CONCLUSÃO	199
ANEXOS	201
FONTES E REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	213

ABREVIATURAS

AHPMS - Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Salvador

APEBa - Arquivo Público do Estado da Bahia

ACPCOSJ - Arquivo da Casa Pio e Colégio de Órfãos de São Joaquim

AMMS - Arquivo do Memorial de Medicina de Salvador

ASCMB - Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia

IFBa - Instituto Feminino da Bahia

IGHBa - Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um esforço coletivo de vários colegas, alunos, estagiários e amigos. Mesmo não podendo citá-los todos, queremos agradecer especialmente a Lourdes Novato, que com a sua inteligência prática e aguda sensibilidade, à frente da Delegacia de Mulheres de Vitória da Conquista, ajudou-nos a reler as “questões femininas” por um a ótica que foge àquele discurso que reduz as mulheres a meras vítimas, habilitando-as como sujeitos históricos reais.

A professora Nancy Sento Sé de Assis leu e releu os originais, organizou notas e bibliografia e, mais que qualquer outro, estimulou-nos nos momentos em que o desânimo nos tentava a desistir. Nessa perspectiva, também somos gratos a Bruno Ferreira e à Professora Walmyra Albuquerque que nos dedicaram horas e horas do seu tempo.

As irmãs Alfano forneceram-nos especializada assessoria. Inês ajudou na tradução dos textos em inglês; Márcia confeccionou tabelas e foi responsável pela organização de toda a informação estatística e Marta, com seu olhar psicológico, fez-nos ver nuances sutis dos fatos analisados.

Eduardo Gusmão Quadros foi um pesquisador inteligente e atento, assumindo a responsabilidade com os processos-crime e parte do material da Santa Casa de Misericórdia. Graça Santos, Marizete Andrade, Carlos Zacarias, Márcio Arjones e Aldrin Castelucci também foram extremamente competentes no trabalho de coletas de fontes.

Neuza Esteves, do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, além da importante ajuda prestada, relativa à documentação sobre a Roda dos Expostos, indicou-nos outras fontes e nos brindou com sua valiosa amizade. Vilma, do Memorial de Medicina, e Dona Maria, do Instituto Geográfico e Histórico, também mostraram-se sensíveis e receptivas. Neste panteão de mulheres responsáveis pelos arquivos baianos, também gostaríamos de agradecer à Professora Ana Amélia Nascimento que nos deu acesso aos processos-crime guardados no APEBa, mesmo estando os mesmos em fase de catalogação. A Professora Nélia de Santana do AHPMS, ajudou-nos a procurar fontes e contribuiu significativamente com as suas leituras deste trabalho.

Raul Pinheiro de Oliveira, além de inteligentes críticas, deu-nos apoio fundamental ao revisar todo o texto, ajudando-nos a trilhar os sinuosos caminhos da língua portuguesa.

A Professora Hildegardes Vianna concedeu-nos entrevista e, mais que isso, encantou-nos com a sua valiosa obra sobre folclore e cultura popular. O seu trabalho é leitura obrigatória a todos aqueles que se interessam pela história de fatos e personagens que, até bem pouco tempo, não mereciam atenção dos historiadores.

Por último, queríamos agradecer ao CAPES, pela concessão de uma bolsa de estudos que em muito nos auxiliou durante alguns meses de trabalho.

INTRODUÇÃO

Este trabalho examina a condição feminina na cidade de Salvador durante o primeiro período republicano do Brasil. A complexidade do tema, haja vista as relações estritas que guardam as questões de gênero com outras estratificações sociais, levou-nos a circunscrever o objeto da pesquisa às mulheres das camadas populares.

Mesmo que a compreensão do fenômeno só se faça possível através da análise comparada da problemática nos diversos segmentos sociais, não dispensamos às mulheres das classes alta e média atenção maior que a proposta: comparar suas vivências com as das mulheres dos segmentos populares. Aliás, as mulheres da elite, nesse trabalho, encarnam mais os modelos ideais de comportamento feminino, veiculados pelas novas leituras do seu papel na família, que a vivência histórica real.

Nosso interesse pelo tema nasceu das leituras que fizemos – ainda enquanto estudante do curso de graduação – da obra de Thales de Azevedo. Nas fecundas análises desenvolvidas por esse autor sobre a sociedade baiana, o papel das mulheres sempre aparece de forma destacada, sendo analisado na complexa articulação entre as questões de classe, prestígio e cor que dinamizam a vida social. O sentido geral das análises de Azevedo, contudo, fez com que, muitas vezes, as indagações ou mesmo as interessantes hipóteses levantadas pelo autor, ficassem em aberto, uma vez que a investigação aprofundada das mesmas fugia ao objetivo geral das obras onde elas estavam expostas.

Por outro lado, as pesquisas sobre a escravidão urbana, que começaram a aparecer na década de 1970, trouxeram novas leituras sobre a inserção de escravas e forras no mercado de trabalho. Desenvolvendo múltiplas atividades, elas delinearam em grande parte a feição do comércio urbano e foram agenciadoras capitais de diversas atividades profissionais nas cidades. No tocante a Salvador, os estudos de Kátia Mattoso e Maria Inês Cortes de Oliveira demonstram tal situação, além de evidenciar como coube às mulheres pretas, no contexto das cidades, um papel significativo no processo de “invenção da liberdade” empreendido pelos segmentos explorados da sociedade escravista¹.

A situação de classe, aliada a uma impunidade masculina legitimada pela ordem patriarcal, contribuiu para que, independente da questão de cor, brancas e pardas pobres assumissem importantes funções na luta pela sobrevivência, uma vez que a instabilidade das relações conjugais entre os populares geralmente reservava às mulheres o papel de núcleo estável nas organizações familiares e a consequente responsabilidade pela criação dos filhos.

Os estudos de Donald Pierson e Ruth Landes sobre a situação dos negros na Bahia, realizados na década de 1930, vieram demonstrar que tal realidade, fruto da sociedade senhorial-escravista, ainda encontrava-se confortavelmente instalada na República. O olhar desses autores demorou-se sobre o papel das mulheres, pela sua importância nas estratégias de sobrevivência que a “tradicional” e “costumeira” sociedade baiana ainda preservava, mesmo depois de findada a escravidão. O fenômeno delineava-se tão nitidamente aos olhos de Ruth Landes – já sintonizada com a sociedade burguesa industrial –, que a autora batizou de **A Cidade das Mulheres** o

minucioso estudo etnográfico que empreendeu sobre a religiosidade negra na Salvador republicana².

Certamente esse apego ao passado, mantido pela antiga e outrora opulenta cidade da Bahia, foi consequência da “meridionalização da economia” brasileira, uma vez que, desde a segunda metade do século 18 – período que teve como marco a mudança da capital para o Rio de Janeiro –, a Bahia foi sendo progressivamente relegada a um plano secundário no processo econômico do país³.

O fenômeno, batizado pelos estudiosos do século 19 de o “enigma baiano”, explicava-se pela fidelidade dos setores fundamentais da economia do estado, às atividades agro-exportadoras. Sem fazer a sua “revolução industrial”, a nobre cidade do São Salvador foi superada pela industrialização em rápida escala do Centro-Sul, mesmo sendo a Bahia o maior pólo industrial do Brasil no período de 1860 a 1890. Isto deveu-se ao fato de que todo o seu capital estava à mercê da oscilante conjuntura do comércio agrícola internacional⁴.

Deixando de dinamizar sua organização produtiva, a Bahia passou a contar com um mercado de trabalho extremamente restrito, o que contribuiu para que as alternativas de sobrevivência em Salvador continuassem a reproduzir aquelas viabilizadas pela ordem escravista. Isto com o agravante de se contar com um fraco poder de consumo, fruto do baixo poder de compra da população.

Este panorama sócio-econômico dificultava a entrada efetiva de Salvador na nova ordem republicana. O regime que garantia a livre expressão política para os cidadãos letrados, exigia novas concepções do espaço público e uma reorganização das sociabilidades, com vistas a salvaguardar a saúde física e moral da população.

Epidemias, vírus, micróbios e outros inimigos invisíveis tinham como habitat ideal o traçado urbanístico colonial, com as suas ruas estreitas, seus casarões mal ventilados, falta de esgotamento sanitário, dentre outros problemas ligados à higiene pública, ainda tão presentes no Brasil em seus primeiros anos de República. A necessidade de superar esses obstáculos fizeram dos médicos – principalmente o higienista e o sanitarista – as autoridades mais importantes da República dos letrados. Na cruzada contra as epidemias e endemias, a medicina torna-se cônica da importância da sua missão para o progresso social⁵.

Em razão do destacado papel que desempenharam as elites letradas no gerenciamento da vida pública, a família patriarcal passa a ser contundentemente depreciada e novas imagens de pais e mães de família aliados aos médicos nos cuidados para a saúde dos filhos, passaram a ser valorizados. É nesse contexto que à senhora e à moça de família serão delegadas novas funções sociais. A saúde da prole, a instrução formal dos filhos, o orçamento doméstico, o controle moral das famílias, passavam a ser funções femininas, exigindo das mulheres uma presença social mais ativa. O comportamento das mães começou a ser visto como algo profundamente importante para o desenvolvimento físico-moral dos filhos, futuros cidadãos de uma pátria ainda por construir⁶.

A permanência de uma mentalidade senhorial-escravista em Salvador dificultava a internalização dos novos padrões de conduta coletiva, afinados com a civilização e o progresso, que desde meados do século 19 eram propagandeados por médicos, juristas, literatos, jornalistas e demais setores intelectualizados da população. Ao mesmo tempo, a remodelação urbana da antiga capital da Bahia, com vistas a

adequá-la ao modelo higiênico em voga, era um esforço que exigia investimentos vultosos de capital. Todos esses obstáculos deram ao projeto de modernização da sociedade baiana um caráter particular.

A industrialização aumentou, numa velocidade vertiginosa, a densidade populacional do Rio de Janeiro e São Paulo, ocasionando com isto problemas próprios da ordem industrial, como a superpopulação dos cortiços, a presença ameaçadora dos imigrantes, índices assustadores de vadiagem e violência urbana, consolidação e organização política do operariado, etc., problemas que cabia ao projeto “civilista” das reformas urbanas também combater. Ao perigo físico das doenças juntava-se a ameaça de desintegração social, fazendo com que as intervenções higiênicas assumissem, muitas vezes, uma conotação explicitamente ideológica e moral.

Já a Bahia, mergulhada num isolamento secular, terá como maior inimigo do seu projeto de higienização e modernização a persistência do passado. Se Pereira Passos, no Rio, tentava curar as feridas do progresso, J.J. Seabra, na Bahia, lutava contra as “chagas do passado colonial” que, resistentes, expunham o atraso social baiano⁷.

A decadência baiana expressava-se através dos fantasmas da escravidão que, por toda a parte, assombravam as mentes sintonizadas com o progresso e a civilização. Aos sombrios e decadentes casarões, às ruas estreitas e insalubres, à ameaça de epidemias e endemias, acrescentava-se a predominante tez escura da população, os costumes africanizados, largamente difundidos, a licenciosidade das mulheres pobres, a omissão dos homens frente à criação dos filhos. Higienizar o espaço público era tarefa que exigia novos padrões de sociabilidade, com vistas a uma reorganização radical da família, do trabalho e dos costumes.

Neste modelo de cidade disciplinar, abraçado com força por J.J. Seabra em seu primeiro mandato (1912-1916) e que teve grande expressão no governo de Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928), as tradicionais formas de inserção das mulheres no espaço urbano viriam a ser questionadas e revistas. Só com a domesticação das mulheres no modelo nuclear de família é que as intenções últimas das reformas poderiam efetivar-se. Este projeto de sociedade, além de entrar em confronto com a mentalidade senhorial-escravista, chocava-se com concepções correntes acerca das relações sexo-afetivas, com a compreensão da maternidade e com outros valores, normas e instituições típicos da cultura popular.

Nosso objetivo no presente trabalho é evidenciar tais contradições, produzidas a partir do confronto entre os vários padrões de sociabilidade postos em circulação na sociedade e a ideologia higiênica das elites letradas. Por outro lado, tentaremos compreender como a falta de um desenvolvimento industrial veio a propiciar uma convivência negociada entre tradição e modernização. Adiantamos que, muitas vezes, a velha Salvador mostrou-se insensível ao ideal de progresso e civilização republicanos, deixando patente a artificialidade da noção de uma cidade(...)

Para melhor abordarmos as questões delineadas, dividiremos esta dissertação em três partes. Na Parte I discutiremos criação de filhos e trabalho feminino, nos quadros da Primeira República. Na Parte II procuraremos analisar os novos modelos de mulher, postos em circulação no espaço público. A afirmação de padrões de conduta feminina, em consonância com os papéis de moça ou senhora de família, se construiu sobre uma forte estigmatização de prostitutas, pretas e trabalhadoras, traçando-se uma nitida linha demarcatória entre a civilização e a barbárie.

A Parte III trará da vivência sexo-afetiva das classes populares e dos limites impostos por este mundo à consolidação do ideal de mulher “pura e recatada”, esteio, enquanto esposa e mãe, da família nuclear.

Ao privilegiarmos o conflito dos vários projetos de sociedade evidenciados na Primeira República, os comportamentos coletivos serão lidos enquanto projetos políticos. As atitudes femininas serão compreendidas enquanto uma “teia de significação”, na expressão de Glifford Gertz⁸, na qual as relações de gênero estão sendo continuamente reelaboradas de acordo com as variadas situações e hierarquias sociais. Desta forma as mulheres não serão vistas como vítimas passivas da dominação machista, mas como sujeitos políticos agindo de acordo com os impasses que lhes foram postos, e assim enquanto elementos ativos na negação/afirmação de uma condição feminina. Para tanto, nos propusemos a ouvir as mulheres sempre que possível, na tentativa de compreender a lógica e o significado próprios das suas visões de mundo. Nesta tarefa tiveram grande importância as entrevistas realizadas com sábias e lúcidas mulheres, tais como D. Leonor Santos dos Prazeres, Alice Dias de Abreu, Idalina Maria da Conceição, que, do alto dos seus mais de 90 anos, muitos nos ensinaram.

Por outro lado, estendemos o leque de fontes na perspectiva de perceber a compreensão do fenômeno pelos diversos segmentos e instituições. Jornais, processos-crime de defloramento, infanticídio e lenocínio, documentação de casas de amparo à criança como a Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim e a Santa Casa de Misericórdia, relatórios dos Governos Estaduais e Municipais, atas do Conselho da Câmara, mensagens governamentais, ocorrências policiais, teses médicas, anotações de

folcloristas, fotografias, forneceu-nos um quadro mais amplo da questão. Quantificamos tais informações sempre que possível, para que tivéssemos perfis mais gerais da problemática estudada. Tais dados ajudou-nos na abordagem qualitativa que caracteriza o corpo do trabalho.

A preocupação de perguntar mais que responder, de demonstrar as contradições mais que produzir versões pasteurizadas e mutilantes do real, conduziram-nos à adoção de um método de investigação denominado por E.P. Thompson de “lógica histórica”. Seguindo os seus pressupostos, buscamos construir um discurso histórico no qual conceito e evidência estabelecem um diálogo permanente, uma vez que não visamos ressuscitar o passado, mas demonstrá-lo através das perguntas que fazemos⁹.

NOTAS

- ¹ Estamos nos referindo especialmente aos trabalhos de Káia Mattoso *A Bahia no século XIX. Uma província no Império* Rio de Janeiro, 1992 e Maria Inês Cortes de Oliveira *O Libertos: seu mundo e os outros. Salvador-Bahia 1779-1845*. São Paulo, 1989. A expressão "invenção da liberdade" é uma referência explícita à coletânea de igual nome organizada por João Reis. São Paulo, 1988.
- ² Donald Pierson *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo, 1971; Ruth Landes. *A Cidade das mulheres* Rio de Janeiro, 1967.
- ³ Antônio Risério. "A Bahia com H" in: Reis, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, 1988, pp. 145 e 146.
- ⁴ Mário Augusto Silva Santos. *Sobrevivência e tensões sociais* São Paulo, 1982, pp. 33 e 34. Sobre a industrialização baiana no século 19, consultar também, José Luís Pamponet Sampaio. *Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira*. Dissertação apresentada ao mestrado de Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 1975 (mimeo).
- ⁵ Sobre a importância do higienista e sanitarista ver: Liliam Moritz Schwarz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)* São Paulo, 1993, especialmente p. 202.
- ⁶ Sílvia Alvim Alexim Nunes. *A Medicina social e a questão feminina* Rio de Janeiro, 1991.
- ⁷ A frase "etapas do passado colonial" é de J.J. Seabra em seu discurso de posse no Governo do Estado da Bahia no ano de 1912. IGHBa. *Mensagens do Governo*, ano 1912, p. 18.
- ⁸ Clifford Geertz. *The Interpretation of Culture - selected essays* New York, 1973, p.05.
- ⁹ E.P. Thompson. *A Miséria da teoria ou o planetário de erros de Althusser: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, 1981. Sobre lógica histórica ver especialmente pp. 47 a 62.

PARTE I

TRABALHO FEMININO NO ESPAÇO URBANO

CAPÍTULO I

QUEM PARIU MATHEUS QUE BALANCE

Na última década do século passado, Lindman fotografou a Misericórdia no seu ritmo cotidiano. A estreita rua, vincada pelos trilhos do bonde, exibia, no primeiro plano da foto, a Igreja e a Santa Casa como destaque do seu conjunto arquitetônico. Pelas calçadas ou dirigindo-se a elas, homens de tez clara, vestindo paletó de linho engomado, chapéu e bengala transitavam. Na rua, um animal de carga parado em frente a um prédio e uma carroça tomando a direção da praça municipal misturavam-se com duas mulheres que, equilibrando fardos à cabeça, caminhavam em sentidos opostos. Dentre elas, uma preta alta e esguia seguia em direção à Sé; vestia saia florada e além do fardo à cabeça trazia uma criança amarradas às costas. A desenvoltura dos passos, os braços soltos ao longo do corpo denunciavam a extrema naturalidade da forma de carregar filhos pequenos, que, pela sua recorrência, não atraía o olhar dos transeuntes. A foto nos revela significados inerentes à ocupação do espaço urbano no período. Calçadas para aqueles que faziam da rua um lugar de passagem; o leito da rua para aqueles que, com mais intimidade, apropriavam-se dela como espaço de vida e sobrevivência.

A foto nos demonstra a imbrincada relação entre classe, cor e gênero na Bahia oitocentista. Se a “mulher branca de categoria”¹, no século 19, estava constantemente enclausurada em casarões sombrios, vigiada por parentes ou acompanhada de serviçais, poucas foram as mulheres das classes populares que

contaram com um marido ou companheiro que provesse todo o sustento do lar, desobrigando-as assim das atividades de ganho. Ajudando no orçamento doméstico ou mesmo mantendo-o efetivamente, muitas mulheres pobres tiveram de conciliar trabalho e criação de filhos².

No pequeno comércio de rua, ambulante ou sedentário, ou indo e vindo no desempenho dos mais variados serviços domésticos, elas serão personagens constantes no cenário urbano de Salvador³. Ao longo do século 19, os visitantes estrangeiros irão anotar em seus cadernos de viagem ou mesmo retratar em gravuras e fotos a constância do fenômeno. Wetherel, na década de 50, descreveu a maneira “pitoresca” das mães trabalhadoras carregarem os “pobres pequenos infelizes”, ou seja: atados às costas. Thérèse de Baviera, em 188, registrou o costume num típico cartão postal dos trópicos: filhos às costas e um imenso cesto de frutas à cabeça. Em grupo Dugrivel as encontrou em 1843, “seminuas”, sentadas num canto de rua amamentando seus filhos “completamente nus”. Naquele mundo onde Avé-Lallement percebeu que “tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro”⁴, as mães trabalhadoras constituíam um contingente tão expressivo que Kátia Mattoso as resgatou como uma “população diligente e ativa, que percorria as ruas de Salvador freqüentemente acompanhada de filharada barulhenta e alegre(...)”⁵.

As razões que atribuíam às mulheres pobres a responsabilidade quase que exclusiva para com a prole têm as suas origens nas instituições e dinâmica escravistas. O preceito forense segundo o qual “o parto segue o ventre” fazia do filho da escrava um bem do seu senhor, não importando a paternidade do mesmo. Aliás, quando a criança escrava era levada à pia batismal só lhe era conferido o nome da mãe, fato que

se não delegava confirmava que no universo da reprodução escrava somente a mulher era responsabilizada pelos cuidados com a sobrevivência da prole, fazendo da presença masculina um elemento episódico⁶. A tais questões virá juntar-se a própria inserção da escrava ou liberta no mundo do trabalho urbano⁷. As ocupações a elas destinadas cobriam um leque variado de serviços domésticos e de pequenas atividades comerciais, a ponto de Vilhena descrever as feiras livres como lugares “onde se juntam muitas negras a vender tudo o que trazem”⁸. Na rua ou no trabalho doméstico, mesmo como libertas, essas mulheres não deixavam de estar “exposta(s) a relações fortuitas e a gestações tendentes a lhe(s) conferir prole numerosa quase sempre não reconhecida pelos pais”⁹.

Em 1949, o antropólogo Thales de Azevedo comungando com as reflexões de J. Melville Herskovits afirmava que entre a “gente de cor” da Bahia a mãe era a única responsável pelos filhos, visto que a viuvez ou a falta do companheiro não desobrigava a mulher da criação dos mesmos¹⁰. A hipótese, ainda que passível de contemporizações, não pode ser de todo descartada. Mesmo faltando estudos sobre o assunto no tocante à República Velha, há evidências significativas sobre a procedência da afirmação de Azevedo. Por exemplo: a recusa sistemática dos homens em batizarem seus filhos naturais com o seu nome, temendo responsabilidades futuras, era costume não só entre as elites mas em toda a população¹¹. Aliás, em 1903 o Dr. Alfredo Cordeiro Fonseca de Medeiros, em sua tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina, debitava à falta de uma política mais incisiva quanto à investigação de paternidade a causa dos constantes e “preocupantes” casos de infanticídios que tinham lugar em Salvador. Dr. Medeiros não achava lógico que

“numa falta cometida por duas pessoas não se mostre a lei igual para ambas, deixando livre de obrigação a mais forte”¹². Os protesto do Dr. Medeiros não tiveram eco. Assim nos demonstra o exíguo número de processos de investigação de paternidade constante do APEBa, no tocante à Primeira República. Mesmo levando em consideração a possibilidade de extravio de tais peças documentais, todos os autos encontrados envolvem partilhas de bens, sendo os possíveis pais donos de fortunas consideráveis. Se à época da escravidão havia um postulado jurídico que impedia a declaração da filiação paterna dos pequenos cativos, certamente que na República eram os costumes quem legitimava a impunidade masculina.

Tendo que contar com a própria sorte, podemos afirmar que a abolição da escravatura e o advento da República poucas mudanças trouxeram para a vida das mulheres pobres baianas até a década de 1940. As ocupações a elas destinadas eram em muito semelhantes às das escravas e forras, visto que a divisão do trabalho ainda excluía, no ano de 1920, 83,9% das mulheres do mercado formal de trabalho, espremendo-as, nos dados estatísticos, nas profissões “domésticas” ou “mal definidas”, como nas “não declaradas ou sem profissão”. Aliás, 49% da população maior de 21 anos estava presente nessas categorias do censo, donde 86% eram mulheres¹³. Nos anos 40, 61,37% delas em idade superior a 20 anos permaneciam civilmente “solteiras”¹⁴. O estrangulado mercado de trabalho baiano e a força da tradição não brindaram essas mulheres com maridos que provessem o sustento do lar. Ao contrário, em debandada os homens parecem fugir no período de 1872 a 1940, num verdadeiro êxodo, em busca de melhores chances profissionais em outras regiões¹⁵. Em 1924, numa significativa amostra de 3.091 crianças lactentes ou em idade pré-escolar

matriculadas nos órgãos de assistência à infância pobre da Inspetoria de Higiene Infantil da capital baiana, 54,28% eram ilegítimas. Do total geral dos matriculados, 31,28% tinham pais desempregados ou ausentes. As mães economicamente ativas perfaziam um total de 94,17%. Tal dado nos demonstra que em plena República o parto ainda continuava seguindo o ventre¹⁶.

Como podemos perceber, o modelo burguês de família – que começa a se instituir entre as elites no Brasil no século 19 –, onde às mulheres era delegado o mundo do lar e ao homem o sustento da prole, não teve muita força nas camadas populares, sendo continuamente reelaborado no dia-a-dia das famílias. A participação das mulheres em “sua quase totalidade” em atividades econômicas, propiciavam-lhes “uma certa autonomia financeira em face a maridos e companheiros que muitas vezes mal contribuem para o sustento das famílias”¹⁷.

A relação conjugal, geralmente não legitimada pelo casamento civil, expressava-se como “contrato consensual” de ajuda mútua entre os parceiros, como observou Sidney Challoub no tocante às classes populares cariocas da *Belle Époque* e Maria Inês Cortes Oliveira em seu trabalho sobre libertos baianos no século 19¹⁸. Essa simetria, propiciada pela autonomia financeira das mulheres, volta e meia questionava, no grupo familiar, a autoridade masculina, profundamente marcada pelos estereótipos da ideologia patriarcal dominante¹⁹. Era, portanto, sobre bases frágeis que se assentava a relação conjugal, sendo esta, continuamente ameaçada pela disputa da liderança do grupo familiar, pela já citada vulnerabilidade dos homens no interior da relação. Os conflitos daí derivados colocavam a possibilidade de rompimento do pacto conjugal, mesmo se tratando de relações sedimentadas por longos anos de convivência. Os

jornais da época, preocupados com a “anomia moral”, que segundo as elites letradas republicanas, caracterizava o comportamento popular, não deixaram de estar atentos a tais episódios. Vejamos alguns exemplos:

Canuta Maria de Jesus, em 1922, separou-se de Paschoal José Possidônio, com quem vivia há mais de trinta anos, por não concordar com o namoro da filha com um rapaz com o qual não simpatizava. Como Paschoal resolveu “fechar os olhos” para o fato, não atendendo aos reclames da companheira, Canuta abandonou o lar e, resoluta, procurou a polícia para administrar a partilha dos bens²⁰. O ativo comportamento de Canuta e a omissão de Paschoal não estavam em consonância com a cartilha moral dominante no tocante aos papéis e funções de gênero no interior das famílias. Com um tom jocoso o jornal comentou a “braveza” de Canuta e recriminou a passividade de Paschoal Possidônio.

A história de Águida Maria Bonfim expressa um outro viés dos conflitos conjugais entre os populares. Casada com Apulchro Leoni, mãe de quatorze filhos menores do casal e com 55 anos, fora convencida pelo marido a empregar-se como doméstica, tendo em vista as dificuldades financeiras pelas quais passava a família. Como nunca havia trabalhado, o rompimento do binômio esposa-lar deixou Apulchro Leoni vulnerável a “suspeitas infundadas” de ciúmes, passando o mesmo a ir espreitar a esposa na saída do trabalho, onde, num “descontrole emocional, vibrou-lhe duas navalhadas²¹. As dificuldades materiais da família não foram por si só suficientes para transformar as concepções de gênero de Apulchro. Ao contrário, o trabalho de Águida trouxe para o sedimentado matrimônio um conflito a mais, reforçando valores de cunho machista que nem a adiantada idade da esposa, a prole numerosa ou os problemas financeiros da difícil década de 1920 conseguiram diluir.

Fazendo das atividades remuneradas uma extensão de suas obrigações domésticas, as possibilidades de trabalho para as mulheres apresentavam-se com relativa facilidade, visto que o baixo preço desses serviços não onerava em muito o orçamento das pessoas que deles faziam uso. Romper relações conjugais, portanto, não significava um comprometimento absoluto da sobrevivência feminina. Como empregada doméstica, por exemplo, as mulheres contavam com casa e comida oferecida pelos patrões, que muitas vezes compensavam a baixa remuneração com doações de roupas e objetos de uso pessoal. As benesses patronais eram conquistadas através de dedicação, fidelidade e obediência aos seus patrões, que em troca, como demonstrou Sandra Graham, além dos benefícios materiais, também protegiam-nas²². Usando desse expediente, Fausta Silva Conceição conseguiu fugir aos sucessivos maus tratos do seu companheiro, Manuel de Oliveira, em 1916, empregando-se em casa de família no Barbalho. A solução efetiva do problema de Fausta exigiu que ela abandonasse a Rua do Bispo onde morava, território da violência impune do companheiro. Por todo o tempo em que viveu na casa dos patrões, Fausta não foi assediada por Manoel, que só voltou a fazê-lo quando da sua volta ao antigo endereço, para apanhar uma mala que havia deixado em casa de uma amiga. Gravemente ferida por navalhadas desferidas pelo companheiro, Fausta foi socorrida pela "Assistência", enquanto o criminoso fugia²³.

Concubinatos temporários e sucessivos, abandonos e separações eram situações comuns para um grande número de mulheres das classes populares. A possibilidade sempre presente da omissão paterna fazia da relação mãe-filho o núcleo estável da relação familiar. Na luta pela sobrevivência as mulheres pobres contavam

além do concurso de parentes, comadres e amigas, com o trabalho dos filhos, que desde muito cedo começavam a exercer as mais diversas formas de pequenos serviços. Na documentação pesquisada e mesmo nos registros dos folcloristas, volta e meia encontramos crianças empregadas na indústria, vendendo bilhetes de loteria, doces, bolos e as mais variadas iguarias geralmente fabricadas pela mãe ou muitas vezes, servindo de companheiro à mercância materna. O “moleque comprador de temperos” era, segundo Hildelgardes Vianna uma personagem sempre presente na Bahia de outrora. Correndo as ruas da cidade em diligências, muitos deles agregavam-se às famílias para as quais prestavam todo e qualquer serviço de rua como comprar pão, tempero, querosene ou carvão. Outros, passavam em horários combinados pelas portas das casas para saberem se “queriam alguma coisa da rua”. Por último, haviam os que se instalavam nas portas dos armazéns, prontos a qualquer serviço em troca de uma gorjeta²⁴. As meninas, desde muito cedo responsabilizavam-se com o cuidado dos irmãos menores ou mesmo pela execução de tarefas do lar repartidas através da “semana doméstica”, instituição que estabelecia a divisão e o rodízio das tarefas de casa entre as adolescentes e púberes, liberando as mães para o trabalho que garantisse o sustento do lar. Outras eram entregues muito jovens para serem criadas por famílias para as quais prestavam todo o tipo de serviço doméstico.

Vê-se, assim, que naquela época, como agora, as famílias pobres, sobretudo aquelas chefiadas por mulheres, se organizavam como uma unidade de rendimentos, engajando todos os seus membros na luta pela sobrevivência. A inserção dos membros da família em tais atividades, contudo, tinha como critério a divisão sexual do trabalho, que ao reservar aos meninos “trabalhos de rua” e às meninas o espaço e as atividades

ditas domésticas, socializavam-os de sorte a reproduzirem os papéis e as relações de gênero dominantes, mesmo que a vivência real dos seus pais cotidianamente os subvertessem. Talvez esse dado explique o fato de ser a sociedade baiana, no tocante aos populares, tão feminina na sua expressão prática e cotidiana e tão masculina em seus valores, regras e propósitos. Por mais que as mulheres gerissem esse mundo da sobrevivência familiar, elas eram a mãe de um lar cuja ausência paterna não diluía a força dos valores masculinos no interior do grupo. Ausentes, os pais eram envolvidos numa mística que os idealizavam e os absorviam, e nesse sentido os homens tinham perpetuadas a sua ascendência e impunidade. Parafrazeando o adágio que dá título a esse capítulo, não cabia às mulheres reeducar os seus Matheus com vistas a transformar as regras do jogo entre os gêneros, mas balançá-los, mansamente, no colo das tradições patriarcais que haveriam de reproduzir quando adultos .

NOTAS

- ¹ Moema Parente Angel. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo, 1980. p.220.
- ² Acompanhando as reflexões de Antônio Cândido em "The Brazilian Family", in: T. Lynn Smith *Brazil Portrait of Half a Continent*. New York, Marchand General, 1951, vários autores, recentemente, vêm questionando a reclusão feminina nos períodos colonial e imperial, tal qual fora concebida por Gilberto Freyre. A análise deste autor, ao restringir-se somente as camadas abastadas rurais do nordeste que viveu um padrão patriarcal típico, não contempla outros segmentos femininos como as mulheres pobres, negras e escravas nem outras realidades regionais. Ver: Em de Mesquita Samara *A Mulher, o poder e a família*. São Paulo, 1989, pp. 15-86. Kátia Mattoso *Bahia no século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro, 1992, p. 535 e Emanuel Araújo *O Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro, 1993, pp. 190-191, reforçam a reclusão doméstica das mulheres da elite baiana, ainda no século 19.
- ³ Como o foram nas demais vilas e cidades do Brasil antigo. A respeito ver: Luis R. B. Mott. "Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil colônia", in: *Revista brasileira de história*, São Paulo, 1976, 53, pp. 81-106. Ver também o minucioso trabalho de Luciano Figueiredo *O Averso da memória*. Brasília, 1993.
- ⁴ Moema Parente Angel. *Op. cit.* Pp. 201-209 e Robert Avé-Lallemant. *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro, MEC, 1961, p. 20.
- ⁵ Kátia Mattos. *Op. cit.* P. 152.
- ⁶ Lana Lage da Gama Lima e Renato Pinto Venâncio. "O Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro, in: Mari Del Pryore (org.) *História da criança no Brasil*. Contexto, 1991.
- ⁷ Kátia Mattoso. "A Propósito de cartas de alforria - Bahia, 1779-1850", in: *Anais de História*. Assis (SPO), 4, 1979.
- ⁸ Luis dos Santos Vilhena. *A Bahia no século XVIII*. Salvador, 1969, vol. 1, p. 93.
- ⁹ Maria Inês Côrtes de Oliveira. *O Libertos: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790-1890. São Paulo, 1989, p. 68.
- ¹⁰ Thales de Azevedo. *O Povoamento da cidade do Salvador*. Salvador, 1969, pp. 202-205.
- ¹¹ Kátia Mattoso. *A Bahia ...* p. 157.
- ¹² Alfredo Cordeiro Fonseca de Medeiros. *Do infanticídio*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador, 1903, p. 12.
- ¹³ IBGE. *Censo Demográfico do Estado da Bahia*. 1920, Tomo 02, vol. 04, pp. 103-107.
- ¹⁴ IBGE. *Censo Demográfico do Estado da Bahia*. 1940, pp. 340-341.
- ¹⁵ IBGE. *Sinopse estatística do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, vol. 02, p. 74.
- ¹⁶ Martagão Gesteira. "Os Serviços de higiene infantil na Bahia em 1924", in: *Relatório apresentado pelo Dr. Martagão Gesteira ao Governo do Estado*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925, pp. 11 e 15.
- ¹⁷ Thales de Azevedo. "Classes sociais e grupos de prestígio", in: *Ensaio de antropologia social*. Salvador, s/d, p. 112.
- ¹⁸ Sidney Chalhoub. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, 1986, pp. 143 e 144 e Maria Inês Côrtes de Oliveira. *Op. cit.* p. 60.

¹⁹ Jeferson Afonso Baccelar. *A Família da prostituta*. São Paulo, 1982, p. 78

²⁰ *Jornal A Tarde*, 27.09.1922.

²¹ *Jornal A Tarde*, 17.04.1922.

²² Sandra Lauderdale Graham. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro - 1860-1910*. São Paulo, 1992, pp. 23-72.

²³ *Jornal A Tarde*, 19.07.1922.

²⁴ Hildegardes Vianna. *A Bahia já foi assim: crônicas e costumes*. Salvador, 1973, pp. 46-49.

CAPÍTULO 2

TRABALHO FEMININO NO ESPAÇO URBANO

As quatro primeiras décadas da República, que assistiram à emergência da ordem industrial no Rio de Janeiro e São Paulo, também testemunharam em Salvador a permanência do poder senhorial de ricos fazendeiros e comerciantes ainda fiéis à produção monocultora voltada para o mercado externo. A venda de produtos tropicais como cacau, café, fumo, açúcar e borracha monopolizava a conjuntura econômica baiana, sempre à mercê das oscilações do mercado internacional. Privilegiada pelas políticas públicas, a grande lavoura colocou-se como entrave ao desenvolvimento de outros setores da economia, como o industrial e o de serviços, que só em condições eventuais recebiam os recursos oriundos do capital comercial.

Salvador vai refletir a vocação agro-mercantil do Estado, em um mercado de trabalho extremamente fechado, fruto de uma industrialização incipiente e do baixo poder de consumo da população. Tais fatores contribuíram para que a capital baiana ostentasse, entre os anos de 1872 a 1940, um fluxo imigratório tímido, não atraísse migrantes e patrocinasse uma alta taxa de êxodo populacional, mantendo, por isto, um crescimento demográfico "exclusivamente vegetativo"¹

TABELA 1 - CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO. Salvador, 1872/1940

ANOS	POPULAÇÃO	TAXA GEOMETRICA CRESCIMENTO ANUAL
1872	129 100	-
1890	174 412	1,7
1900	205 813	1,7
1920	283 422	1,6
1940	290 443	0,1

FONTE: Síntese IBGE

A estagnada conjuntura econômica do Estado, por sua vez, não permitiu que os projetos de modernização urbana, anunciadores dos tempos burgueses, lograssem mais que a construção de avenidas, prédios públicos, demolição de velhos casarões nos pontos nevrálgicos da cidade e a implantação de questionáveis serviços de iluminação pública, transporte coletivo e saneamento básico². Nem Seabra (1912-1916/1920-1924) que “nos primeiros acessos de remodelação, quando se ameaçava se arrasar a cidade velha e construir uma nova em seis dias”³ nem Góes Calmon (1924-1928) tiveram em Salvador os êxitos de Pereira Passos no processo de remodelação urbana da Capital Federal. Os “empréstimos vultuosos e as novas fontes de renda”⁴ necessários para tal empreitada falharam, engavetando-se assim projetos e deixando obras pelo meio⁵. Igrejas barrocas em cada esquina, casarões com infra estrutura sanitária deficiente, costumes arcaicos, impingiam uma feição predominantemente colonial a Salvador, que se demonstrou para Katia Mattoso ainda nos anos de 1950, como uma “cidade adormecida”⁶. Ao descobri-la, na década de 30, Donald Pierson e Ruth Landes guardaram sobre ela o mesmo espanto. “O comportamento costumeiro, que originalmente se desenvolveu em respostas às necessidades coloniais, ainda persistia orientando a vida”, segundo Pierson, “quase pelos velhos e familiares costumes”⁷. Para Landes, que se auto-rotulou como “mulher norte-americana moderna”, em Salvador “velhas tradições” se colocavam como “fantasmas ameaçadores”⁸.

A “cidade adormecida” de Mattoso ou os “fantasmas” de Landes se expressavam, no mundo do trabalho, pelo arcaísmo das profissões e das atividades produtivas, em muito contrastantes com as sociedades industrializadas. Oficinas e

pequenas fábricas de “fundo de quintal”, com um número insignificante de empregados assalariados caracterizavam a produção industrial baiana, onde os tipos mais desenvolvidos, ao molde das fábricas contemporâneas, não tinham muita expressão. A título de exemplo, o setor fabril que mais empregava em Salvador era a indústria têxtil, com a tímida marca de 2.482 empregados em 1920⁹. Este, por seu turno, ainda fazia largo uso da mão de obra feminina (62,85%) e do trabalho do menor (33,70%) para baratear os custos da produção, uma vez que os salários pagos a esses trabalhadores eram inferiores aos dos homens em atividades idênticas. Tal expediente demonstra o caráter rudimentar da produção têxtil baiana, uma vez que os setores mais desenvolvidos desta indústria no Brasil, como o do Rio de Janeiro, já eram majoritariamente ocupado por homens¹⁰. A indústria de “fundo de quintal” por contar, geralmente, com mão de obra familiar, coloca-se como explicação para os 47,01% de mulheres registradas nas atividades industriais não classificadas¹¹.

Serviços domésticos, pequenas atividades comerciais ou o artesanato caseiro colocavam-se como atividades fundamentais à sobrevivência para um grande número de pessoas em Salvador, visto que era gravitando em torno do baixo poder de consumo da população que parcela significativa desta ganhava a vida. Mesmo estando as mulheres majoritariamente excluídas do mercado formal de trabalho, o Censo de 1920 já registra a presença delas, ainda que de forma tímida, em um bom número de atividades. O grosso da mão-de-obra feminina, contudo, estava em categorias profissionais muitas vezes não contempladas pelo Censo. Alimentando a massa de habitantes com comidas baratas vendidas nas ruas ou em pequenos estabelecimentos, prestando todo o tipo de serviço doméstico, costurando ou bordando, etc., a

participação das mulheres se fez vigorosa na luta pela sobrevivência em face de uma economia que não oferecia alternativas formais de emprego.

Vejamos a seguir as atividades profissionais, nas quais a mão-de-obra feminina demonstrou ser mais significativa no tocante à população em geral, através das tabelas elaboradas por nós com os dados do Censo de 1920, onde estabelecemos a relação entre homens e mulheres nas atividades selecionadas e observamos a importância de cada atividade no quadro geral da cidade. Salienta-se que foram selecionadas apenas atividades onde a mão-de-obra feminina mostrou-se mais significativa.

**TABELA 2 - TRABALHO FEMININO EM SALVADOR/1920
OCUPAÇÕES SELECIONADAS* %**

OCUPAÇÕES	MAS	FEM	COE**
Setor Domestico	19,69	80,31	6,21
Magistério	18,45	81,55	1,11
Vestuário e Toucador	27,99	72,01	12,39
Setor Têxtil	38,24	61,76	1,37
Agric. Hort. Pisc.	89,90	10,10	7,24
Indústrias não classificadas	52,99	47,01	0,86
Comércio	90,51	9,49	8,71
Correios, Teleg. e Telef.	81,84	18,16	0,28
Profissões mal declaradas e mal definidas	16,25	83,75	39,92

FONTE: Recenseamento do Brasil, 1920

* Categoria do Censo onde a participação da mulher se mostrou mais significativa

** Coeficiente da ocupação sobre o total da população empregada.

2.1. Artesanato doméstico

Mário Augusto Silva Santos nos oferece dados significativos a respeito da importância do artesanato doméstico em Salvador. Comentando a cifra de 44.145 empregados na indústria, levantada pelo Censo de 1920, o autor conclui que a mesma

“só se torna aceitável se aventarmos a hipótese de que, junto às fábricas, oficinas e outros estabelecimentos oficializados, computa-se o artesanato doméstico disseminado pela população”, já que os empregados na indústria não deviam ter “ultrapassado 12.000 na primeira metade dos anos 20”¹².

A produção artesanal caseira, por sua vez, era exercida majoritariamente por mulheres, para “prover seus sustento próprio, da família ou complementá-lo”. O trabalho de bordadeiras, capelistas, chapeleiras, costureiras, floristas, modistas, rendeiras, quando não era comercializado diretamente ou por encomenda, abastecia “os estoques de acessório do vestuário feminino e infantil de armazéns e lojas”, o que, segundo o autor citado, “permite visualizar o caráter de regularidade da ocupação”¹³. O Censo de 1920, ao registrar no item “Vestuário e Toucador” a significativa soma de 16.161 mulheres parece ratificar tais hipóteses. As mulheres nesta categoria constituem 72,01% dos 22.422 empregados¹⁴.

A atividade de costura, bordado e chapelaria parece ter sido intensa, pois, como nos lembra Mário Augusto, a quase totalidade dos produtos de vestuário era de fabricação local. As costureiras, por exemplo, podiam ser classificadas pelo local de trabalho: as de “atelier”, as “de família”¹⁵ e as “autônomas”. Em 1922, a *Maison Française*, atelier de costura localizado no Portão da Piedade, nº 4, requisitava costureiras de chapéus e aprendizes de “cor branca”¹⁶. Georgina Bastos necessitava, no ano de 1910, de costureira “habilitada em corpos, saias e mangas” para seu atelier de moda¹⁷. No mesmo ano uma “hábil costureira”, trabalhando na própria residência, anunciava seus serviços no jornal, dizendo-se especialista em “roupas brancas de senhoras e crianças, roupetes para meninos, vestidos para senhoras e mocinhas, roupas

para homens, vindo cortadas¹⁸. As costureiras domésticas trabalhavam junto às donas de casa, residindo muitas vezes na casa dos patrões. A partir de 1870, contudo, com a utilização cada vez maior das máquinas de costuras nos lares, elas deixaram de se dedicar integralmente a uma só família, passando a prestar serviços avulsos, de acordo com a demanda dos clientes¹⁹. Preparos de enxoval de noivas e bebês de famílias de posses, com a sua infinidade de peças, bordados e monogramas, eram momentos em que estes serviços eram requisitados, bem como as épocas de festas, quando se fazia necessário vestir toda a família com roupas novas²⁰.

Leonor Santos dos Prazeres, costureira, 92 anos, contou-nos que começou a exercer o ofício ainda muito jovem, talvez com 12 anos, na fazenda dos Amaral, situada no bairro de Amaralina. Aprendendo a bordar com a irmã mais velha, aos 15 anos mudou-se para Bananeiras, um pequeno distrito da cidade de Paulo Afonso-Ba, para fazer o enxoval da professora Zizinha, trabalho que durou seis meses. Segundo Leonor, um enxoval de “noiva remediada”, contava, no mínimo, com 06 (seis) colchas de cama, sendo uma bordada para o dia do casamento; cortinas para as janelas da casa; 06 (seis) lençóis bordados com o monograma dos noivos; 06 (seis) camisas de dormir; toalha de mesa bordada com linha matizada para o dia do casamento, além de panos de pratos também bordados²¹.

Em 1936, *A Tarde* avaliava a diária de uma costureira de atelier entre 2\$000 a 3\$000 réis, numa jornada de trabalho de mais de oito horas diárias. Em casa de família, “quando conhecem o ofício”, a diária podia chegar a 5\$000, com direito a almoço²². Pelo nível de especialização e qualidade da clientela, as costureiras se diversificavam. Ana Amélia Nascimento sugere que a placa “costuras”, afixada em

porta de residência, denotava o ofício de mulheres mais simples que ofereciam seus serviços a gente do povo, enquanto o título “costureira” era delegado à profissional e com clientela mais distinta, estando contempladas nesta categoria. sejam as brancas pobres ou empobrecidas, que transformavam os dotes necessários ao bom desempenho do papel de esposa em meio de sustento, seja às proprietárias de atelier de costura²³.

A instituição da “aprendiz de costura”, atividade não remunerada, era largamente abraçada por adolescentes em busca de profissionalização. Ambrosina Evangelista de Piedade, 18 anos, branca, foi levada por seu pai, no ano de 1925, à casa de D. Francisca, onde passou a residir, para que fosse iniciada “na aprendizagem de confecção de chapéus”. Além de não remuneradas, as aprendizes muitas vezes eram obrigadas a executar serviços domésticos para pagamento do aprendizado²⁴. As “casas de modas e confecções” eram vistas como lugar de trabalho “digno e certo” para as “mocinhas humildes”²⁵.

O artesanato doméstico, ao permitir à mulher manter-se em casa, era abraçado por muitas famílias brancas empobrecidas ou mulheres casadas e viúvas sem recursos, visto que a atividade profissional não desabonava a conduta daquela que a exercia, por acontecer dentro do lar. Jorge Amado, em seu romance **D. Flor e seus dois maridos**, retrata a importância do trabalho das mulheres em costura e culinária para a manutenção do orçamento doméstico, através da família da protagonista da história. Florípedes Paiva Guimarães. Filha do Sr. Gil, modesto representante comercial e de D. Rozilda, mulher de temperamento forte, que administrava com muita presteza os poucos proventos do marido. Flor era a caçula do casal. Heitor, o mais velho, era mantido com esforço no Colégio Central da Bahia, para terminar o curso

secundário e, quem sabe, galgar uma carreira acadêmica ou uma boa colocação no serviço público ou na rede bancária. Rosália e Flor, prendadas em arte culinária e costura, esperava, do futuro, casarem-se com “rebentos de família distinta, filhos de coronéis fazendeiros ou senhores do comércio - de preferência do atacadista - estabelecidos com dinheiro a crédito nos bancos”. A súbita morte do pai fez com que os projetos da família ficassem ameaçados. Obstinada em levá-los a cabo, D. Rozilda não cogitou de deixar de morar no 1º andar do sobrado na Rua do Alvo, retirar Heitor da escola ou empregar as filhas nos balcões de armarinho, bilheteria de cinema, sala de espera de consultório médico ou dentário, uma vez que tais atividades seriam desabonadoras da conduta das mesmas, sendo equivalente a “confessar a pobreza, exibi-la, chaga mais repulsiva e pestilenta”. O padrão de vida familiar fora mantido com o trabalho de D. Rozilda e Rosália “na máquina de pedalar, costurando para fora, cortando vestidos, bordando blusas finas” e Flor preparando doces e quitutes, que, de tão grande sucesso a fizeram dona de uma afamada Escola de Culinária²⁶.

2.2. O pequeno comércio, fixo e ambulante

Quanto ao pequeno comércio, fixo ou ambulante, Mário Augusto Silva Santos recomenda que tais atividades não sejam vistas como “irregulares ou marginais”, considerando a importância das mesmas para a subsistência material de um grande número de pessoas em Salvador. Além disto, a “legislação municipal orçava anualmente na sua receita a cobrança de taxas sobre o comércio volante, atingindo mascates, vendedores de bandejas, tabuleiros e os estacionados em ruas e praças”²⁷.

A importância de tais atividades e o papel das mulheres em seu desempenho podem ser atestados por um ato do Intendente Municipal, datado de 1914, que, visando sanar a crise de abastecimento porque passava a cidade, dispensou provisoriamente de taxas e impostos as “ganhadeiras (grifo nosso) e vendedores ambulantes em geral”²⁸. Aliás, não se faz necessário recorrer às fontes oficiais para que tenhamos noção do papel das mulheres nesse pequeno comércio, já que informações abundam numa ampla literatura histórica, nas gravuras e fotos de época, nos trabalhos dos folcloristas, em jornais e na tradição oral. Ruth Landes, sustentou sua tese sobre o “matriarcado cultural baiano” - que discutiremos posteriormente -, tendo como um dos argumentos o massivo controle das mulheres das atividades nos “mercados públicos”²⁹.

Se as evidências são mais explícitas na documentação qualitativa no tocante ao fenômeno, o mesmo não podemos dizer dos dados passíveis de quantificação. Por outro lado, temos que contar, mesmo levando em consideração o controle tributário do município, com as possibilidades periféricas deste pequeno comércio. Junta-se a tais questões a própria concepção positivista de arquivo, por muito tempo presente em Salvador, que não deu *status* de documento histórico a muitos registros. A título de exemplo, o AHPMS deixou de conservar os “livros de matrículas” para vendedores ambulantes do período em análise.

O problema poderia ter sido contornado, possibilitando-nos números aproximados, se nos orçamentos municipais do período, houvesse a prática de discriminar o valor unitário das taxas de mercancia, mesmo levando em consideração a falta de eficiência das taxações tributárias do município, na Primeira República. Mário

Augusto procedeu levantamento do comércio ambulante, levando em consideração as leis municipais, tendo conseguido dados referentes aos anos de 1894, 1897, 1900, 1905, 1909 e 1915. De 1916 em diante a lei orçamentária deixou de trabalhar com a previsão do total de arrecadação para os matriculados nas especificidades desse comércio³⁰. Todavia, os números observados pelo autor, apesar de mostrarem o avanço crescente do comércio ambulante, principalmente no tocante às mercadorias comercializadas em gamelas, tabuleiros, caixas pequenas e bandejas – ramos a que se dedicavam muitas mulheres –, nos levam a leituras dúbias. Teria havido um aumento efetivo de tais atividades ou foi o poder público que tornou-se mais eficiente no tocante às matrículas dos vendedores?

TABELA 3 - COMÉRCIO AMBULANTE DE SALVADOR (1894-1915)

TIPO DE COMERCIO	Nº de pessoas ocupadas por ano					
	1894	1897	1900	1905	1909	1915
Em gamelas, tabuleiros e similares	-	-	-	300	400	1650
Em caixa grande ou baú	-	06	-	-	37	60
Em caixa e volumes pequenos ou bandeja (doces ou miudezas)	200	200	30	133	50	2500
Em caixa e volumes ou bandeja (artigo de armarinhos, fazendas, modas, etc.)	50	-	05	50	67	85
Calçados (novos e usados), vassouras, espanadores, artigos de vime, folha ferro, gesso, objetos de flandres, bronze e cera	15	-	-	20	47	100
Gado, aves e ovos	-	02	-	30	50	50
Em barraca ou construção provisória	-	07	-	17	10	100
Refrescos	-	-	-	10	03	-
Mascate de jóias e pedras preciosas	01	04	02	20	03	-
Qualquer gênero exposto na rua	-	-	100	-	-	-
TOTAL	266	219	137	580	667	4545

FONTE: Leis e Resoluções do Conselho Municipal. Ln no 13.1. Registro de Leis. Livros 29 1, 29.3, 29.5, 29.6.
In: SANTOS, Mário Augusto Silva. Op cit., p. 76.

A documentação aludida torna-se ainda mais problemática, quando perseguimos informação acerca do sexo dos matriculados no comércio ambulante. Nos orçamentos municipais, contamos, em 1901, um total de 604 vendedores ambulantes que pagavam tributos aos cofres públicos, dos quais 35 eram reconhecidamente mulheres (fateiras)³¹. Nos outros anos a natureza dos registros orçamentários não nos permitiu nenhuma inferência.

No Censo de 1920, o item “Profissão não declarada e sem profissão” totaliza para a população maior de 21 anos 4,48% de homens enquanto as mulheres constituem a sua maioria absoluta (95,52%). Exercendo atividades econômicas pouco valorizadas, não se colocando em razão do seu sexo na mira direta da política de repressão à vadiagem, era mais fácil às mulheres burlarem a ação tributária do Estado no pequeno comércio clandestino, fixo ou ambulante, ou em ofícios “não declarados”³². Tal estratégia parece ter sido utilizada maciçamente pela população feminina pobre e trabalhadora. Tais questões nos levaram a concluir que os registros quantitativos não nos dariam dados significativos quanto a real inserção das mulheres no pequeno comércio.

Segundo as Posturas Municipais de 1920, o comércio ambulante contemplava uma gama variada de ocupações, tais como: “vendedores de doces, refrescos, caldo de cana, sorvetes, queimados, bombons e enfeites para sala, tetéas para crianças, plantas vivas ou não, objetos de chifres, de flandres, vassouras, leite, frutas, hortaliças, peixes, mariscos e outros gêneros alimentícios (...), vendedores de outras mercadorias”³³. As mulheres serão imortalizadas, no exercício de tais atividades, por folcloristas ou fotógrafos de outras paragens, atentos ao exotismo das

nossas diferenças, através das imagens da vendedora de cuscuz, açaçá, acarajé, aluá, mingau e cocada³⁴. Fateiras, vendedoras de carne de baleia, frutas e verduras, ou de “figas de guiné” também irão engrossar a lista do comércio volante feminino, que ainda contemplava a vendedora de flores artificiais, de rendas, bicos e fitas em gamelas e caixinhas, a mulher da moqueca de folha e a “velha da sopa” com seu enorme balaio de pão dormido à cabeça, dentre outras³⁵.

O que irá caracterizar em grande parte a natureza das mercadorias comercializadas por mulheres, é o fato de serem de fabricação caseira e utilizar matéria-prima regional, abundante e barata. Daí a exclusão de doces e salgados finos da culinária portuguesa. Afrânio Peixoto, comentando o preço das comidas de rua, vendidas pelas “crioulas” disse tratar-se de “iguarias tão baratas que uma folha de papel seria muito cara para nelas as embrulhar”. Daí serem “entregues aos fregueses em pedaços de folha de bananeira”³⁶. Mesmo levando em conta que tais mercadorias visavam uma clientela de baixo poder aquisitivo, o preço das mesmas espelhava a desqualificação do trabalho feminino, visto que em nenhum momento o esforço despendido e o especializado conhecimento para a sua consecução eram postos como motivos para a elevação do preço dos mesmos.

O preparo de muitas iguarias para a mercancia, contudo, antes de terem a matéria-prima beneficiada pela indústria, demandava esforços e conhecimentos particulares. Segredos cochichados de geração para geração por uma legião de parentas, comadres e amigas. O milho e o arroz do mingau, depois de bem catados, eram moidos numa pedra retangular com a superfície marcada por sulcos e uma “mão” - a peça suplementar que favorecia o atrito, também de pedra e de formato

roliço. Segundo Hildegardes Vianna, “as vendedoras de mingau ou de cuscz tinham as unhas praticamente roídas e os polegares escalavrancados de tanto ralar coco”³⁷.

Acarajé ou abará, bolos feitos de feijão, por exemplo, eram envoltos em folhas novas de bananeiras e assim comercializados. A aquisição de tais folhas exigia longas excursões por matagais, onde as mulheres armadas de “uma faca amolada amarrada na ponta de uma varinha” buscavam as melhores touceiras³⁸. Longas caminhadas e uma jornada de trabalho que começava antes do nascer do sol faziam parte do cotidiano dessas mulheres. As vendedoras de carne de baleia partiam de Itapuã em direção às feiras e mercados no centro da cidade “antes que o sol esquentasse”. As fateiras, também muito cedo, armadas de uma gamela, seguiam em direção ao bairro do Retiro para adquirir no abatedouro seus produtos, donde voltavam “com essa carga equilibrada no torso (...) mercando e vendendo pelo caminho”³⁹. As jornadas de trabalho podiam alcançar a noite, como nos sugere a vendedora de acarajé da música de Caymmi:

*“Dez horas da noite
na rua deserta
A preta mercando
parece um lamento.”*

O pregão de mercância dessas trabalhadoras também foi registrado pelo poeta:

*“O acarajé ecô olala ô
Vem benzê, heim? tá quentinho”*

Já a “preta da cocada” variava:

*“Cocadinha... tem côco hoje...
São Francisco, meu pai
quem me benze”⁴⁰.*

No comércio fixo de praças e calçadas, iremos encontrar as “Mamãe-bote”, denominação popular das pretas que vendiam comida na rua⁴¹. Estas, por sua vez, estavam instaladas por toda a parte. Na Baixinha, nas portas e interiores do Mercado Modelo, Santa Bárbara e Pompilito, à Baixa dos Sapateiros, nas imediações das fábricas e nas calçadas do Bairro Comercial⁴². Munidas de “bumba-meu-boi” (enormes panelas), fazendo uso de fogareiros improvisados “sobre trempe de tijolos”, preparavam “sarapatel, efó, caruru com arroz de viúva e molho da costa”⁴³. Em 1916, com 1 tostão adquiria-se um prato “para satisfazer um apetite comum, normal”. Nos idos de 1896, elas se encontravam em bom número, instaladas no cais sob a sombra das árvores, pendurando em seus troncos “uma imensidade de latas de comida”. Segundo o *Jornal Diário de Notícias* quase sempre a “quitandeira vem acompanhada de um ou dois filhos menores, que mais tarde são deitados em um pedaço de esteira nauseabunda, nus ou cobertos com um pano sujo, para dormirem o sono da inocência”⁴⁴.

Além do comércio de rua, muitas mulheres eram locatárias de boxes nos mercados e feiras, amavam barracas nas “festas de largo” ou abriam pequenos estabelecimentos na própria residência. As quitandas, exemplares desse tipo de comércio, eram montadas, geralmente, na sala, corredor ou quarto da frente da casa do proprietário. Nelas encontravam-se à venda, temperos, hortaliças e outros produtos de cozinha como carvão, lenha, panelas e porrões e barro⁴⁵. Pelos registros dos livros de “Entrada de Gêneros para Análise” da Diretoria de Higiene Municipal do ano de 1913, das 30 quitandas vistoriadas no distrito de São Pedro, 20 eram de propriedade de mulheres. No distrito de Vitória, dos 42 estabelecimentos deste gênero visitados, 14 era, de proprietárias⁴⁶.

O elevado número de quitadeiras deve-se ao fato de que as mulheres não necessitavam ausentar-se de casa para exercer o ofício. Outro expediente análogo ao das quitandas era armar tabuleiros nas calçadas da própria residência ou expor à venda doces e frutas nas janelas da casa. Escolástica Maria de Nazaré, a Ialorixá Menininha, foi encontrada por Estácio de Lima, Edson Carneiro e Ruth Landes, em 1938, “na penumbrosa entrada de casa (...) com um tabuleiro de doces num pequeno suporte perto dela”⁴⁷. O candomblé legitimava o trabalho feminino uma vez que prescrevia diversas atividades de ganho, como forma de as “filhas de santo” arranjam dinheiro para o cumprimento das suas obrigações rituais. De acordo com o orixá, a atividade variava. Assim, as filhas de Iansã e Xangô vendiam acarajé, as de Ogum vísceras de boi, as de Omolu sarapatel e moqueca de peixe. Já Oxalufã, Oxagiã e Oxalá prescreviam o acaçá, cuscuz, mingua e cocada branca. Coincidentemente, o orixá de Mãe Menininha, Oxum, prescrevia a venda de doces⁴⁸.

Nos livros da Inspetoria Municipal do ano de 1913, do total de 18 botequins registrados no distrito de São Pedro, duas mulheres são inventariadas como donas. Pela descrição das instalações, contudo, parece-nos tratar-se de “fregemoscas”, pequenos compartimentos onde se vendiam cachaça e comida. A literatura de Jorge Amado contempla as mulheres neste ofício com a personagem Andreza de Oxum, que era dona de um fregemoscas “num casebre de madeira na fimbria do mar de Água de Meninos” onde servia “sarapatel de arromba, a toalha cheirando a patchuli, o chão perfumado de folhas de pitanga”⁴⁹.

Controlando a venda de comida popular na cidade, as mulheres se farão presentes em todos os lugares, oferecendo seus quitutes. Nas festas do Bonfim, quando

toda a cidade era atraída para o bairro de Itapagipe, local dos festejos⁵⁰, lá estavam elas com seus tabuleiros ou dominando o comércio de barracas. Estas, por sua vez eram construções de madeira com cobertura de lona que mediam apenas “cinco metros”. Em 1936 elas eram proprietárias das barracas “Fé em Deus”, “Santo Antônio”, “A Bahianinha”, “Caprichosa”, “Bonfim”, “Santa Luzia” e “São Roque”. Nos interiores das mesmas encontrava-se: “uma mesa de madeira, suja de gordura, onde a dona estende a toalha que já foi alva e agora é creme com enfeites feitos de azeite, e dos bancos de madeira. No canto, panelas de barro, carvão e uma lata de Kerosene (sic) contendo água. Ai é a cozinha, e quando termina o movimento, dormitório da proprietária”⁵¹.

2.3. Os Serviços domésticos

Dentre as oportunidades de trabalho postas para as mulheres pobres baianas da última década do século 19 até os anos 40 deste século, os serviços ligados à rotina doméstica ocupam, sem sombra de dúvida, o primeiro lugar. Aliás, 10,34% da população que declarou profissão no Censo de 1920 dedicava a estas atividades, onde as mulheres se apresentavam em larga maioria, 80,3%. Os números nos permitem deduzir uma média de um empregado doméstico para cada 7,5 habitantes maiores de 21 anos com profissão declarada. Isto nos leva a imaginar que “só nos meios proletários não disporia cada família, do concurso de, pelo menos, um criado”⁵². No quadro geral das mulheres que declararam profissão uma em cada cinco era doméstica. Apesar destes números delinearem uma sociedade fartamente servida de criados,

achamos que as cifras são ainda maiores, pois, fatores inerentes a estas ocupações como o preconceito e a sazonalidade concorriam para que os dados coletados não expressassem valores reais.

É que, entre as chances disponíveis de trabalho para as classes populares baianas, o emprego doméstico era o mais aviltante, visto ser o que mais diretamente evocava a descendência com a antiga realidade do escravismo urbano. Uma empregada doméstica, se tivesse sorte, poderia transformar-se em “ganhadeira ou vendedeira” elevando assim o seu *status*⁵³. Mesmo as mais pobres, como as mulheres ocupadas no pequeno artesanato doméstico, podiam, contando com seus proventos, contratar uma criada. Tais questões estão associadas à herança escravista no mundo do trabalho, onde os significados imputados aos diferentes ofícios das classes subalternas seriam legitimadores de uma complexa cadeia de hierarquias e distinções⁵⁴. Civilmente livre, uma parcela significativa da população ainda continuava, quase que ao mesmo modo, servindo a sinhãs e amos, denunciando com isso a resistência de estruturas sociais que as mudanças jurídico-políticas de Abolição e da República não elidiram.

A quantidade de empregos domésticos podia multiplicar-se por quantos fossem os ofícios necessários para o bom funcionamento dos lares. Decorre daí que estilos de vida diferenciados também implicavam na utilização dos mais diferentes tipos de criados. Um solar na Vitória, por exemplo, necessitava inevitavelmente de um jardineiro. Já um próspero comerciante, a partir de 1902, teria de contar com um motorista particular para guiar seu carro, estando este profissional computado entre a criadagem da casa⁵⁵. As opções e exigências podiam ser tão variadas que em 1916, “uma senhora viúva, com algumas habilitações de costura e prática de governante”

desejava colocação em casa de “homens de bons costumes”⁵⁶. Para tomar conta de sua casa, um viúvo com filho, nos idos de 1910, desejava “encontrar uma moça de cor branca e de boa conduta”⁵⁷. No mesmo ano, uma família estrangeira hospedada no Hotel Americano precisava de “uma cozinheira estrangeira” que se dispusesse a trabalhar no interior⁵⁸ e a família Góes Calmon contratou uma governanta alemã⁵⁹.

A nível geral, os domésticos subdividiam-se em empregados “de dentro de casa” e prestadores de serviços avulsos⁶⁰. Quanto à especialização os tipos mais recorrentes eram os cozinheiros, copeiros, arrumadeiras, lavadeiras, faxineiros, engomadeiras, amas-de-leite e babás⁶¹. Muitas casas serviam-se ainda do trabalho do menor para as providências de rua, como o já aludido “moleque comprador de temperos” ou as chamadas “catarinas”. A prática mais comum, para as residências menos abastadas, era o concurso de uma única criada para todas as tarefas domésticas.

2.3.1. As “Criadas de dentro de casa”

Honestidade, bom comportamento e “dormir no aluguel” eram pré-requisitos constantes nos anúncios de jornal que procuravam cozinheiras, amas-de-leite e babás, exemplares típicos das “criadas de dentro de casa”.

As adolescentes e púberes “asseada(s), de boa saúde e paciente(s)”⁶² eram as mais indicadas para cargo de “ama de menino”. Em 1925, Avelina Garrido Martinez explicava a preferência pelas mocinhas de tenra idade, visto que “não havia de consentir que seu filho fosse acariciado por uma rapariga desvirginada”⁶³. Dormir no emprego, além de necessário às solicitações noturnas dos bebês, dava aos patrões

maior controle sobre babás e amas-de-leite, assim como para as cozinheiras servia de estratégia eficaz para evitar os furtos de comidas e os saques na despensa. Na década de 30, os classificados de emprego demonstram nitidamente existir uma preferência por “senhoras de meia idade” para o cargo de cozinheiras. Mais experientes quanto ao trabalho, as mulheres mais velhas estavam já aquietadas das extravagâncias mundanas, podendo, portanto, viver a clausura doméstica que o seu ofício exigia, longe de transtornos para os empregadores, como uma gravidez indesejada. Babás meninas e cozinheiras velhas, não estando em idade sexualmente ativa evitavam para as patroas, aborrecimentos com maridos ou parentes do sexo masculino.

O lugar dos domésticos dentro da geografia das casas pode ser avaliado pelo seu espaço fundamental: a cozinha. Através das minuciosas descrições de Hildegardes Vianna, depoimentos orais, relatos de sanitaristas, podemos penetrar neste cômodo quente e enfumaçado dedicado a atividades pouco prestigiadas, onde as filhas de Eva purgavam cotidianamente o pecado de serem agenciadoras da luxúria. Apesar do fogão a gás, começar a fazer parte da rotina doméstica a partir da década de 1890⁶⁴, muitos lares baianos, até a década de 1950, quando os apartamentos puseram freio ao hábito, preferiam fogão a lenha ou a carvão, popularmente conhecidos como “econômico”. Nos anos 40, os lares que ostentavam fogão a gás, transformavam-no em um bem de prestígio doméstico, “enfeitando copas” sem uso, junto com paneleiros de alumínio brilhante e outros objetos pouco comuns na rotina doméstica⁶⁵.

A cozinha era o “lugar mais baixo existente na casa”, muitas vezes de chão batido, “quase sempre de telha vã”⁶⁶. Múltiplas atividades, pouco apresentáveis, tinham lugar no seu interior, como a dormida dos criados ou o banho dos meninos⁶⁷ e

dos enfermos⁶⁸. Em algumas residências as “latrinas higiênicas”, quando havia, eram aí instaladas⁶⁹, dividindo o espaço com o fogão econômico, geralmente construído junto à parede ou no meio do cômodo, prateleiras e uma “mesa tosca”. Bancos e cadeiras quase sempre estavam ausentes no mobiliário da cozinha⁷⁰.

O adágio popular “a conversa ainda não chegou na cozinha” espelha, a nível das sociabilidades, a desqualificação das relações que se desenvolviam em torno do fogão. Reconhecer-se “no seu lugar”, isto é, como habitante do território da cozinha, era condição mais que necessária para a manutenção da criada na rígida hierarquia de poderes do lar. Se, ao nível da família, o pai era a autoridade máxima, a gradação mãe, filhos atingia nos seu último nível os domésticos, que deviam respeitar e mostrar-se subservientes mesmo com as crianças de pouca idade. Fidelidade aos patrões ou construção de laços afetivos com a família dos mesmos - fenômeno que geralmente exigia excessos de zelos e abnegação do doméstico -, podiam dissimular as relações de poder, mas nunca suprimi-las. Era mais que necessário que os patrões demonstrassem a pouca importância do criado para não fazê-lo sentir-se fundamental à vida da casa. Era comum, na *Belle Époque*, charges ou mesmo músicas, que satirizavam a empregada que reivindicava, assumindo por isso ares de patroa⁷¹.

As patroas de elite freqüentavam a cozinha somente em funções administrativas e fiscalizadoras, bem como as suas filhas casadoiras que nela iam só para o preparo de pratos que denotassem pendores domésticos sofisticados. Era necessário que as donzelas ostentassem mãos finas, longe dos pesados afazeres de “pé do fogão”⁷². Estes estavam a cargo das cozinheiras, geralmente sujas de borralho e carvão, azeitadas de graxa das carnes, por isso conhecidas, ainda hoje,

pejorativamente, como “graxeiras”. Em sua rotina profissional, as cozinheiras desdobravam-se nas mais variadas providências como encher porrões e tinas, pois as casas raramente contavam com água encanada, manipular pesadas panelas de ferro e barro, pilar arroz e milho, catar feijão, matar aves e tratar carnes e peixes para que às 11 horas o almoço estivesse pronto, junto com os doces – preparados em enormes tachos de cobre, e os cafés que adoçavam as sobremesas.

A arrumação e o asseio das casas era um outro árduo capítulo na rotina profissional das domésticas. Muitas vezes seu desempenho eficiente exigia o trabalho de uma especialista: a arrumadeira. O costume das reuniões e festas domésticas que transformou-se em prática comum no Brasil após a chegada da família real aguçou o gosto pela estética dos lares. Móveis estrangeiros (franceses e ingleses de preferência) louças, enfeites, cortinas, lustres, tapetes, abajus, cristais, livros, espelhos, quadros, bibelôs, pianos, ao longo do século 19 passaram a ser progressivamente incorporados ao mundo doméstico em sintonia com os novos hábitos de consumo⁷³.

Após a década de 1860, o estilo eclético, inspirado na École des Beaux-Arts de Paris passou a ditar os projetos arquitetônicos dos lares abastados, conhecidos como palácios e palacetes e que na Bahia concentraram-se em bairros como Vitória, Graça e Barra. Ao final do século 19, prestígio social confundia-se com a elegância arquitetônica e decorativa dos lares, que constantemente era apreciada em cerimônias como festas, jantares, almoços ou nas visitas que se transformaram, na República, numa prática constante entre as famílias de classe média e alta⁷⁴.

Nessas ocasiões, além da riqueza e do bom gosto dos anfitriões, os hábitos higiênicos da dona-de-casa eram severamente fiscalizados por outras senhoras. O

“zelo” da senhora estava em relação direta com o controle do desempenho da arrumadeira. Lavar, sacudir poeira, luzir pratarias, deixar cristais brilhantes, odorizar ambientes e perseguir insetos e animais comuns à vida doméstica como pulgas, aranhas, percevejos, baratas e ratos faziam da arrumadeira peça capital para a manutenção da imagem pública da dona-de-casa de elite. Em meio a objetos caros, o desempenho do serviço estava sempre envolto no medo de danificá-los. Idalina Maria da Conceição, que era arrumadeira em uma residência no Corredor da Vitória, fugiu do emprego no qual trabalhava há três anos, no final da década de 1920, por ter “quebrado um jarro que a patroa trouxe de viagem”⁷⁵.

A introjeção dos padrões higiênicos propagandeados pelos médicos, produziu uma preocupação obsessiva das patroas com a limpeza da casa e o cuidado com a preparação e conservação de alimentos. A difícil tarefa a ser desempenhada por um doméstico pouco sensível a preocupações desta natureza, fez com que as empregadas se tomassem o assunto preferido das senhoras de elite nos seus encontros sociais.

O adestramento do doméstico muitas vezes exigia um aprendizado de anos, daí ser comum em Salvador o recurso de contratar meninas de tenra idade para ir aprendendo o ofício. Chamadas de “Catarinas” essas meninas também foram largamente utilizadas pelos lares de classe média baixa. No seu convívio profissional, a “Catarina” “tinha de aprender a cozinhar, lavar, arrumar, engomar, raciocinar como pessoa adulta, ter língua freada e jamais se lembrar de que era criança”⁷⁶.

Geralmente as Catarinas eram arranjadas por lavadeiras ou pessoas pobres que tinham contato com a casa. Chegavam magras, muitas vezes com doenças de pele,

trazendo todos os pertences enrolados numa trouxa. Se morassem na zona rural eram mais disputadas, uma vez que não trazia os vícios próprios do mundo urbano e eram dóceis. A subserviência e o estado higiênico pesavam. Caso fossem aceitas, tinha o cabelo raspado rente a nuca para evitar piolhos e passavam a se vestir com as roupas velhas da casa. Os parentes das mesinas recomendavam que não as deixassem sair sozinhas, pediam para que as ensinassem as primeiras letras e davam permissão aos patrões de castigá-las sempre que se fizesse necessário. Na ambigüidade criança-adulto as Catarina viviam. Não raro os patrões lhes aplicavam surras e castigos para discipliná-las. Poucas conseguiam aprender o ABC e outras tantas fugiam. As que se acostumavam geralmente imbecilizavam-se ou tornavam-se rancorosas, conseqüência mais que natural das contradições impiedosas da sua criação. Muitas delas, caso fossem muito dedicadas ao trabalho, nunca se casavam, vindo a se transformarem num estorvo à família que serviu pela vida inteira, quando a velhice dificultava o desempenho das tarefas domésticas⁷⁷.

2.3.2. As Amas-de-leite

A ama-de-leite foi, no contexto dos “criados de dentro de casa” uma presença constante, uma vez que os seus serviços eram largamente utilizados em Salvador. A atividade, apesar de exigir de muitas nutrizes que residissem na casa dos patrões, cessava com o desmame, podendo com isto ser o serviço dispensado. A importância dele, contudo, criava uma dívida de gratidão da família para com a ama-de-leite, passando esta a fazer parte do círculo íntimo do lar com o carinhoso epíteto de mãe-de-leite.

A utilização da nutriz foi matéria largamente discutida pelos médicos do final do século 19 até as duas primeiras décadas do século 20. Vista como um mal necessário, a ama-de-leite, desde que gozasse de boa saúde, era mais recomendada na criação dos bebês que a alimentação artificial.

O exame prévio, “feito cuidadosamente por um médico” seria a condição fundamental para a habilitação das nutrizes. Dr. Fulgêncio Martins Vidal, em sua tese de doutoramento em medicina no ano de 1902, recomendava que fosse a candidata solteira, tivesse em média 20 a 30 anos, gozasse de “caráter brando e afável” e possuísse “mamilos longos e flexíveis”, não apresentando escoriações nem manifestado cadamênio em aleitamentos anteriores⁷⁸. A opção pelas solteiras, apesar da conveniência de não apresentar família que pudesse impor exigências, foi condenada pela maioria dos médicos. As casadas, apesar dos transtornos, gozariam de “mais moralidade”, estando por isso longe do alcance de moléstias “oriundas da devassidão”⁷⁹.

Além de um perfil ideal, os médicos baianos estabeleceram dietas e regras de tratamento que deveria ser dispensado às nutrizes. Dr. Mario Cardoso Cerqueira recomendava delicadeza dos padrões uma vez que qualquer “acesso” de cólera ou “mau humor” podia ser prejudicial ao aleitamento. O trato, porém, devia ser sutil para que as amas “não se julgassem indispensáveis”, deixando as patroas “sob o domínio de suas imposições”⁸⁰. Bem tratados, com dieta farta e especial, a opção pela função de nutriz devia tentar várias mulheres pobres em situação difícil no pós-parto. Maria da Conceição, em 1906, deitou seu filho de 5 meses na Roda dos Expostos para alugar-se como “criada de leite”, alegando que seu ordenado não dava para sustentar o filho.

Maria prometia que “assim que pudesse” iria buscá-lo. Infelizmente o seu bebê teve o destino da grande maioria das crianças da Roda, vindo a falecer meses depois de sua entrada na instituição⁸¹.

Já em 1902, o Dr. Antonio Moreira Reis chamava atenção para as conseqüências do aleitamento mercenário, visto que o filho da nutriz “quase sempre sucumbe ao abandono”⁸². O Código Sanitário do município de Salvador, de 1925, no capítulo dedicado às nutrizes de aluguel, tentou remediar a sorte dos filhos das amas-de-leite, estipulando que o aluguel das mesmas só seria possível quando os seus filhos contassem com mais de 4 meses de idade, deixando-os para tal fim, sob a fiscalização da Diretoria de Higiene Infantil e Escolar⁸³.

2.3.3. Os Prestadores de serviços domésticos

Ter autonomia espacial e administrar pessoalmente a rotina de suas atividades de trabalho eram distintivos das mulheres que prestavam serviços domésticos, sem, contudo, viver sob o teto das famílias para as quais se empregava, estabelecendo com estas contratos que não exigiam dedicação exclusiva. Essas possibilidades de gerência autônoma da vida profissional, mesmo não se revertendo em ganhos maiores, dava a lavadeiras, faxineiras e engomadeiras, dentro da já aludida hierarquia de *status* dos ofícios, uma clara ascendência destas, sobre a cozinheira ou outro tipo de empregados “de dentro de casa” sem requintada especialização. Mesmo conhecidas como Sinhas (sem o acento na última sílaba), elas se gabavam: “Sou Sinha, mas nunca freqüentei a sua cozinha”⁸⁴.

O nível de clientela e a especialidade dos serviços prestados também as distinguiam. Havia lavadeiras somente de “roupa de homem”, ou as que lavavam e engomavam apenas “punhos e colarinhos, peitilhos e camisas de peito duro, calças e coletes brancos, ternos e duques de brim”⁸⁵. A partir de 1930, todo homem “distinto” que se prezasse tinha que usar paletó de linho branco e, para engomá-los sem deixar o tecido duro ou lustroso, queimar a lapela com o brumidor ou produzir manchas amarelas no tecido, com uma dosagem excessiva de tapioca no engomado, era necessário ter muita habilidade e conhecimentos distintos⁸⁶.

A vida dessas mulheres exigia um contínuo ir e vir pelas ruas, de trouxa à cabeça, a caminho das fontes públicas ou das casas que as contratavam. Algumas prestavam serviço na própria residência dos patrões, onde em dias combinados lá chegavam e desbastavam o cesto de roupa suja. Outras, de mais sorte, se contassem com uma cisterna em casa, podiam executar o serviço sem ausentar-se do lar. O mais comum, contudo, era a utilização das “aguadas públicas”.

O caminho da fonte era um percurso comum para a grande parte da população de Salvador na República Velha, visto serem poucas as casas que podiam contar e pagar a água encanada. As fontes do Gabriel, Pereira, Padre, Pilar, Água de Meninos, Queimados, Pedras, Novas, Dique, Tororó, dentre outras tantas espalhadas pela cidade, eram lugares ruidoso, freqüentados por “centenas de pessoas”⁸⁷, sendo que os aguadeiros, as lavadeiras e os seus filhos pequenos seriam, no fluxo de pessoas que dirigiam-se às “aguadas públicas”, a presença mais constante.

Lugar de múltiplas sociabilidades, nas fontes as lavadeiras iniciavam suas filhas menores no ofício⁸⁸; amizades e compadrios se estabeleciam, bem como brigas e

querelas diversas ali tinha lugar. Disputa pelo melhor lugar de “quarar” a roupa ou de secá-la mais facilmente, acusação pelo sumiço de alguma das peças da trouxa ou um comentário desabonador da conduta de uma delas teria sido o motivo provável para a pedrada e os “epítetos difamantes e injuriosos” desferidos pela lavadeira Sebastiana, em fins de janeiro de 1910, contra Maria Francisca, também lavadeira, na Fonte de Santo Antonio⁸⁹.

A territorialidade das fontes, com seus códigos e linguagens próprios, era mais conveniente às mulheres maduras, que já haviam aprendido a se defender dos variados transtornos e não se deixavam tentar pelos galanteios dos malandros que por ali circulavam⁹⁰. Quase todo o dia era consumido nas atividades de lavar, alvejar, “quarar” e esperar secar as roupas nas fontes⁹¹, daí ser o almoço cozido ou esquentado em fogareiros improvisados em suas imediações. Aliás, no mesmo fogo onde havia sido confeccionado a “barrela” ou fervida a roupa, com folhas de patchuli, para dar-lhe um odor agradável. Dr. Francisco Xavier Borges, em 1907, comentando o obituário de Salvador no ano de 1894, no tocante a profissão dos mortos, destacou a lavagem e o engomado como atividades que deixavam as mulheres vulneráveis a doenças, principalmente à tuberculose. A grande energia muscular desprendida, as altas temperaturas do braseiro, o contato direto com roupas contaminadas juntavam-se à exposição do corpo à intempérie. “O corpo exposto à canícula, vem um aguaceiro, é preciso guardar a roupa enxuta: aparece um resfriamento, uma pleuresia, precursores da tuberculose”⁹². Jorge Amado, em seu romance *Capitães de Areia*, escrito na década de 30, retrata a insalubridade da vida profissional das lavadeiras na personagem Margarida, que restabelecida de bexiga, tem uma recaída e vem a falecer quando volta à fonte, onde “trabalhou o dia todo, sob o sol e a chuva que caiu pela tarde”⁹³.

A jornada de trabalho das lavadeiras começava geralmente na segunda-feira quando, inspecionadas por alguém da família contratante era feito o rol das roupas que seriam lavadas. Depois de conferidas quanto ao seu estado de conservação, as roupas eram discriminadas por peças e contadas num código próprio: “este e mais três zirimão, aquele mais dois zirimão, este zirimão de lá está sem zirimão”⁹⁴. O sumiço de roupas, além de fazer descer o conceito das engomadeiras e lavadeiras podia ter conseqüências drásticas. Queixando-se do desaparecimento de “umas camisas de homem” dadas a Maria Fausta “para gomar”, Maria Claudelina da Anunciação procurou a polícia em 1910⁹⁵. Desbotar, manchar ou não entregar as roupas “lavadas e passadas” no sábado, também se constituíam faltas graves na rotina profissional dessas mulheres. Ocupando as vias públicas, terrenos baldios, gradis de igreja, com as suas roupas coloridas a secar ao vento, as lavadeiras davam à cidade um colorido especial, “aspectos pitorescos” que os ímpetos modernizadores da administração pública muito trabalho tiveram para debelar⁹⁶.

Lavadeiras, cozinheiras, arrumadeiras, chapeleiras, costureiras, babás, vendedoras de comida, etc, faziam parte de uma significativa população urbana que vivia das migalhas das famílias abastadas ou remediadas de Salvador. Nestas relações, além do vínculo profissional contavam questões afetivas. Gratidão, compadrio, proteção se misturavam na complexa relação entre patrões, consumidores e trabalhadores urbanos, expressos na frágil e ambigua linha entre a subserviência, “apego” e rancor. Desta forma, Salvador ainda demonstrava-se claramente patriarcal, uma vez que vínculos pessoais ainda determinavam a inserção profissional dos pobres no mundo do trabalho. Tal fenômeno muitos obstáculos trouxe à visão racional e

anônima apregoada pelas elites letradas em seus projetos de modernização urbana. A leitura feita pelas elites letradas das mulheres no espaço urbano e os novos papéis femininos daí derivados é o que estudaremos a seguir.

NOTAS

- ¹ Mário Augusto Silva Santos *Sobrevivência e Tensões Sociais*. São Paulo, 1982, pp. 33 e 34.
- ² Sobre as reformas urbanas de Salvador na 1 República ver especialmente Fernando da Rocha Peres *Memória da Se. Bahia*, 1974.
- ³ *Jornal A Tarde*, 08.05.1914.
- ⁴ *Jornal A Tarde*, 31.08.1916.
- ⁵ Mário Augusto Silva Santos *Op. cit.* P. 37.
- ⁶ Kátia Mattoso, *A Bahia no século XIX: Uma província no Império*, Rio de Janeiro, 1992, p. 09.
- ⁷ Donald Pierson, *Branços e Pretos na Bahia: um estudo de contato racial*, São Paulo, 1971, p. 97.
- ⁸ Ruth Landes, *A Cidade das Mulheres*, Rio de Janeiro, 1967, p. 14.
- ⁹ Mário Augusto Silva Santos, *Op. cit.* Pp. 45-46.
- ¹⁰ IBGE - Recenseamento do Brasil 1920, p. 11.
- ¹¹ *Ibidem*.
- ¹² Mário Augusto Silva Santos, *Op. cit.* P. 53.
- ¹³ *Ibidem*.
- ¹⁴ IBGE - Recenseamento do Brasil 1920, p. 109. (Tomo 2, v. 04).
- ¹⁵ *Jornal A Tarde*, 17.04.1936.
- ¹⁶ *Jornal A Tarde*, 19.05.1922.
- ¹⁷ *Jornal Diário de Notícias*, 09.05.1910.
- ¹⁸ *Jornal Diário de Notícias*, 17.02.1910.
- ¹⁹ Sandra Lauderdale Graham, *Op. cit.* P. 51.
- ²⁰ Entrevista com Leonor Santos dos Prazeres em 15.03.93.
- ²¹ *Ibidem*.
- ²² *Jornal A Tarde*, 17.04.1936.
- ²³ Anna Amélia Vieira Nascimento *Dez Freguesias da Cidade de Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*, Salvador, 1986, p. 131.
- ²⁴ APEBa, Secção Judiciária, Processo de defloramento Antenor Garcia, 10.02.1925 (sem classificação)
- ²⁵ *Jornal A Tarde*, 08.08.1935.
- ²⁶ Jorge Amado *Dona Flor e seus dois maridos*, Rio de Janeiro, 1977, p.54.
- ²⁷ Mário Augusto Silva Santos, *Op. cit.* P. 74
- ²⁸ *Ibidem*, P.75.

-
- ²⁹ Ruth Landes *Op. cit.* P. 316.
- ³⁰ Mário Augusto Silva Santos *Op. cit.* P. 75.
- ³¹ AHPMS. Relatório da Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador: Balanço da Receita e Despesas do Município da Capital da Bahia de 1 a 23 de Janeiro de 1901 (Prorrogação do orçamento de 1900) pp. 3-6 (anexos).
- ³² Maria Odília L. S. Dias. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* São Paulo, 1984, p.45.
- ³³ AHPMS Livro de Posturas Municipais de 1920. Postura nº 175, p. 49.
- ³⁴ Hildegardes Vianna. *Op. cit.* Pp 114-120.
- ³⁵ Sobre Moqueca de folha ver: Tânia Penido Monteiro. *La Vols d'Itapuã: Imagens da Passé et vision da changement.* Provence, 1993, p 358. Sobre vendas em caixinhas, ver Hildegardes Vianna. *Op. cit.* p. 81. Sobre "a mulher da sopa", entrevista com Idalina Maria da Conceição em 04.12.92. Fotos do comercio ambulante em Salvador e da participação das mulheres no mesmo ver: Sofia Oisewski Filha. *A fotografia e o negro na cidade do Salvador 1840-1914.* Salvador, 1985
- ³⁶ Afrânio Peivoto *Breviário da Bahia* Rio de Janeiro, 1980, p. 288.
- ³⁷ Hildegardes Vianna. *Op. cit.* P 116
- ³⁸ *Ibidem* Pp. 121 e 122.
- ³⁹ *Jornal A Tarde.* 07.11.1922.
- ⁴⁰ *Jornal A Tarde.* 05.09.1936.
- ⁴¹ Antônio Vianna. *Casos e coisas da Bahia* Salvador, 1950, pp. 129-132.
- ⁴² *Jornal A Tarde.* 11.07.1916.
- ⁴³ *Jornal A Tarde.* 17.07.1916.
- ⁴⁴ *Jornal Diário de Notícias.* 04.01 1896
- ⁴⁵ Entrevista com Hildegardes Vianna, em 05.06 1993
- ⁴⁶ AHPMS: Livros de "Entrada de generos para analise" da Diretoria de Higiene Municipal do ano de 1913. Pp. 43-53.
- ⁴⁷ Ruth Landes *Op. cit.* P. 90
- ⁴⁸ Entrevista com Jose Carlos Lisboa, em 10.09.1993.
- ⁴⁹ Jorge Amado *Op. cit.* P 107
- ⁵⁰ *Jornal A Tarde.* 20.01 1914.
- ⁵¹ *Jornal A Tarde.* 18.01 1936.
- ⁵² Mário Augusto Silva Santos. *Op. cit.* P.82.
- ⁵³ Hildegardes Vianna *Op. cit.* P 149
- ⁵⁴ Katia Mattoso. *A Bahia no século XIX.* Pp 13 a 17.

-
- ⁵⁵ Mário Augusto Silva Santos. *Op. cit.* Pp. 79 e 80.
- ⁵⁶ *Jornal A Tarde*. 04.01.1916.
- ⁵⁷ *Jornal Diário de Notícias*. 18.10.1910.
- ⁵⁸ *Jornal Diário de Notícias*. 20.04.1910.
- ⁵⁹ Eduard Dean Borges. *The Family in Bahia, Brasil 1870-1945*. Michigan. 1986, p. 179.
- ⁶⁰ Sandra Lauderdale Graham. *Op. cit.* Pp. 49 e 51.
- ⁶¹ Mário Augusto Silva Santos. *Op. cit.* P. 42.
- ⁶² *Jornal A Tarde*. 02.07.1935.
- ⁶³ APEBa, Seção Judiciária. Processo Crime de Infanticídio de Maria Apolônia. 07.07/1925. (Sem classificação).
- ⁶⁴ Sandra Lauderdale Graham. *Op. cit.* P. 47.
- ⁶⁵ Entrevista com Idalina Maria dos Santos, em 04.12.92.
- ⁶⁶ Hildegardes Vianna. *Op. cit.* P.29.
- ⁶⁷ APEBa - Processo de Maria Apolônia. *Op. cit.*, e Hildegardes Vianna. *Op. cit.* P. 29.
- ⁶⁸ Entrevista com Idalina Maria da Conceição, em 04.12.92.
- ⁶⁹ AMMS: Otávio Torres da Silva. *A Cidade do Salvador perante a higiene*. Tese de doutoramento apresentada à faculdade de medicina da Bahia em 1908, p.22.
- ⁷⁰ Hildegardes Vianna. *Op. cit.* P.29.
- ⁷¹ Ver Rosa Maria Barbosa de Araújo. *A Vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Especialmente as ilustrações.
- ⁷² Hildegardes Vianna. *Op. cit.* P. 28.
- ⁷³ Wanderlei Pinho. *Salões e damas no Segundo Reinado*. São Paulo, s/d. Trata sobre a vida social das elites baianas, especialmente pp. 16 a 57.
- ⁷⁴ Jeffrey D. Needell. *Belle Époque Tropical*. São Paulo, 1993, p. 172.
- ⁷⁵ Entrevista com Idalina Maria da Conceição, em 04.12.1993
- ⁷⁶ Hildegardes Vianna. *Antigamente era assim*. Rio de Janeiro, 1994, p. 169.
- ⁷⁷ *Ibidem*, pp. 169-172.
- ⁷⁸ AMMS: Fulgencio Martins Vidal. *Aleitamento artificial*. Tese de doutoramento apresentada à faculdade de medicina da Bahia em 1902, pp. 25 e 26.
- ⁷⁹ AMMS: Mario Cardoso Cerqueira. *Profiteia alimentar da primeira infância*. Tese de doutoramento apresentada à faculdade de medicina da Bahia em 1907, p.49.
- ⁸⁰ *Ibidem*, p. 53.

-
- ⁸¹ ASCMB: Livro de Expostos. ano de 1906. Mat. 1994.
- ⁸² AMMS: Antonio Moreira Reis. *Aleitação artificial*. pp 7 e 8.
- ⁸³ AHPMS: Código Sanitário da Bahia. 1925, secção VI. art. 952. § 3, alínea d e § 4, alínea b.
- ⁸⁴ Hildegardes Vianna. *Op. cit.* P. 28.
- ⁸⁵ *Ibidem*. pp 151 e 152.
- ⁸⁶ Entrevista com Hildegardes Vianna em 05.06.93.
- ⁸⁷ IGHBA: Saneamento da Bahia - Cidade do Salvador, 1926. *Relatório dos Projetos* por F. Saturnino Rodrigues de Brito. p. 26 (I-19-3-3N2); Octavio Silva Torres. *Op. cit.*, p. 09.
- ⁸⁸ Ruth Landes. *Op. cit.* P. 102.
- ⁸⁹ *Jornal Diário de Notícias*. 23.01.1910.
- ⁹⁰ Entrevista com Hildegardes Vianna, em 05.06.93.
- ⁹¹ Sandra Lauderdale Graham *Op. cit.* P. 54.
- ⁹² AMMS: Francisco Xavier Borges. *Profilaxia da syphilis, da tuberculose, do alcoolismo* Tese de doutoramento apresentada à faculdade de medicina da Bahia. em 1907. pp 36 e 37.
- ⁹³ Jorge Amado. *Capitães de areia*. Rio de Janeiro, 1976. pp. 145 e 146.
- ⁹⁴ Hildegardes Vianna. *Op. cit.* P. 155.
- ⁹⁵ *Jornal Diário de Notícias*. 10.03.1910.
- ⁹⁶ *Jornal A Tarde*. 16.10.1922.

PARTE II

AS MULHERES NA CIDADE REPUBLICANA

CAPÍTULO 3

DOMESTICAR AS MULHERES

3.1. Mulheres na rua

Legitimando o ritmo modernizante e nervoso das “picaretas do Dr. Seabra”, nos seus projetos de remodelação urbana de Salvador, estava toda uma discussão travada pelos médicos, ao longo do século 19, quanto às questões relativas à saúde das populações. Importadas da Europa, essas novas idéias chegam ao Brasil através das escolas superiores de medicina e, para além do conteúdo manifesto de elevar a qualidade de vida dos centros urbanos, elas sinalizavam para uma reorganização das cidades com vistas a melhor adequá-las ao modelo burguês. Tal questão vem sendo exaustivamente discutida na recente produção historiográfica brasileira, inspirada na obra de Michel Foucault¹

Diminuir a mortalidade e a conquista de índices positivos de natalidade foram os pilares sustentadores desta nova prática médico-social que, no combate aos focos de produção e transmissão de doenças, esbarrou-se nas instituições coloniais, ainda tão presente no *modus vivendi* da sociedade brasileira, em seus primeiros anos de República. O ambicioso projeto médico previa uma reordenação radical do espaço urbano no tocante à remodelação de ruas, esgotamento sanitário, novas concepções de hospitais, cemitérios, escolas, quartéis, bordéis e fábricas, adentrando por hábitos culturais arraigados, atingindo o interior das famílias nas suas tradicionais formas de inter-relação doméstica².

Aliás, a família colocava-se como instituição capital para o projeto higienista, uma vez que a sanidade física e moral dos homens passava, necessariamente, pelas relações domésticas. Nesta perspectiva, seriam delegados novos papéis aos homens e às mulheres, a fim de que viessem a encarnar tipos ideais de pai e mãe, vigilante quanto à saúde da prole³

A preocupação com a criança e a família traz para a discussão médica novas leituras da condição feminina, uma vez que o grau da inter-relação mãe-filho terá grande influência na produção de cidadãos saudáveis. A mulher reclusa, passiva e ignorante será contundentemente depreciada, em prol de um tipo feminino mais participante quanto à organização do lar e dona de alguns saberes para o desempenho do seu papel fundamental: a maternidade⁴.

Desta forma, matronas e senhorinhas, exemplares femininos das classes médias e altas, adaptando-se às novas exigências impostas pela sociedade burguesa, serão chamadas a romperem com a clausura doméstica dos tempos senhoriais, uma vez que o bom desempenho das novas exigências domésticas, impeliam-nas, mesmo que de forma condicionada, a uma presença mais constante no espaço urbano. Protagonizando hábitos de consumo, aliadas dos pediatras na vigilância sobre os filhos, preocupadas em instruir-se para melhor desempenhar o seu papel doméstico, engajando-se em campanhas assistenciais católicas ou mesmo militando junto ao filantrópico movimento feminista de então, elas irão fazer parte da vida da cidade ao longo da Primeira República.

Em 1916, quando da publicação do seu livro *A Bahia de Outrora*, Manuel Querino debitava como um dos maiores prejuízos da “civilização moderna”, “o

desembaraço com que matronas e senhorinhas enchem as ruas. em passeio a pé, a bonde e, mais moderadamente, a automóvel, quando não invadem casas de armário ou modistas”⁵. Os limites das “aspirações sociais reacionárias”⁶ do autor, não lhe permitiram compreender que a conjuntura histórica em que vivia, passava por mudanças profundas, das quais um novo papel feminino era parte constitutiva.

O ideal republicano de cidade, que habitava a cabeça de Seabra e Calmon, estava em consonância com o surto modernizante e tinha como objetivo preparar o espaço público para o livre tráfego das famílias. J.J. Seabra. logo no início do seu primeiro mandato, em 1912, tentou por em curso, mesmo que com pouco sucesso, um arrojado projeto de reforma urbana que visava destruir a feição colonial da cidade, com suas ruas estreitas e seus casarões insalubres. Obras como o alargamento de ruas, remodelação do cais do porto, construções de espaçosas e salubres vias públicas, como a Avenida Oceânica, calçadas mais largas para os transeuntes, prédios com fachadas suntuosas, construídas por arquitetos estrangeiros, jardins estilizados como o projeto do Trianon, praças com elegantes coretos e monumentos foram planejados e construídos ao longo das décadas de 1910 e 1920.

Explicitamente inspirada na Avenida Central do Rio de Janeiro, construída quando do mandato de Pereira Passos, J.J. Seabra pôs em curso a construção da Avenida Sete de Setembro em Salvador. A nova via pública que partia do largo do Teatro (Praça Castro Alves) e terminava no Farol da Barra, exigia uma transformação das antigas ruas coloniais, como a de São Bento, a de São Paulo, os becos do Senado e do Mocambinho, o Rosário de João Pereira e as Mercês. Alguns prédios tiveram de ser cortados, como a fachada do convento das Mercês. Outros foram demolidos como a

igreja de São Pedro Velho, que deu lugar a uma praça onde foi instalada a Escola Politécnica. Como a dizer que a cidade precisava mais de cidadãos do que dos santos católicos, na praça que substituiu a antiga igreja foi erguida a estátua do Barão do Rio Branco⁷.

Os bondes e os automóveis circulavam por entre os transtornos das construções públicas ou nas antigas e estreitas ruas, atropelando pedestres ainda não acostumados com os novos hábitos urbanos. A iluminação pública recriava o espaço da noite, transformando a Praça Castro Alves no centro da vida noturna⁸. Em 1916, esta praça oferecia, para o deleite dos seus frequentadores, clubes de jogos com serviços de bar, restaurante e cabaré, ricas confeitarias como a Teutônia, que brindava seus clientes com a música de um trio de piano, cello e violino⁹. Clubes recreativos, como o Baiano de Tênis e o late Clube da Bahia, colocavam-se como opção de lazer para as elites, ao lado das confeitarias, cafés, lojas e magazines, preferencialmente concentradas na Rua Chile, uma versão reduzida da Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro¹⁰.

Os cinemas, muito concorridos, apresentavam Theda Bara, a “fêmea fatal”, seduzindo a platéia masculina com a sua *performance* “melindrosa” e Itala Fausta, no Teatro Polytheama, emocionava os pais de família, encenando “A Mãe”, de Russinho, “exprimindo a força do instinto maternal, o seu amor profundíssimo (...) pelo filho que é seu idolo na vida”¹¹.

Os desfiles cívicos foram um outro momento fundamental na vida da cidade. O Instituto Geográfico e Histórico organizava os festejos com grande pompa, tentando dar aos mesmos um ar patriótico e solene. Carros alegóricos, bandas marciais,

estudantes de todas as escolas, destacamentos militares tomavam as ruas centrais. As famílias apossavam-se das calçadas ou iam à Praça do Palácio, onde uma imensa concentração de pessoas prestigiava os eventos, como o apoteótico Centenário da Independência da Bahia, em 1923¹²

As novidades dos “tempos modernos” ainda permitiam às “moças de família” freqüentarem os bailes de carnaval da “Sociedade Euterpe”, “Clube Caixerai” ou “Cassino Espanhol”, entre os mais antigos e de boa reputação¹³, desfilarem nos carros abertos das Associações Recreativas Fantoques, Cruz Vermelha, Inocentes do Progresso e Cavalheiros do Amor, ou mesmo sair em “cordão de senhorinhas” pelas ruas, devidamente vigiadas. Em 1905, o Fantoques apresentou, no seu desfile pela Avenida, a primeira guarda de honra feminina, constituída por “seis senhoras da melhor sociedade montadas a cavalo”, simbolizando “o domínio dos homens pelo amor”. As críticas foram várias. Eram mulheres sem beleza, escolhidas, na opinião de muitos, “porque parentes tinham força nos clubes”¹⁴. A festa carnavalesca para a elite tinha clara conotação familiar, uma vez que a sua realização estabelecia distinções bem claras com os primitivos entrudos, onde boêmios, pretos, pobres e outros “degenerados” divertiam-se freneticamente em práticas condenáveis¹⁵.

Nas janelas decoradas, no terraço do Hotel Americano, estabelecidas nas calçadas ou nas praças Piedade, Castro Alves, do Palácio, ou Terreiro de Jesus, as elites faziam das festas momescas um momento de exibição de luxo e de apresentação, no espaço republicano da cidade, dos dotes casadoiros das moças, expressos na possibilidade delas ostentarem bens de consumo. Vestidos de seda, grandes chapéus emplumados e jóias caras ornavam a beleza das senhorinhas que, entre um descuido e

outro dos pais, podiam um flerte clandestino, à moda romântica, deixando corações apaixonados:

*"Hontem no baile estavas linda!...
Mas, também, esplêndida! ai de mim!
Por que minh'alma fica triste e aflita
Quando te vejo deslumbrante assim."*¹⁶

As fotos das três primeiras décadas do século dão-nos uma idéia clara da distinção existente entre povo e família nas festas e cerimônias públicas. Chapéus, sombrinhas, paletós e bengalas eram emblemas das pessoas "de família" que se encontravam nas ruas, geralmente de tez clara, em oposição a pretos mal vestidos e pretas sem chapéus. A ocupação da rua pelas classes médias e altas, deu-se dentro de códigos precisos. Ir à Rua Chile para conversar sobre política era um programa salutar para homens da elite. Frequentar as casas de chá, observar vitrines, atraía para o mesmo espaço matronas e senhorinhas. A rua, contudo, não era a tônica da vida das mulheres, sendo severamente criticadas àquelas que a frequentavam, infringindo os códigos que regulavam a sua presença no espaço urbano.

Em 1922, uma moça de cor branca e de boa família ousou dirigir-se ao Colégio da Providência "embalsamando o ar de perfumes finos (...) e tão escandalosamente decotada como se fosse ao baile". A melindrosa afrontava o pudor das alunas que ali se dirigiam com as suas cestas de costura, "casaco afogado no pescoço e com as mangas fechadas no punho", sendo, por isso, interpelada pela freira responsável pelas aulas:

*Não minha filha, não está direito aos olhos de Deus
Não chame isso de elegância, que ofende a virtude.
Gostaria de como mãe, ver a sua filha assim vestida?
Expondo-se a comentários indignos, ferindo o precioso
tesouro do seu pudor?"*¹⁷

No mesmo ano, o “riso irônico de uma melindrosa” fez com que a mesma fosse seguida por um “sujeitinho” da Rua dos Marchantes ao Largo do Santo Antônio, ouvindo declarações e propostas indecentes. A “morena chic”, muito nervosa promoveu um escândalo na rua e foi salva por um guarda policial¹⁸

A presença da mulher solteira e sozinha era extremamente incômoda aos olhos da sociedade. Ruth Landes amargou sua sorte de mulher independente, quando da sua estada em Salvador, em 1938, para uma pesquisa antropológica. Sua situação de hóspede sem acompanhante de um hotel da Rua Chile afastava-a das famílias, e a sua aparência fazia com que as prostitutas se sentissem ameaçadas por uma provável concorrente norte-americana. A polícia do Estado Novo, ao cassar os seus direitos de pesquisa sem motivos aparentes, talvez espelhasse a reprimenda moral da capital baiana à sua incômoda presença¹⁹.

O insignificante desenvolvimento industrial do Estado, contribuiu para que Salvador contemplasse matizes peculiares no seu processo de modernização dos hábitos urbanos. dentro da conjuntura republicana, uma vez que as transformações aqui vivenciadas não tiveram a velocidade alcançada no Rio de Janeiro e São Paulo. Salvador não se transformou em um centro cosmopolita onde os padrões de vida fossem radicalmente revistos através das múltiplas influências estrangeiras, como no Rio, ou mesmo pelos imperativos próprios dos centros urbanos modernos. É certo que os costumes dos habitantes da capital diferenciava-os, como demonstrou Dain Borges, do resto da população do Estado²⁰. Em relação ao Sudeste, porém, Salvador tinha uma acanhada urbanidade, possibilitando, por muito tempo, uma convivência negociada entre tradição e modernização. Os mais românticos, como Stefan Zweig, consideravam

a capital da Bahia uma cidade “ativa, presa ao passado com um cultura e estilo próprios”²¹. Os modernos, defensores do modelo europeu de civilização, como a personagem Paul Rigger, do romance de Jorge Amado *O País do Carnaval*, se espantou quando da sua volta ao Brasil, na década de 1930, depois de longos anos em Paris. O Rio de Janeiro, para a personagem, não era o Brasil, mas uma cidade do mundo, como Paris, Londres, Tóquio, Nova Iorque. Já Salvador era uma “provincia paralisada”, lugar sem os atrativos do mundo moderno²².

Preservada em seus padrões culturais para uns, atrasada em seu desenvolvimento urbano para outros, o certo é que a conjuntura social baiana era extremamente hostil a uma participação mais ativa das mulheres de elite. Em Salvador, mais do que em outros centros urbanos de grande porte, o trabalho feminino denunciava as dificuldades da família que dele lançava mão, aviltando muitas vezes o seu prestígio. O ócio ou a eterna espera dos maridos determinava a vida de muitas mulheres, que, apesar da sedução das ruas, mantinham-se reclusas no interior dos lares, sendo mal vistas quando permaneciam por muito tempo nas janelas²³. Mesmo no caso dos setores de serviços, como os correios, telégrafos e telefones que no Rio de Janeiro no ano de 1920, já se apresentavam majoritariamente ocupados por mulheres, em Salvador os números do Censo demonstram tendência inversa. As mulheres ou “moças de família” que se arriscavam em ofícios como enfermeiras, telefonistas, ou mesmo as estudantes, faziam uso de uniformes austeros que as masculinizavam, protegendo-as assim de serem confundidas na rua com as mulheres ditas “públicas”²⁴.

Se a conjuntura republicana acenava para uma participação mais ativa das mulheres na esfera pública ou se, no caso baiano, a fragilidade da economia volta e

meia exigia das mulheres o trabalho fora do lar, era necessário prepará-las para que não fossem presas fáceis dos perigos que rondavam a honra e a castidade femininas. Zelar publicamente pela virgindade e pelo recato foi tarefa assumida por muitas mulheres da sociedade. Dona Henriqueta Martins Catharino é um exemplo de tal tipo feminino, com grande expressão na vida de Salvador na primeira metade deste século. Filha de família abastada, com formação intelectual e prendada nas tarefas domésticas, ela foi desviada do seu projeto natural de esposa-mãe pela súbita morte do noivo. A fidelidade ao ex-futuro esposo foi mantida por toda a vida, e ostentada emblematicamente pelo uso do luto fechado e pela opção por uma vida austera e sem exibição de luxo. Ela encarnava as possibilidades ideais das “mulheres de família”: casar-se uma única vez ou renunciar para sempre a uma vida sexual, entregando-se à filantropia e a uma forte devoção religiosa. Nesta perspectiva, em 1923, D. Henriqueta cria o Instituto Feminino da Bahia. Esta instituição escolar, além do Curso Normal, oferecia às suas alunas o curso técnico em contabilidade, e abrigava moças em regime de internato. Visando proteger as donzelas que vinham do interior ou mesmo aquelas que buscavam a profissionalização na capital, a pedagogia do Instituto era centrada num rigoroso controle das condutas das internas, dentro dos princípios cristãos e do ideal de castidade e pureza, para que as internas e alunas pudessem tornar-se “mulheres moralmente fortes”²⁵.

É certo que o trabalho público feminino para as elites ou famílias remediadas era fato excepcional. Nas profissões liberais registradas no Censo de 1920, as mulheres só se apresentam em maior número que os homens no exercício do magistério, por razões que nos parecem óbvias. A instrução primária era delegada à

mulher pela constante identificação desta tarefa com o sentimento materno e outros “pendores da alma feminina”. Muitas mulheres, no entanto, ostentavam o diploma de professora como um dote, não vindo nunca a exercer o ofício. Quando o faziam, a atividade denunciava as contradições inerentes à profissionalização feminina. A confiança das famílias ao entregar-lhe os seus filhos para serem educados, exigia da professora uma conduta moral ilibada, o que, por extensão, atingia toda a sua família. O prestígio e a ascendência comunitária da professora requeria um zelo moral cotidiano²⁶.

Sendo a profissão abraçada, muitas vezes, por mulheres sem recursos, não era raro que a professora assumisse o encargo de arrimo de família. A professora Emilia Ferreira de Souza, em seu Caderno de Confidências do ano de 1936, lamentava a morte do pai e escrevia que “agora mais do que nunca precisava trabalhar”, por não contar mais com a presença paterna²⁷. Os jornais da época e os registros de Hildegardes Vianna atestam os problemas financeiros porque passavam as professoras baianas. Ganhando salários ínfimos, e contando com um crônico atraso no pagamento dos mesmos, elas eram presas fáceis dos agiotas. Estes, conhecidos como “Procuradores”, além de extorquirem juros vultosos, mediavam a relação dessas mulheres com a esfera pública, tratando dos seus papéis ou resolvendo problemas burocráticos pertinentes ao exercício profissional. Os já aludidos problemas financeiros exigiam, muitas vezes, uma sobrecarga de trabalho para estas mulheres, levando-as a conciliar o possível emprego público, com aulas particulares, conhecidas na Bahia como “bancas”²⁸.

A expressão “o marido da professora” ou a variante “Felipe” ainda são comuns em Salvador, para designar homens que vivem às custas das mulheres. Com uma rígida postura moral a manter, com jornadas de trabalho de duração excessiva, era comum que às professoras não estivesse reservado outro futuro que não o de solteironas ou que, quando cediam aos apelos do coração, se transformassem em presas fáceis de maridos preguiçosos.

Não só Henriqueta Martins Catharino, como a sua diletta amiga, a Professora Amélia Rodrigues, nomes de destaque em Salvador na primeira metade do século 20, permaneceram solteiras por toda a vida. A dedicação às obras filantrópicas, como no caso de Henriqueta, o prestígio pedagógico que gozava Anfrisia Santiago, ou mesmo uma vocação para o mundo das letras e da política, que marcou a vida de Amélia Rodrigues, exigiam dessas mulheres posturas morais rígidas, que muitas vezes se confundiam com o sacerdócio religioso. A exibição de uma postura abnegada, o que passava muitas vezes pela negação da vida pessoal, dava a essas mulheres os requisitos necessários para justificarem a sua presença no espaço público. Não trilhando o caminho do casamento e da conseqüente maternidade, era necessário que essas mulheres não se mostrassem frívolas. Vestir-se com austeridade, não lançar mão dos objetos de consumo colocados tentadoramente no mercado à disposição da clientela feminina, eram atitudes que salientavam a honradez dos seus propósitos.

Lutar pela inserção das mulheres no mundo do trabalho e da educação deram, em contrapartida, a ação social de Henriqueta, Anfrisia e Amélia Rodrigues, uma conotação essencialmente conservadora. Aliás, elas espelham o importante papel desempenhado pelas professoras nos quadros da conjuntura republicana, na disseminação da ideologia patriótica, do culto à família assentada sobre o poder

incontestemente do pai e na manutenção da hegemonia religiosa católica, legalmente ameaçada na República pela separação da Igreja e do Estado. Em discursos proferidos quando dos eventos comemorativos do Centenário da Independência da Bahia, Amélia Rodrigues exaltava a pátria, a igreja e a família como instituições capitais para a manutenção da ordem e para a construção do progresso social. Falando ao Centro operário, ela condenava veementemente a experiência soviética, pela ameaça que esta representava à igreja e à família. A leitura dos seus discursos, poemas, artigos de jornais, guardados em um rico dossiê do Instituto Feminino da Bahia, nos demonstra a sólida formação intelectual da professora Amélia. Informada sobre a situação mundial, leitora, inclusive, da literatura anarquista e comunista, ela utilizava de tais informações para defender a conservação de antigas instituições sociais, tão ameaçadas pelos fortes ventos da modernidade. Nesta tarefa, a mulher teria, segundo a sua ótica, grande importância. Conhecedora da História da Bahia, ela enaltece, em discursos, os personagens engajados nas lutas da Independência, como exemplos de homens e mulheres realmente empenhados com a missão patriótica. A abstinência sexual de Maria Quitéria e Joana Angélica é realçada como o atributo mais valioso das heroínas da Independência baiana. O pensamento dessas mulheres é fundamental para compreendermos a expressão política das primeiras feministas baianas que analisaremos a seguir²⁹.

3.1.1. O Feminismo das baianas

O movimento feminista baiano da primeira metade do século 20 foi estudado por Maria Amélia Ferreira de Almeida, permitindo-nos compreender o pensamento do estrato letrado e economicamente privilegiado das mulheres baianas³⁰.

As católicas feministas, em nenhum momento das suas práticas políticas, enveredaram-se por uma contestação mais radical da ordem patriarcal. Salvador não teve feministas de idéias revolucionárias sobre as relações de gênero como uma Maria Lacerda de Moura, Ercilia Nogueira Cobra, Matilde Magrassse, Maria de Oliveira dentre outras³¹. A nível nacional, a Federação baiana para o Progresso Feminino ficou a reboque das lideranças do sudeste do país. Como ressaltou uma das suas mais expressivas lideranças, Edith Gama de Abreu, o feminismo das baianas era “uma coisa superior, de mulheres de famílias nobres, da elite, de moral cristã”³². A ação das feministas em Salvador acenava para uma reciclagem das mulheres, habilitando-se assim a viverem melhor o secundário papel a elas destinado dentro do lar, ameaçado pelos ímpetus modernizadores do capitalismo e das novas ideologias de cunho libertário.

Com pouco espaço na imprensa local, a mulher de elite só aparecia nos periódicos, com mais freqüência, nas notícias de batizado, casamento ou enterro. A coluna “Feminismo” do jornal *A Tarde*, na década de 1920, traz sempre notícias dessa ordem ou mensagens de cunho moralizante. Algumas senhorinhas são elogiadas pela beleza e meiguice, outras mulheres são comentadas pela estranheza profissional, como Madame Curie. Em 1922, protegida pelo anonimato, uma mulher escreveu um artigo em defesa do voto feminino³³. No geral, as mulheres de expressão, quando raramente escreviam matérias jornalísticas, faziam-no em defesa da integridade do lar, da “honestidade” feminina e da infância, como nos atesta o artigo de uma tal Maria Lúcia, publicado em 1914. Nele, a autora condenava veementemente um espetáculo de dança.

que ocorria nos palcos dos teatros Polytheama e São João, onde a “pequena Vidigal”, com apenas dez anos, apresentava-se:

“desarticulando-se, coreografando passos lascivos de maxixe, numa desenvoltura de pecadora impertinente.”³⁴

A insatisfação de Maria Lúcia estava em consonância com a prática das Associações de Senhoras de Caridade e das Ordens Religiosas femininas de então, preocupadas em segregar as moças “pobres e honestas” em escolas e orfanatos, livrando-as, assim, de uma presença vulnerável nas ruas. Iniciando-as em ofícios femininos dignos, como a costura e a culinária, mantendo rígida vigilância sobre o comportamento moral das assistidas, tais investimentos acenavam para a possibilidade de virem as protegidas a constituir famílias legítimas. Nestas, sobre a tutela dos maridos, as mulheres podiam dedicar-se ao exercício exclusivo da maternidade, onde crianças moral e fisicamente saudáveis fossem esteios de futuros cidadãos³⁵.

As posturas mais radicais sobre a questão feminina, como a igualdade entre os sexos ou mesmo a superioridade das mulheres, advogada no final do século 19 pela líder sufragista inglesa Christabel Pankhurst, que via no celibato feminino uma “resposta à depravação do comportamento sexual masculino e a disseminação de infecções venéreas”³⁶ eram severamente criticadas pela imprensa baiana. Constantemente as mulheres eram associadas a Pankhurst. Por defender-se dos assédios sexuais de Pompílio Eusébio Nazareth, desferindo no mesmo algumas cacetadas, Maritta Pereira da Cruz foi ridicularizada pela imprensa no ano 1914 e a sua condição de solteira morando sozinha foi associada às idéias de Pankhurst: “não se casar a bem do feminismo”³⁷.

Os homicídios cometidos pelos homens em “defesa da honra”, eram, a priori, absolvidos pela opinião pública e pela imprensa. Mesmo visto como crime pela legislação republicana, os costumes pareciam repetir as prescrições das Ordenações Filipinas, onde o assassinato de mulher adúltera e seu amante pelo esposo traído não era visto como delito³⁸. A chamada “tragédia de Feira de Santana”, onde o marido matou a esposa por ter a mesma cometido adultério, mereceu toda a seção livre do jornal *A Tarde*, em 1922, onde o homicida, encamando o papel de vitimado na honra, contou a sua versão e vangloriou-se³⁹.

Sobre o fato as feministas baianas silenciaram e três dias depois, assinando a coluna “Feminismo” no jornal citado, a poetisa Maria Amália Vaz de Carvalho aprecia esclarecer os propósitos de tais mulheres: “os costumes de qualquer século dependem mais do que parecem ou do que apraz confessar, do procedimento das mulheres; são elas uma das principais molas que fazem andar a máquina humana. Os que concedem que as graças das mulheres têm contribuído para polir os costumes dos homens, deveriam refletir quão grande influência a moral feminina tem também no proceder deles”⁴⁰.

3.2. Mulheres da rua

A ideologia republicana assentou-se sobre o binômio família-cidade. Era o lar, enquanto reserva moral, quem produzia os cidadãos saudáveis para a vida pública, cômicos das suas obrigações patrióticas⁴¹. Tal fenômeno, contudo, não produziu um movimento de indiferenciação progressiva entre a casa e a rua. ao contrário, era

necessário manter as fronteiras entre o público e o privado devidamente definidas, uma vez que é na “transmutação ou passagem de um elemento de um domínio para o outro”, segundo Roberto da Matta, que os papéis e as ações sociais ganham sentido⁴². O anonimato das ruas impunha uma estratégia de reconhecimento das pessoas que nelas circulavam, segundo o local que elas ocupavam dentro do lar.

Ao exibir as mulheres no espaço público, a cidade republicana tratou de diferenciá-las, salvaguardando aquelas que com mais legitimidade apropriavam-se dela: a “moça” ou “senhora de família”. Protegida pelo seu papel social, a “moça” encarnava a castidade e pureza necessárias à honestidade das famílias, que por sua vez, era mantida pela fidelidade conjugal das “senhoras”. Mulheres “de família” reconheciam-se enquanto tais, na gramática das ruas, em oposição às “mulheres públicas”. “Moça de família” e “mulher pública” seriam as expressões extremadas das identidades sociais femininas, postas em circulação no espaço das cidades pelo mundo burguês⁴³.

A afirmação da “moça de família” fez-se com uma sistemática estigmatização da “mulher pública”. Os trabalhos de Luiz Carlos Soares, Magali Engel, Margareth Rago, Sílvia Alvim Nunes e Boris Fausto demonstram claramente como, a partir do século 19, cresceu a preocupação das autoridades e dos médicos com a prostituição⁴⁴. Atentando contra a saúde física e moral da população, a prostituição foi, durante toda a segunda metade do século 19, matéria de robustos tratados científicos e de várias ações das autoridades com vistas a controlar o fenômeno, circunscrevendo-o em lugares que facilitassem o maior controle médico-policial.

O caráter portuário e comercial de Salvador – e o conseqüente fluxo de homens –, contribuiu para que a mesma, desde os tempos mais remotos, fosse solo propício para a prática prostitucional. Se crermos no quadro de promiscuidade sexual que pintaram os jesuítas, especialmente Manoel da Nóbrega e Antônio Vieira, o comércio do corpo feminino pelas terras baianas talvez seja tão velho quanto os alicerces da cidade⁴⁵. No século 17, Gregório de Mattos em sua produção poética ligada à crítica dos costumes, já dava conta da grande extensão do fenômeno na Bahia. Aliás, em um dos seus poemas mais conhecidos - “A Bahia!”-, a prostituição é a imagem escolhida pelo poeta para ilustrar o papel da colônia frente a economia mercantilista, uma “larga barra” onde todos que tinham dinheiro podiam entrar e possui-la. Escravas, forras e brancas pobres são elencadas por Vilhena como tipos femininos que, para além da condição social, engrossavam o mundo da prostituição em Salvador no século 18, fazendo o autor clamar por uma intervenção das autoridades, com o fim de empurrar as prostitutas para os arredores da cidade⁴⁶.

Na República, muitas vezes se levantaram contra a prática prostitucional em Salvador. A higienização do espaço público expunha a sujeira moral da cidade onde velhos casarões, ruas estreitas e meretrício confundiam-se como elementos a serem combatidos pelas medidas de profilaxia social. Deve-se a tal fato, a recorrência do tema prostituição nos jornais da época republicana, uma vez que era incomum notícias desta natureza nos jornais da primeira metade do século 19.

“Mundanas”, “dulcinéas”, “decaídas”, “horizontais”, “mulheres de vida airada” eram, dentre outras, as expressões utilizadas pela imprensa baiana para referir-se às prostitutas. Apelidos como Laura Cemitério, Izaura Avestruz ou Maria Três

Pinotes, sempre veiculados pela imprensa, denunciavam a periculosidade ou morbidez dessas mulheres, que à noite, “quando a cidade dorme e sonha”⁴⁷, ameaçavam com as suas práticas eróticas a saúde física e moral das famílias, instaladas em toda a parte da cidade. Em 1910 elas faziam “ponto” nas ruas mais transitadas da Cidade Alta, Distrito da Sé, Silva Jardim e adjacências, Baixa dos Sapateiros, Praça Treze de Maio (Piedade), Rua do Cabeça, etc.⁴⁸

Atentando contra o pudor elas exibiam-se nas janelas das casas da rua do Liceu quando terminava o espetáculo do cinema⁴⁹ ou praticavam tantas obscenidades na Rua Carlos Gomes, “quer a luz meridiana, quer à noite”, que impediam as famílias que ali residiam de chegarem à janela⁵⁰. Em 1916, a meretriz Marietta, achava-se confortavelmente instalada na janela de um prédio no Taboão, completamente nua, apreciando o luar⁵¹. No mesmo ano, mais de trinta “mulheres de vida airada” no Rio Vermelho, fantasiavam-se para o carnaval, causando grande escândalo, com uniformes da marinha emprestados por soldados⁵². Já em 1914, o Sr. Victorino Guimarães, passando com a sua família por Água de Meninos, “viu-se forçado a afastar-se de um automóvel que por ali corria, tal a cena licenciosa e apimentada que, no interior do mesmo, se desenrolava, servindo de protagonista dois senhores e duas mundanas sem escrúpulos”⁵³.

Posto como um dos grandes problemas da cidade, a associação da prostituição com doença, pecado e perigo era recorrente. Era em nome da família, de “medidas saneadoras” ou do combate à marginalidade que a repressão policial justificava-se. Já no primeiro governo Seabra, é criada a Polícia dos Costumes enquanto os hotéis, hospedarias e pensões serão obrigados a enviarem à polícia mapas

diários dos seus hóspedes⁵⁴. As reformas urbanas repercutiam nos habitantes das classes média e alta como um momento de revisão dos hábitos e costumes. Pensada enquanto corpo, a “cidade higiênica” das elites precisava amputar suas partes doentes e segregar os seus dejetos. Às investidas de reforma das ruas, associava-se sempre a expulsão da vizinhança indesejável, principalmente as prostitutas. Em 1903, quando da inauguração da Rua Chile, todas as meretrizes ali residentes foram convidadas a se retirar, sob o aplauso das famílias⁵⁵. Em 1910, a polícia intimou as prostitutas da Rua Carlos Gomes e Rua do Tesouro para que, num prazo de quinze dias, deixassem de residir nestas áreas “a bem da ordem pública”⁵⁶. A repressão policial assumia, muitas vezes, um caráter de campanha sanitária. Para “limpar” o Distrito da Sé, 96 prostitutas, estabelecidas em nove casas da área, foram convidadas a comparecer à polícia no ano de 1914⁵⁷. Em 1922, o jornal exigia “medidas saneadoras” para com a habitação coletiva denominada “O Paraizo”, que era uma “ameaça permanente à moral e aos bons costumes” dos moradores da rua do Saldanha⁵⁸. Três dias depois, a polícia fez desfilar pela Avenida Sete, em pleno dia, rumo à casa de detenção, um “rancho” de 20 prostitutas, devidamente guardadas por soldados, presas na noite anterior, na Rua Carlos Gomes, por praticarem algazarras⁵⁹.

No seu relatório de atividades, do ano de 1916, o então Secretário de Polícia e Segurança, José Álvaro Covas, esclarecia a política posta em prática pelo governo Seabra contra o meretrício escandaloso, “diligenciando circunscrever a sua localização a ruas que não sejam artérias principais ou ponto de trânsito necessários”⁶⁰. Tal medida estava em consonância com os reclames das associações católicas e dos pais de família. Em 1910, um longo artigo de jornal pedia providência da “polícia civil bem

como da sanitária” contra as prostitutas e bêbados que obstruíam as ruas e artérias principais da cidade. Vista como um mal necessário, uma vez que a prostituição satisfazia os impulsos eróticos dos homens, protegendo desta forma as virgens “de família”, o jornal esclarecia: “não queremos exceder no mal, a quem podemos igualar no progresso. Os bêbados vão para o xadrez e as rameiras para as suas alfurjas, na rua é que não devem nem podem ficar, assim exige a moral e o pudor”⁶¹.

Sendo uma profissão eminentemente associada às áreas centrais da cidade, o efeito de tal política foi a progressiva concentração das prostitutas em algumas áreas do Distrito da Sé, Conceição da Praia, Rua do Paço e Pilar, que não sofreram valorização imobiliária por não terem sido contempladas nos projetos de reforma urbana. A superpopulação das habitações coletivas, com os velhos casarões divididos em cubículos, logo se fez sentir. O intenso fluxo de pessoas volta e meia provocava transtornos, o que exigia a intervenção da polícia e alimentava constantemente as notícias de jornal. Por outro lado, a grande procura de quartos ou cômodos nessa área fazia com que os aluguéis subissem excessivamente, sendo muitas vezes estipulados por diárias. No ano de 1914, uma diária variava de 3\$000 a 4\$000. Neste mesmo período, o salário mensal de um operário que trabalhava na reforma da cidade era 37\$000, isto é, três vezes menor que um mês de diárias pagas por prostituta⁶².

Respalhando as medidas de controle à prostituição e a adoção de medidas de profilaxia contra a tuberculose e a sífilis, o Dr. Francisco Xavier Borges já recomendava, no ano de 1907, a inscrição de toda “mulher pública” na repartição sanitária, ficando sujeitas a “visitas domiciliares, semanalmente feitas pelo médico”⁶³. Na verdade, as doenças sexualmente transmissíveis grassavam na população. Somente

no ano de 1922, o dispensário Ramiro Monteiro, que tratava de homens acometidos de sífilis, registrou uma frequência de 1.036 doentes⁶⁴.

Se a prostituição era uma das maiores doenças da cidade republicana, o lenocínio constituiu-se em um dos seus maiores crimes. Era a ação de homens inescrupulosos que lançavam nos “lupanares da mais torpe devassidão” as “mulheres de família ou as meninas e órfãs vítimas de um lar destruído”. Através da ação dos cáftens, a prostituição não só atentava contra a moral pública, como também ameaçava a família no seu bem mais precioso: a honestidade de suas mulheres⁶⁵.

A atribuição, quase que exclusiva, da responsabilidade pela prostituição ao cáften tinha referendo científico. A partir do final do século 19, os estudos médicos começavam a demonstrar a vocação anti-social das mulheres, devido à inferioridade da sua constituição biológica, comprovada “cientificamente” pela Antropometria. Fazia-se necessária a vigilância dos homens e o aconchego dos lares, para que o ser feminino desenvolvesse sentimentos altruísticos, como o amor. A constituição biológica primitiva que a caracterizava, transformava a mulher em presa fácil do instinto e, portanto, em um ser vulnerável ao comportamento perverso. Aborto, infanticídio, prostituição e loucura feminina passaram a fazer parte dos estudos sistemáticos dos médicos, segundo os quais as bases degeneradas do sexo feminino constituíam variáveis fundamentais das sociopatias. Tais idéias, filiadas ao pensamento de Samuel George Morton, Paul Broca e Cesare Lombroso, tiveram livre tráfego entre as elites letradas baianas na Primeira República, muito em razão da simpatia que um dos seus intelectuais mais ilustres, Nina Rodrigues, nutria pelas mesmas. Presa ao instinto, sem

capacidade de pensar ou discernir, a mulher colocava-se como vítima indefesa da inteligência sórdida de alguns homens⁶⁶.

A existência de um tráfico internacional de “escravas brancas”, com uma das suas sedes em Buenos Aires – e a entrada do Brasil em seu circuito, levaram à adoção de medidas severas por parte das autoridades republicanas. Instigada pela imprensa, a Polícia Portuária começou a vetar a entrada de estrangeiros, principalmente russos, polacos, romenos e austriacos, sob acusação de envolvimento no aludido tráfico⁶⁷. Em 1914, Moisk Sommerlovcist foi impedido de desembarcar em Salvador, pelo subdelegado do Porto, após recebimento de um telegrama da polícia do Rio de Janeiro, informando ser o mesmo um cáften expulso de Buenos Aires⁶⁸. Durante todo o primeiro governo Seabra, o combate ao lenocínio irá caracterizar a ação da Secretaria de Polícia e Segurança Pública⁶⁹. Foi, porém, na década de 1920, acompanhando uma sistemática campanha contra a prostituição levada a cabo pela Capital Federal⁷⁰, que a repressão ao lenocínio em Salvador reforçou-se. No ano de 1922, os jornais declaravam a entrada de Salvador na rota do tráfico e vários indivíduos foram proibidos de desembarcar no porto, ou mesmo deportados de Salvador para o norte do país, como os “russos” Elias Nataes, Brim Hamer e o brasileiro “Nosinho”⁷¹. Na época o Hotel Paris também foi acusado pela imprensa de participação no negócio⁷².

O fenômeno mostrava-se mais dramático aos olhos da sociedade, com a presença de meninas púberes e “crianças de 10 a 12 anos” já entregues a prostituição⁷³. Presas fáceis dos cáftens, dos “celibatos precoces” ou dos “protegidos dos figurões”⁷⁴, elas estavam expostas nas ruas pela “inconsciência dos lares

degenerados", ou porque haviam sido expulsas das famílias como "impuras". A extrema pobreza impelia muitas delas, com "rostinhos lindos" a invadirem lojas, cafés, restaurantes, a pedir esmolas ou a rogar óbulos a São Francisco e Cosme e Damião⁷¹, ficando assim vulneráveis aos assédios masculinos. A memória do bairro comercial guardava em 1910, a história do grupo de meninas vendedoras de bilhetes de loteria, que trocou "tal meio de vida, pelo meretrício, porque a sua desalmada genitora nisto consentiu"⁷⁶.

A prostituição de adolescentes e púberes assustava a médicos, autoridades, religiosos, jornalistas e senhoras de caridade. Álvaro Covas comentava abismado a "progressão assustadora" de adolescentes, na faixa de 13 a 18 anos, que entrava para a "vida mundana", nos anos de 1914 a 1916, principalmente dos distritos da Sé, Conceição da Praia, Rua do Paço e Pilar⁷⁷. Dr. Xavier Borges já colocava como alternativa, no ano de 1907, a criação de sociedades protetoras organizadas por senhoras, que desse à moça pobre "condição de ganhar honestamente o pão"⁷⁸. Em 1916, uma iniciativa deste tipo teve lugar no colégio da Providência, onde a Associação de Senhoras de Caridade criou uma sala de trabalhos, constante de uma "larga oficina onde as moças honestas aprendem a bordar e a coser e ganhar a vida honestamente"⁷⁹.

A já discutida obra de assistência feminina levada a cabo por Henriqueta Martins Catharino também tinha este caráter preventivo. Se a pobreza ou as novas oportunidades profissionais levavam as mulheres a ocuparem o espaço público, era necessário protegê-las dos virtuais perigos da rua, através de uma educação moral que reforçasse valores como virgindade e respeito à família. O culto à Virgem Maria,

ganha força fundamental nesta época, com a disseminação de grupos católicos dedicados às moças solteiras denominados Filhas de Maria⁸⁰. A Liga Católica das senhoras baianas, criada por Amélia Rodrigues no ano de 1909, estava em sintonia com essa intervenção moralizadora⁸¹.

O asilo para “mulheres perdidas” do Bom Pastor da Lapa também era uma estratégia para a contenção do meretrício escandaloso. Em 1925 ele contava com “mais de cem mulheres” reclusas, “sem falar nas mocinhas e meninas”. As pensionistas do asilo tinham aulas de economia doméstica, arte culinária, lavanderia, etc. As jornadas de trabalho iam de 6:30 às 21:00 horas, no verão. Neste *Rascue Home*, as moças permaneciam vivendo em liberdade, sendo-lhes proibido porém sair sozinhas “e comentarem a vida progressa”⁸².

A antiga e decantada vocação erótica de Salvador, contudo, dificultava as medidas de contenção do meretrício. Mulatas e morenas eram constantemente saudadas por viajantes e poetas pelos seus dotes físicos e eram símbolos do imaginário erótico baiano. Como nos lembra Thales de Azevedo, “morenas cor de canela” ou “cor de jambo” são referências comuns no cancionário popular como os tipos femininos sexualmente preferidos pela população⁸³. A obra de Jorge Amado é um exemplo claro de tal questão. No romance *Os Pastores da Noite*, um diálogo entre Pé-de-Vento, um biscateiro e Dr. Menandro, um médico, demonstra o caráter transclassista da preferência erótica dos baianos. Dr. Menandro, mesmo que embevecido com as novas mercadorias do mercado prostitucional, como as francesas, russas e polacas, que a partir do século 19 começavam a fazer parte dos bordéis da elite, não abandonou o seu gosto por mulatas, fato que lhe valeu, quando estudante, o título de “Barão de Amas”.

Pé-de-Vento, por seu turno, sonhava com uma carga de 400 “mulatas verdadeiras”, que chegaria do exterior. “Um mar de sexos e coxas, de ancas ondulantes, de perfumados cangotes”⁸⁴

Por outro lado, com uma conjuntura econômica que não oferecia alternativas de sobrevivência material à pobreza, contando com famílias constantemente ameaçadas de dissolução⁸⁵ e dominada por rígidos valores morais, Salvador republicana era solo propicio para o desenvolvimento do meretrício. Neste contexto, muitas mulheres podiam fazer uma opção deliberada pela vida “mundana”, como Marialva, a bela mulata do romance *Os Pastores da Noite*, que não se adaptando à monotonia de sucessivos casamentos, encontrou a felicidade como estrela de um cabaré na Ladeira da Praça⁸⁶.

A vida noturna com os seus cabarés, cassinos e dancings, a corte de homens ricos e a possibilidade de elevar o padrão de vida, colocava a prostituição de luxo como uma alternativa tentadora. Zezé de Iansã, mulata saudada pelos seus dotes físicos, expressou tal possibilidade claramente a Ruth Landes, no ano de 1938. “O chefe dos garçons está dando em cima de mim. Todos esses brancos também. Repare como ele vem falar comigo. Eu podia fazer um bocado de dinheiro, se quisesse. Mas eu condescendi em viver com amor”⁸⁷.

A baixa e alta prostituição produziam realidades bastante distintas. O tratamento dispensado às prostitutas residentes no Beco das Camponesas era bem diferente daquele reservado as *demi modaines* que ocupavam hotéis de luxo e que alegravam as noites dos grandes comerciantes, fazendeiros ou “novos ricos” da região cacauceira, nas suas extravagantes farras, quando em vista à capital⁸⁸. Um episódio no

Hotel Parisiense, no ano de 1910, demonstrava o tratamento diferenciado para com a prostituição de luxo. Jeanne Lillac, uma prostituta francesa, por ter recusado os galanteios de Marcelo Diogo, foi o motivo dos tiros que Marcelo desferiu no hotel. A imprensa questionou o fato de não ter sido o autor dos disparos preso, não tecendo nenhum comentário que desabonasse Jeanne⁸⁹.

3.2.1. A Contenção do meretrício

O processo de segregação das prostitutas em áreas pouco recomendáveis da cidade e as políticas de repressão ao meretrício, provocaram uma reação surda por todo o período estudado. Sem um projeto político explícito, as resistências se fizeram notar num nível de interferência muito peculiar às mulheres: as inter-relações e os pactos clandestinos⁹⁰. O contato com a polícia, por exemplo, em muitos momentos tornava feições diferentes do tom repressivo que o caracterizou. Em 13.10.1910, em uma notícia moralista, o *Diário de Notícias* denunciava a constante presença de policiais nas “casas de mulheres” bebendo, jogando ou mesmo participando, aos sábados, dos “bailes licenciosos” promovidos pelas “pensões alegres”⁹¹. No mesmo dia, três marinheiros atentaram contra a vida de Francisco Alves de Oliveira, quando bebiam num botequim da Rua Silva Jardim, em defesa de Josepha Silvina, “mulher de vida pública”⁹². Uma conversa com o delegado fez com que a prostituta Nina Imperial continuasse a residir no São Pedro, mesmo sob os protestos dos moradores da área, que argumentavam ter sido a mesma expulsa da Rua Carlos Gomes⁹³. Até mesmo o capitão Cyrillo Gomes, subdelegado do distrito da Sé e um dos viabilizadores das

medidas restritivas à prostituição, quando do primeiro governo de Seabra, mandou soltar “protetoramente” a mundana Mathilde Sacramento, que fazia desordens no largo 15 de Novembro⁹⁴.

Jorge Amado, no romance *Teresa Baptista Cansada de Guerra*, faz alusão à reação das prostitutas em Salvador, quando de um mandato policial que exigia a transferência do meretrício para um local que não as agradava. Em represália, as meretrizes se negaram a atender os clientes – na famosa greve do “balaio fechado” –, fato que causou grande repercussão na capital baiana, dando lugar a várias prisões. No episódio, boêmios, intelectuais, estudantes e comerciantes intercederam em favor das prostitutas. Propinas e amizades com as autoridades foram as estratégias utilizadas para que as prostitutas fossem postas em liberdade. Mesmo se tratando de ficção, o episódio demonstra laços de solidariedade entre prostitutas e frequentadores do mundo da noite⁹⁵. Os jornais parecem reforçar tal questão, ao noticiar a íntima relação dos estudantes universitários, das repúblicas da Sé, com as “mulheres públicas” da área, fato que “escandalizava as famílias”⁹⁶.

Como afirmamos, tais fatos não diluíam o forte tom repressivo que o combate à prostituição assumiu em Salvador, mas microscopicamente, retardava os seus efeitos. Os homens que se escondiam debaixo das fardas ou dos postos de autoridade eram, como os demais, seduzidos por um mundo construído para o seu deleite: a noite. Danças, jogos e erotismo delineavam a face tentadora da cidade – “a imagem da modernidade”⁹⁷ – que se expunha à conquista dos seus machos. Nos cabarés e bordéis, o prestígio masculino expressava-se pela capacidade de consumo. Dai que, se no âmbito da família os senhores temiam a ação dos cântens, no espaço do

bordel eles regozijavam com as mercadorias eróticas daqueles. Francesas, polacas, russas eram disputadas, reforçando naqueles que as conquistavam o poder e o prestígio. Desta forma, a prostituição estrangeira teve livre curso na cidade. O casal de poloneses Maurício Gotfried e Regina Rosemberg fazia desfilar no seu cabaré “Flor de Buenos Ayres” “artistas” espanholas como Leonor Sarmiento; e a francesa Gabrielle Aubry era proprietária do “Dancing Internacional”, ambos situados à Rua das Laranjeiras⁹⁸.

A circunscrição da prostituição às áreas previstas por Álvaro Covas, no ano de 1914 e o combate ao meretrício escandaloso custaram a se efetivar. Se em 1910 as prostitutas ocupavam as ruas “ao cair da noite”, em 1931, depois das 21:00 horas, elas estavam a infestar a Rua Chile, Praça do Palácio, Misericórdia, Sé e especialmente o Terreiro de Jesus, com trajes vaporosos e “requebros despudorados”⁹⁹. Só em 1933, ficou definitivamente “assentada a mudança do meretrício localizada à Rua do Tijolo, para o trecho da Rua das Laranjeiras que começa no cruzamento com o Maciel de Baixo; trecho da Ordem Terceira de São Francisco, começando nas Laranjeiras e terminando na Ladeira de São Miguel e Rua Santa Izabel”¹⁰⁰. Da Rua Carlos Gomes, a histórica Rua de Baixo ou da Lama, apesar das sucessivas batidas policiais, as autoridades não conseguiam removê-las completamente. Nas épocas de repressão mais intensa, elas se escondiam nesta rua, afixando nas portas placas de “costura” ou “bordados”¹⁰¹.

Já em 1943, Herondina Amorim Mattos, uma cafetina que há quarenta anos estava estabelecida na Rua da Gameleira e proprietária da Pensão Americana, escrevia ao Gabinete do Secretário de Polícia protestando contra uma ordem policial que

intimava a sua casa de diversão para que se mudasse daquele local. Herondina, inconformada, enviou croqui indicando a localização do bordel que, segundo ela, não se encontrava em rua de intenso fluxo de pessoas. No seu arrazoado, a velha prostituta dizia que o fechamento da sua “pensão”, além de provocar a sua ruína econômica, seria responsável pelo desemprego de várias pessoas que trabalhavam no estabelecimento, além de trazer prejuízos ao erário público, uma vez que ela pagava “cerca de 20\$000 por ano” de tributos aos cofres públicos. Sentindo-se retaliada, Herondina indicou outros bordéis que situavam-se em locais mais movimentados da cidade e que nem por isso, haviam sido intimados pela polícia para que se mudassem dos locais em que se encontravam. A qualidade do mapa, bem como a racionalidade do texto e dos argumentos nos fazem pensar que Herondina estava muito bem assessorada em sua reivindicação. Quem sabe cartógrafos e advogados que à noite gozavam das delícias oferecidas pela pensão Americana? Isto dificultava a concretização do sonho de Vilhena, ainda no século 18. de mandar o meretrício para “algum subúrbio da cidade”, o que, apesar de todo o esforço das autoridades republicanas, não se efetivou¹⁰².

NOTAS

- ¹ Roberto Machado et al. *A Danção da norma*. Rio de Janeiro, 1979 e Jurandir Freyre Costa. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, 1989. Inauguraram no Brasil trabalhos nessa perspectiva teórica. Dentre outros trabalhos destacam-se: Margareth Rago. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro, 1985; Magali Engel. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo, 1989; Marta Esteves. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, 1989; Boris Fausto. *Crime e cotidiano: criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, 1984. Sobre a implantação do modelo burguês de cidade no Brasil ver: Sidney Chachoub. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, 1986; Nicolau Sevcenko. *A revolta da vacina*. São Paulo, 1986; G. Acder e N.P. Nero. "A instituição policial na cidade do Rio de Janeiro e construção da ordem burguesa no Brasil". Rio de Janeiro, 1987; José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados*. São Paulo, 1987.
- ² A criação da Academia Imperial de Medicina e da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro na década de 1830 vão impulsionar no Brasil uma produção de textos médicos mais preocupados com os centros urbanos. Cf. Magali Engel. *Op. cit.*, p. 55. Em Salvador, *A Gazeta Médica da Bahia*, fundada em 1866, será fundamental para a proliferação de estudos médicos ligados à Saúde Pública. De 1870 a 1930, 36% dos artigos publicados na revista tratavam da "higiene pública". Cf. Lília Moritz Schwartz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, 1993, pp. 202 a 205.
- ³ Jurandir Freyre Costa. *Op. cit.* Pp. 153 a 204.
- ⁴ Sílvia Alcxim Nunes. *A Medicina social e a questão feminina*. Rio de Janeiro, 1991 e Jurandir Freyre Costa. *Op. cit.*, pp. 255 a 264.
- ⁵ Manuel Querino. *A Bahia de outrora*. Salvador, s/d, pp. 105.
- ⁶ Frase de Frederico Edelweiss no prefácio à 3ª edição da *op. cit.* de Manuel Querino, p. 1.
- ⁷ *A Grande Salvador (Posse e Uso da Terra)*. Governo do Estado da Bahia: Sec. de Saneamento e Desenvolvimento Urbano, 1978, p. XII.
- ⁸ Sobre as obras e as questões urbanas ver *Jornal A Tarde* dos anos 1912, 1914, 1916, 1920 e 1922 especialmente.
- ⁹ Sobre a confeitaria Teutônia e uma descrição da praça Castro Alves ver *Jornal A Tarde*, 31.08.1916.
- ¹⁰ Sobre a Rua Chile e os clubes de elite ver Edward Dian Borges. *Op. cit.*, pp. 176 e 185.
- ¹¹ *Jornal A Tarde*, 25.02.1922.
- ¹² Sobre o Centenário da Independência da Bahia ver: *Jornal A Tarde*, junho e julho de 1923.
- ¹³ Antônio Vianna. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador, 1950, p. 54.
- ¹⁴ Hildegardes Vianna. *Breve notícia sobre acontecimentos da Bahia no início do século XX*. Salvador, 1983, p. 09.
- ¹⁴ Rosa Maria Barboza de Araújo. *A Vocação do prazer...*, pp. 368-387. Salienta o caráter familiar das festas carnavalescas em oposição ao caráter promíscuo dos entrudos. Ver especialmente páginas 370 e 371.
- ¹⁶ *Jornal A Tarde*, 20.03.1922.
- ¹⁷ *Jornal A Tarde*, 10.11.1922.
- ¹⁸ *Jornal A Tarde*, 06.07.1922.

- ¹⁹ Ruth Landes. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro, 197, p. 14 *passim*.
- ²⁰ Edward Dain Borges. *Op. cit.* P. 184.
- ²¹ Antonio Rísério. *Bahia com "II"*. São Paulo, 1988, p. 165.
- ²² Jorge Amado. *O País do carnaval*. Rio de Janeiro, 1977, pp. 19 e segs.
- ²³ Hildegardes Vianna. *A Bahia já foi assim...*, p. 41.
- ²⁴ *Ibidem*, pp. 40-42 e 198-201.
- ²⁵ Sobre Henriqueta Marthins Catharino e o Instituto Feminino da Bahia, ver respectivamente os trabalhos de Elizete Silva Passos. *O Feminismo de Henriqueta Marthins Catharino*. Salvador, 1922 e *Mulheres moralmente fortes*. Salvador, 1993.
- ²⁶ Rosa Maria de Araújo. *Op. cit.* Pp. 79-80 e Hildegardes Vianna. *A Bahia já foi...* Pp. 202-204.
- ²⁷ Emilia Ferreira de Souza. *Caderno de confidências de 1936* (manuscrito)
- ²⁸ Sobre a situação financeira das professoras ver *Jornal A Tarde*, 16 e 18.09.1916. Quanto à situação social das professoras: Hildegardes Vianna. *A Bahia já foi...* Pp. 202-207.
- ²⁹ IFBa. Dossiê Amelia Rodrigues, especialmente. Discurso proferido no Centro Operário de Salvador em 1917: discurso alusivo ao 02 de Julho de 1923
- ³⁰ Maria Amelia Ferreira de Almeida. *Feminismo na Bahia 1930-1950*. Salvador, 1986.
- ³¹ Margareth Rago. *Op. cit.* P. 96.
- ³² Maria Amelia Ferreira de Almeida. *Op. cit.*, p. 56. Cecilia Sardenberg e Ana Alice A. Costa referem-se a tal facção do movimento feminista como feminismo burguês. Ver: Cecilia Sardenberg e Ana Alice A. Costa. *Feminismo, feministas sociais*. São Paulo, 1994, p. 95 a 103
- ³³ *Jornal A Tarde*, 23.10.1922.
- ³⁴ *Jornal A Tarde*, 10.05.1914.
- ³⁵ IGHBa. Murilo. *O Tráfico de escravas brancas*. (Anônimo), expõe interessante ponto de vista sobre o lugar das mulheres na sociedade
- ³⁶ Elaine Showalter. *Anarquia sexual*. Rio de Janeiro, 1993, p. 40.
- ³⁷ *Jornal A Tarde*, 28.01.1914.
- ³⁸ Emanuel Araújo. *O Teatro dos vícios...* P. 225.
- ³⁹ *Jornal A Tarde*, 04.05.1922.
- ⁴⁰ *Jornal A Tarde*, 07.05.1922.
- ⁴¹ Jurandir Freyre Costa. *Op. cit.* Pp. 52-62
- ⁴² Roberto da Matta. *Carnaval, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, 1981, pp. 77 a 86.
- ⁴³ Margareth Rago. *Op. cit.*, p. 90 e *Os Prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro, 1991, p. 41

- ⁴⁴ Luiz Carlos Soares. *Da necessidade do bordel higienizado*. Rio de Janeiro, 1986; Magali Engel. *Op. cit.* e *O Médico, a prostituta e os significados do corpo doente*. Rio de Janeiro, 1989; Margareth Rago. *Op. cit.*; Sílvia Alvim Nunes. *Op. cit.* e Bóris Fausto. *Op. cit.*
- ⁴⁵ Sobre a promiscuidade sexual na colônia ver, especialmente, Emanuel Araújo. *Op. cit.*, pp. 189-270.
- ⁴⁶ Luis dos Santos Vilhena. *A Bahia no século XVIII*. Salvador, 1969, pp. 138 e 142.
- ⁴⁷ *Jornal A Tarde*, 03 e 05.01.1914; *Jornal Diário de Notícias*, 25.02.1910.
- ⁴⁸ *Jornal Diário de Notícias*, 08.04.1910.
- ⁴⁹ *Jornal A Tarde*, 27.02.1922.
- ⁵⁰ *Jornal Diário de Notícias*, 24.04.1910.
- ⁵¹ *Jornal A Tarde*, 17.02.1916.
- ⁵² *Jornal A Tarde*, 21.02.1916.
- ⁵³ *Jornal A Tarde*, 03.05.1914.
- ⁵⁴ IGHBa: Relatório de Polícia (1917). Almanack Polícia. Anno I, 1919, pp. 11 e 16.
- ⁵⁵ *Jornal Diário de Notícias*, 24.04.1910.
- ⁵⁶ *Jornal Diário de Notícias*, 02.05.1910.
- ⁵⁷ *Jornal A Tarde*, 17.03.1914.
- ⁵⁸ *Jornal A Tarde*, 27.05.1922.
- ⁵⁹ *Jornal A Tarde*, 30.05.1922.
- ⁶⁰ IGHBa: Relatório de Polícia (1917) - Almanack Polícia. Anno I, 1919, p. 16.
- ⁶¹ *Jornal Diário de Notícias*, 19.02.1910.
- ⁶² *Jornal A Tarde*, 17 e 18.03.1914.
- ⁶³ AMMS: Francisco Xavier Borges. *Profilaxia da syphilis, da tuberculose, do alcoolismo*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1907, p. 94.
- ⁶⁴ *Jornal A Tarde*, 29.11.1922.
- ⁶⁵ IGHBa: Relatório de Polícia (1917) - Almanack Polícia. Anno I, 1919, p. 49.
- ⁶⁶ Sobre a antropometria e a sua influência no Brasil, ver: Marisa Correa. *Antropologia e medicina legal: variações em torno de um mito*. São Paulo, 1982. Sobre a relação entre criminalidade e comportamento feminino, ver: Ruth Harris. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim do século*. Rio de Janeiro, 1993, p. 173-246.
- ⁶⁷ Margareth Rago. *Os Prazeres da noite...*, p. 263.
- ⁶⁸ *Jornal A Tarde*, 23.02.1914.
- ⁶⁹ IGHBa: Relatório de Polícia (1917) - Almanack Polícia. Anno I, 1919, p. 16.

- ⁷¹ Rosa Maria Barbosa de Araújo. *A Vocação do prazer...*, p. 306.
- ⁷² *Jornal A Tarde*, 15.02.1914.
- ⁷³ *Jornal A Tarde*, 07 e 08.02.1922.
- ⁷⁴ *Jornal Diário de Notícias*, 08.04.1910
- ⁷⁵ *Ibidem*.
- ⁷⁶ *Jornal A Tarde*, 01.10.1914. Sobre os óbulos, ver: AMMS: Antonio Rodrigues Gonçalves: *Menores e delinquentes*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1902, pp. 160-161.
- ⁷⁷ *Jornal Diário de Notícias*, 16.04.1910.
- ⁷⁸ IGBa: Relatório de polícia (1917) Almanack Policia. Ano I. 1919, pp. 48-49.
- ⁷⁹ AMMS: Francisco Xavier Borges *Prophylaxia da syphilis, da tuberculose, do alcoolismo*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1907, p. 85.
- ⁸⁰ *Jornal A Tarde*, 18.08.1916.
- ⁸¹ IFBa: Amélia Rodrigues. *Verdadeira missão social da mulher*. Discurso inaugural da Associação das Damas de Maria Auxiliadora em agosto de 1907.
- ⁸² IFBa: Amélia Rodrigues *A Ação social catholica feminina*. Pp. 78-88.
- ⁸³ IGBa: Murillo. *O Tráfico de escravas brancas*, (Anônimo), pp. 26-27.
- ⁸⁴ Thales de Azevedo. *As Elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo s/d, pp. 30 a 85.
- ⁸⁵ Jorge Amado. *Os Pastores da noite*. Rio de Janeiro, 1977, pp. 23-24.
- ⁸⁶ Jefferson Afonso Bacelar. *A Família da prostituta*. São Paulo, 1982, p. 80.
- ⁸⁷ Jorge Amado. *Os Pastores da noite...* P. 62, *passim*.
- ⁸⁸ Ruth Landes. *A Cidade das mulheres...* P. 159.
- ⁸⁹ Sobre a vida noturna dos novos ricos do cacau quando de suas visitas a Salvador, ver Jorge Amado. *Gabriela cravo e canela*. Rio de Janeiro, 1977.
- ⁹⁰ *Jornal A Tarde*, 09.06.1914.
- ⁹¹ Michelle Perrot. *Os Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, 1988, pp. 167-184.
- ⁹² *Jornal Diário de Notícias*, 13.10.1910
- ⁹³ *Ibidem*.
- ⁹⁴ *Jornal Diário de Notícias*, 11.05.1910.
- ⁹⁵ *Jornal A Tarde*, 09.03.1914.
- ⁹⁶ Jorge Amado. *Tereza Batista cansada de guerra*. São Paulo, 1972, pp. 165, *passim*.
- ⁹⁷ *Jornal A Tarde*, 17.07.1922.

⁹⁷ Margareth Rago. **Os Prazeres da noite**. P. 41.

⁹⁸ APEBa: Processo crime - lenocínio - Mauricio Gotfried. 1936, s/classificação

⁹⁹ **Jornal Era Nova**. 02.05.1931.

¹⁰⁰ **Jornal A Tarde**, 17.05.1935.

¹⁰¹ APEBa: Secção de documentos republicanos. Correspondência do Gabinete da Secretaria de Polícia. Cx 07 (docs 1938/1947).

¹⁰² **Jornal Diário da Bahia** 07.05.1933.

CAPÍTULO 4

DESAFRICANIZAR AS RUAS

4.1. Mulheres e cultura popular

Construída sob a ordem patriarcal e, portanto, assentada sobre a família, a sociedade colonial não demonstrou grande preocupação em ordenar as sociabilidades do espaço público. O projeto urbanístico de Salvador, de 1549, era a cidade-fortaleza. O inimigo vinha do mar ou das matas e foi contra ele que toda a cidade se precaviu. O desordenado crescimento urbano, até o século 19, era uma conseqüência natural de tal concepção. Se o Rio de Janeiro, com a chegada da família real já apresentava preocupações com o espaço público¹, Salvador permaneceu, mesmo sem o perigo do inimigo invasor, trancafiada nos espaços privados, sem muito controle de uma rede de relações, que à mercê de um projeto de ordenação, constituía-se e desenvolvia-se nas ruas e praças².

A rua, portanto, transformou-se no espaço dos excluídos. Escravos de ganho, libertos, pobres, mendigos e vagabundos faziam deste espaço, quando das intervenções das autoridades, um caso de polícia, punindo os seus infratores e esquecendo de discipliná-los. Nessa desordenada paisagem urbana, hierarquias sociais se naturalizaram. Pobres e pretos, ricos e brancos, livres e cativos, na territorialidade da cidade, conheciam e construíam os seus lugares, reconhecendo-se mutuamente.

No espaço da rua, o escravo de ganho afigura-se como o trabalhador que aprendeu a dominá-lo e tirar proveito das brechas do controle senhorial. Em 1845,

James Wetherell já compreendia tal fato. “O dono obriga o escravo a pagar-lhe a quantia de, digamos, um xelim por dia, e tudo que o escravo conseguir ganhar mais dessa soma - e isto ocorre freqüentemente -, fica sendo da sua propriedade”³. Hostil e discriminada, palco das constantes arbitrariedades dos poderes públicos, a rua, durante toda a Colônia e o Império tornou-se o espaço dos mais “vivos e mais hábeis” e a possibilidade de liberdade para muitos⁴.

Na conquista do espaço público, as mulheres pobres tiveram um papel fundamental. Ágeis, versáteis, econômicas, políticas, as libertas foram, no contexto da cidade, os exemplares mais significativos dos que venceram o desafio da rua. Em múltiplas atividades, elas delinearam em grande parte o perfil do pequeno comércio urbano, produziram alternativas ocupacionais nos mais variados tipos de serviços domésticos e pariram pretinhos livres, novos personagens da complicada trama do escravismo urbano. Toda uma rede de relações, hábitos e valores, próprios de uma cultura popular que se desenvolvia desde a colônia, tem nas mulheres pretas e de rua uma referência marcante. Agenciadoras dos encontros sincréticos que, segundo Laura de Mello e Souza, caracterizaram a cultura popular⁵, foram as mulheres trabalhadoras um alvo privilegiado das políticas republicanas de ordenação e disciplinarização de um sedimentado e resistente mundo das ruas.

Vestindo saias de decência suspeita e camisas com decotes “desguelados”, majoritariamente pretas, sem chapéu ou espartilhos, comercializando comidas “pouco saudáveis”, entrando e saindo em mercados, botequins e armazéns, habitando as ruas com seus filhos raquíticos, atentando contra a moral com palavras de baixo calão, profandas em condenável português, “cuspidando saliva de fumo ou axá”⁶, as mulheres

pobres e trabalhadoras de Salvador não cabiam na imagem **Belle Époque** que seduzia a Seabra e Calmon nos seus projetos civilizatórios.

Os jornais republicanos, embalados pelo ritmo modernizante das “picaretas do Dr. Seabra”, não deixavam de clamar a todo instante por uma reforma moral profunda que efetivasse a entrada de Salvador no mundo civilizado, livrando-a, assim, das “chagas do passado colonial”. Imbuída nessa missão civilizacionista, a imprensa teve olhares atentos para o comportamento moral das mulheres. Protagonizando brigas por galinhas⁷, discussões banais e bate-bocas de ruas, elas ocupavam costumeiramente as páginas dos periódicos locais. Como “desordeiras”, “arrelientas”, “desbocadas”, as mulheres das classes populares eram vistas constantemente pela imprensa “atentando contra a moral” com comportamentos injuriosos. A preta quitandeira Maria Ignez Conceição, aparecia em destacada notícia como um “tipo perfeito de vizinha, arrelienta e desbocada”⁸. Alexandrina, fateira estabelecida à Baixa dos Sapateiros, tomou ares de monstro quando matou a sua companheira “com uma faca de cortar fato após forte discussão”⁹. A briga de Rita Monteiro e Maria Domingas Conceição no interior do Mercado de São Miguel, mereceu, em 1922, uma matéria de jornal¹⁰. O comportamento irregular das mulheres pobres era constantemente noticiado. Uma preta de acarajé foi tipificada como “mulherzinha” após ter revidado a agressão física de Arthur Ferreira, arremessando sobre o mesmo “acarajés, o tabuleiro, as panelinhas de azeite e tudo enfim que se pode valer no momento”. A dicotomia Arthur/motorista x preta do acarajé/mulherzinha foi o tempo todo evidenciada¹¹.

As tradicionais formas de inserção das mulheres no espaço público serão um dos alvos de ataque da ideologia republicana, uma vez que elas denunciavam

práticas populares atrasadas, pela sua explícita relação com a sociedade escravista. A conotação africanizada de muitos hábitos, era incompatível, como salientou Peter Fry¹², com a suposição das elites de que a cidade possuía uma cultura mais ou menos homogênea, devendo tudo aquilo que se diferenciava do projeto higienista-republicano ser tratado como desvio ou criminalizado.

Logo nos primeiros momentos da República, em 07 de dezembro de 1889, a lavagem da Igreja do Bonfim fora proibida pelo então Arcebispo Luis Antônio Santos. Em 17 de janeiro do aludido ano, as mulheres que compareceram ao Bonfim tiveram as suas vassouras e os seus vasos de barro apreendidos pela Guarda Cívica, que cumprindo ordens severas repetia: “Hoje, aqui não há lavagem”¹³. A constante relação entre o sagrado e o profano, que caracterizou a religiosidade popular desde a colônia, era um dos aspectos de nosso barbarismo social que devia ser combatido.

Antecedendo às medidas republicanas, em 1878, o entrudo foi definitivamente proibido pela polícia e o então Conselheiro Carneiro da Rocha mandou distribuir “máscaras e emprestar roupas do Teatro São João a quem quisesse divertir-se”¹⁴. Era o carnaval, festa familiar e ordeira que se instituiu, substituindo o entrudo, festa popular e promiscua. As medidas de moralização do espaço público, adotadas com radicalidade por Carneiro da Rocha também contemplava as mulheres, proibindo os trajes indecorosos das vendedoras ambulantes, como os camisas “desguelados”, que volta e meia deixavam os seios à mostra e a indecência das saias das lavadeiras, que nas fontes públicas expunham-nas seminuas, escandalizando as famílias que passavam pela rua¹⁵.

Nas lembranças de infância de Antônio Viana, dentre os antigos personagens dos entrudos que o fazia “fugir para debaixo da cama, a suar e a tremer” estava a “Negra do Aluá”, com o seu “balaio grande sob a saia de alinhagem, um pau de vassoura na mão, uma lata velha à cabeça, num passo claudicante de reumático, a marcar e ameaçar a meninada, que lhe ia ao encalço”¹⁶. O entrudo exacerbava o grotesco da sociedade e fazia uma crítica radical ao “comportamento socialmente sóbrio e respeitável”, uma vez que o seu objetivo era, literalmente, “achincalhar” ou “ridicularizar”¹⁷. Negros vestidos de nobre, homens travestidos de mulher, geralmente prostitutas ou noivas, pretas africanas carregadas em cadeiras de arruá eram personagens constantes na crítica e inversão dos entrudos baianos. As pretas trabalhadoras encarnavam constantemente o grotesco. O bloco “Bambá sem azeite” ostentava uma grande panela, em explícita alegoria às vendedoras de comida de rua. O “Cozinheiras em folia” desfilava com seus participantes ostentando enormes colheres de pau¹⁸.

O que o entrudo demonstrava - e que por isso ameaçava -, era uma clara consciência popular dos antagonismos sociais. As transgressões alegóricas que aconteciam nos dias de folia acenava, como salientou Sandra Graham, para uma artificialidade dos papéis e hierarquias sociais, uma vez que eles eram negados ou invertidos durante os festejos¹⁹. Por outro lado, a rua se explicitava como um território popular por excelência. Blocos de pretos traziam para o espaço público suas crenças e tradições, mulheres cantavam e sambavam naturalmente em estreita intimidade com os homens, nos múltiplos batuques que pululavam por todos os cantos da cidade. A exibição de toda uma humanidade “degenerada”, aos olhos da elite, deixava clara a

tensão dos vários mundos que habitavam a cidade, que em outras épocas do ano era arrefecida pela segregação dos espaços sociais, pelos padrões morais hegemônicos e pelas ações enérgicas das autoridades.

Mesmo sendo o estruído substituído pelo carnaval, as medidas de disciplinarização das festas momescas eram constantemente adotadas. Em 1905, a Secretaria de Polícia da capital baiana, baixou portarias expressas proibindo o uso de máscaras nas ruas depois das 18:00 horas, mascarados maltrapilhos e críticas ofensivas a personalidades e corporações. As sociedades carnavalescas que desfilavam na avenida teriam de ter os temas liberados pelas autoridades policiais e os clubes africanos com batuques foram proibidos²⁰.

A proibição dos batuques fez parte de um conjunto de medidas de caráter “jurídico-policia e ideológico”, como observou Anamaria Morales, com o intuito de reprimir as expressões culturais que reforçavam uma identidade negra, isto é, com forte herança africana. Tal prática de retaliação cultural, segundo a autora, caracterizará as políticas de ordenação da cidade republicana²¹. Os grandes clubes carnavalescos de pretos, que seguiam a orientação do desfile civilizado não foram proibidos pela polícia, pois, como nos faz ver Peter Fry, os mesmos já demonstravam terem absorvidos os elementos da cultura branca dominante²².

Grande parte das campanhas de depreciação das manifestações populares tinham como justificativa a licenciosidade das mesmas. Ritmos como o maxixe, o samba, a umbigada, com seus movimentos de cintura, nádegas e ventre eram vistos como imorais, uma vez que os mesmos guardavam um explícito apelo erótico²³. Em 1916, o Professor Bahia, conhecedor das tradições baianas, ao discorrer sobre a

lavagem do Bonfim numa matéria de jornal, destacava o Beco do Gilu como “uma pândega” com “proporções de um saturnal” para onde se “transladavam todas as mulatas e crioulas da cidade, com um séquito imenso de capadócios, pernósticos e trovadores”. Comidas afro-baianas, vinho, cachaça e samba emprestava à festa um tom essencialmente promiscuo²⁴. Na documentação pesquisada, as expressões “mulata” ou “crioula” estão sempre revestidas de conotação sexual e, portanto, incompatível aos papéis femininos mantenedores da família como a “moça” ou “senhora” e traçam uma linha demarcatória entre a barbárie dos pretos e o projeto de civilização, levado a cabo pelas elites letradas republicanas.

Visto enquanto missão pedagógica, o processo de internalização dos padrões culturais da elite branca pela população de cor, conhecido pela expressão “preto de alma branca”, ao colocar-se como uma das grandes tarefas civilizadoras do projeto republicano, teve, nas religiões afro-brasileiras, um destacado inimigo. Com uma presença significativa na cidade, as religiões negras encarnavam mais do que qualquer outro aspecto, o atraso cultural baiano, exigindo, dos comprometidos com a missão desaffricanizadora, ações enérgicas. Os jornais, logo nos primeiros anos da República, vão desencadear uma campanha ferrenha contra as casas de candomblé, insuflando e legitimando a arbitrária ação policial, em largo curso na cidade.

No ano de 1905, na esteira da proibição dos batuques carnavalescos, várias batidas policiais em terreiros de candomblé foram efetuadas. Um verdadeiro aparato policial, constituído de forças de cavalaria e infantaria, foi montado para a invasão do candomblé do Bate-Folha, após um “boato” de que uma moça de família havia enlouquecido nesta casa. Na ação policial foram invadidas duas casas, sendo presas

várias pessoas e apreendidos animais e objetos ligados ao culto. Relembrando os autos de fé inquisitoriais, o subcomissário do primeiro Distrito do Santo Antônio fez organizar uma procissão dos presos, empunhando objetos e animais ligados ao culto. Segundo o jornal “Diário de Notícias, “essa ridícula procissão percorreu ruas do distrito do Santo Antônio por entre chacotas de quantos influíram às janelas”²⁵.

Apesar de a Constituição Republicana assegurar a liberdade de culto religioso²⁶, os jornais apoiavam calorosamente as investidas policiais sobre os terreiros de candomblé. A denúncia que motivou a invasão do Bate-Folha demonstrou-se imprecedentede, mesmo assim prisões arbitrárias e apreensão de objetos do culto foram efetivadas.

As mulheres envolvidas com o culto eram vistas como prostitutas, que serviam aos ogãs e pais de santo. Mesmo aqueles que defendiam a liberdade de culto para os candomblés, como Nina Rodrigues, não deixavam de acreditar na promiscuidade que diziam existir nos terreiros, pois, segundo o autor, “são notórios os excessos e orgias que reinam nos grandes candomblés”²⁷. Seduzindo “moças de família” ou prostituindo mulheres pobres e indefesas, o argumento da defesa da honra feminina alimentou medidas repressivas contra os terreiros. O jornal *A Tarde*, no ano de 1916, ao noticiar a batida policial ao candomblé de Antônio Sapateiro, ressaltou: “numa pequena sala, ao fundo, oito mulheres, quatro rapazes e seis menores estavam deitados no chão, na maior promiscuidade”²⁸. Zezé de Iansã tinha constantes brigas com o marido. Manoel, um preto de ascendência entre os pobres, por ser funcionário da Faculdade de Medicina, na década de 30, por causa de candomblé. Manoel não

permitia a Zezé que freqüentasse os rituais de candomblé, por temer que a mesma viesse a se prostituir²⁹.

Às duras investidas policiais, à depreciação moral levadas a cabo pelas autoridades e elites, desde os idos de 1830, a comunidade negra respondeu com uma prática religiosa semiclandestina, que se valeu muitas vezes de laços estreitos com a religião católica. As estratégias levadas adiante para a preservação das organizações religiosas negras, também lançaram mão da participação de membros honoríficos brancos, que ocupavam uma posição destacada “na vida política e social da cidade”³⁰. A prática de cooptação de brancos pelas Irmandades Religiosas negras, com o sentido explícito de proteção, remonta, pelos estudos de Renato Silveira, às primeiras décadas do século 19, sendo a confraria nagô da Irmandade de Bom Jesus dos Martírios uma das primeiras a fazer uso deste expediente. Associada à Igreja da Barroquinha, “o lado Feminino da Irmandade citada, formava a Irmandade da Boa Morte, que, na década de 1830, teria fundado o primeiro candomblé, também localizado na Barroquinha”, nomeado de Ilê Iya Nassô Oká. A presença dos ogãs brancos nos terreiros seria o correspondente aos membros honoríficos brancos das irmandades católicas, que além de protegê-los nas investidas dos poderes públicos, ajudavam-nos economicamente³¹.

A importância sócio-política das casas de candomblé em muito ultrapassava a sua expressão religiosa, atraindo para si atividades de assistência social, além de exercer funções de lazer, terapêuticas e estéticas que foram fundamentais à sobrevivência de parte significativa das camadas exploradas da população. Estabelecendo relações negociadas com as elites, a população negra viabilizou a

manutenção dos cultos afro-brasileiros na vida social baiana, garantindo, com isso, espaços sócio-políticos fundamentais à afirmação de uma identidade negra³².

Efetivamente a inserção de elemento branco na vida dos terreiros foi viabilizada pelas primeiras mães-de-santo baianas. O prestígio social de muitas sacerdotisas e a forte ascendência comunitária facilitava o contato das mesmas com elemento de prestígio social mais elevado. Era sobre a autoridade advinda do papel de mãe que as sacerdotisas rechaçavam o discurso da elite sobre a promiscuidade dos terreiros, reforçando o sentido de família que unia os membros do culto. Ialorixás como Pulqueria, Aninha ou Menininha, dentre outras, conquistaram respeito de muitas pessoas da sociedade e assim atraíram personalidades notáveis da mesma, como o médico baiano Nina Rodrigues, que segundo Arthur Ramos foi o primeiro ogã branco da Bahia³³.

A ação das mães-de-santo baianas, em defesa dos seus centros religiosos, passava, fundamentalmente, pela manipulação de uma rede de influências, capitaneada por elas entre pessoas de prestígio da cidade. A cooptação dos intelectuais ou mesmo de pessoas de destaque na cidade, por serem formadores de opinião pública ou terem livre acesso com as autoridades, foi fundamental para a política de proteção às casa de candomblé na Bahia. Nina Rodrigues, por exemplo, foi um incansável defensor da liberdade de culto para os candomblés, utilizando-se do seu prestígio intelectual para esta tarefa, iniciando uma tradição de convivência entre intelectuais e terreiros. O fim da proibição das festas religiosas nos terreiros de candomblé, que aconteceu em 1938, só foi possível pela intervenção do chefe da Casa civil do governo Getúlio Vargas, que era filho-de-santo de Mãe Menininha do Gantois³⁴.

Depreciadas como mulheres ou como trabalhadoras, o único elemento que possibilitava a construção positiva de uma identidade feminina nas camadas populares, era o exercício da maternidade. As mães-de-santo se afiguram com o referencial simbólico desta prática largamente utilizada pelas mulheres pobres baianas. Eram como viúvas necessitadas de criar seus filhos, mães de rebentos vitimados pelo abandono paterno que um grande número de mulheres justificava a sua presença nas ruas, tocando desta forma as feridas da moralidade patriarcal dominante. Se como trabalhadoras elas eram depreciadas por habitarem o mundo da rua, por outro lado a atividade econômica das mulheres no espaço público sensibilizava a opinião pública quando denotava esforço para a manutenção dos filhos e descendentes.

4.2. Mulheres e pretos no comércio de alimentos

A preocupação com as condições higiênicas do comércio alimentício de Salvador não é uma questão nova. Viajantes, médicos e autoridades públicas, ao longo do século 19, falaram e intervieram buscando mudar a sua feição caótica. Uma intervenção mais incisiva, contudo, foi levado a cabo quando das formas urbanísticas implementadas pelo primeiro governo de Seabra (1912-1914) e retomadas com fôlego no governo Calmon (1924-1928).

Um dos alvos da crítica dos médicos higienistas, jornalistas e políticos eram as feiras livres, as condições sanitárias dos antigos mercados e o comércio de calçada. Em 1908, Octavio Torres da Silva, em sua tese de doutoramento em Medicina, traça

um perfil nada encorajador das condições urbanísticas e sanitárias, demorando-se no comércio de alimentos. No bairro comercial, em meio a buracos, lixo e um grande número de material velho e usado das empresas de bonde e construção civil, o acadêmico encontrou “as tradicionais africanas com nojentos quibandas em abarrocamentos, vendendo comidas”³⁵. Os mercados mereceram atenção especial do Dr. Octavio. Descrevendo as condições sanitárias e prediais dos mercados São João, Santa Bárbara, do Ouro, da Baixa dos Sapateiros e do Curriachito o autor chega à conclusão de que “o pano de boca muda-se mas as cenas são as mesmas”. Espalhados em pequenos cubículos ou mesmo pelas calçadas, os comerciantes conviviam com a falta de abastecimento de água, umidade e condições absolutamente condenáveis de exposição dos produtos. Nas calçadas e portas de armazéns, estavam a infectar a paisagem um bom número de mulheres com os “tabuleiros, gamelas, cestos e outros vasilhames porcos, contendo peixes, vísceras de gado, frutas, legumes e um outro sem número de coisas, além de fogareiros, panelas de comidas, doces e tudo que serve para alimentação”³⁶.

A proposta dos reformadores era a destruição dos antigos mercados e feiras e a construção de novos prédios, mais amplos, assentados em solo seco e servidos de infra-estrutura sanitária. O Mercado Modelo, quando de sua inauguração no ano de 1912, seria um exemplar do projeto higienista. Seu aparecimento coincide com o fechamento das feiras livres da Preguiça e do Cais do Porto³⁷, em consonância com o projeto modernizador de Seabra, que gozava de um êxito momentâneo, advindo das altas do comércio de exportação³⁸.

Fazendo coro às primeiras investidas de Seabra, a Comissão de Posturas do Conselho Municipal, no mesmo ano de 1912, dedicou atenção especial ao pequeno comércio de alimentos. Este, por sua vez, caracterizou-se, ao longo dos séculos, pela massiva presença de pretos, especialmente escravas e forras, já que na África, as mulheres dominavam este tipo de atividade³⁹. A venda de comida na rua, por vendeceiras, ganhadeiras e quituteiras, fez com que a influência africana determinasse esse tipo de comércio, quer nos tipos de iguarias comercializadas, quer seja nas práticas e indumentárias de mercância ou na já mencionada conotação religiosa destes ofícios.

O olhar dos legisladores, ao esmiuçar o cotidiano profissional do pequeno comércio buscando transformar ou abolir as formas tradicionais de comércio, irão atingir em cheio as mulheres. Uma Postura Municipal do ano de 1904, já condenava à extinção as fateiras, ao regular a venda de “carnes, vísceras de gado bovino ou lanígero” às “carrocinhas revestidas com tampas de folhas de ferro batido e grades de ferro, coberta com toalhas alvas”. O comércio dessas mulheres era feito tradicionalmente em gamelas e tabuleiros⁴⁰.

Agenciadoras em larga escala do comércio de alimentos na cidade, as mulheres serão alvo de uma atenção especial dos legisladores municipais, condicionando a liberação das matriculas para a mercância à autorização prévia dos maridos, quando casadas, proibindo o trabalho na rua para os seus filhos menores de 14 anos⁴¹ e a ocupação das calçadas, controlando os horários de trabalho e condenando a venda de comida em bandejas, tabuleiros, gamelas, os poderes públicos tentavam obstruir a tradicional inserção profissional das mulheres na vida da cidade.

O suor despreendido na rotina profissional – particularmente dos pretos pelo seu “odor nauseabundo” –, o contato manual com as iguarias de mercância e as condenáveis condições de fabricação faziam das comidas de rua focos de micróbios, vírus e outros inimigos invisíveis que tanto debilitavam a saúde da população. Além disso eram comidas gordurosas, fortemente condimentadas, em cujo preparo, muitas vezes utilizavam-se partes pouco recomendáveis dos animais, como as vísceras e os pés. Mesmo que alguns intelectuais a partir da década de 30 deste século, louvassem as “comidas típicas” como forma de afirmação de uma identidade cultural baiana, elas não frequentavam, neste período, as mesas das classes média e alta. Era vergonhoso a uma pessoa de prestígio fazer uso de tais comidas nas ruas, sendo necessário muitas vezes a clandestinidade para aqueles que quisessem saboreá-las⁴²

A crítica médica e a legislação municipal acenavam para a extinção de práticas alimentares nocivas à saúde da população e para a circunscrição do pequeno comércio ao interior dos mercados modernos. Estes, por sua vez, para além do intuito manifesto de higiene, eram sinal de uma exploração crescente do pequeno comércio por parte da iniciativa privada e um controle tributário mais eficiente, numa época em que a cidade precisava de dinheiro para levar adiante o seu ousado projeto de remodelação urbanística.

Maria e sua amiga Conceição eram vendedoras de hortaliças no interior do Mercado Modelo, no ano de 1914. No cômodo da primeira estavam expostas “louras bananas da terra, maçã, prata e outros, tomates, pimentões, e hortaliças diversas” porém não estava a “crioula” contente com a situação de feirante de mercado, visto os tributos a que estava sujeito e o alto preço de aluguel do cômodo. Pagando 30\$000 por

mês a “Seu Imbassay”, Maria não conseguia concorrer com os feirantes que se estabeleciam nas portas do Mercado, estendendo-se até o Arsenal da Marinha. Nesta área se vendia “atravancando o passeio com uma falta de asseio completa”, “doce de banana em tijolos (...) cordas de banana da terra, galinhas vivas”. Junto às paredes do mercado “via-se uma extensa fila de mesas assentes no chão batido, sem cimento, tendo brancos toscos em volta e aos lados trempes de tijolos onde se cozinhavam mocotós, efós, badofes, feijoadas e outros acepipes à nagô”. Filipe Santiago, dono de uma das mesas de corrida, pagava a metade do valor pago por Maria pelo aluguel do ponto, 15\$000.

À tentativa de controle nos mercados, os pequenos comerciantes responderam com o comércio informal nas ruas e praças. Em 1915, o Administrador Municipal do Mercado já admitia um desvio dos propósitos originais do estabelecimento. Destinado ao comércio de “frutas, aves e cereais”, o pequeno comerciante desse gênero cedera lugares a “bazares, lojas de fazenda e miudezas, botequins e casinhas”. Como investimento, contudo, o mercado demonstrava ser extremamente próspero, apresentando no referido ano uma receita líquida de 62:459\$561, “não incluindo a importância de 7:884\$124 de alugueis atrasados”⁴³. Assim, obras de remodelação da fechadura, acréscimo de 9000m de área para novos boxes e a construção de um “hangar para feiras exteriores” foram assumidas, ainda no ano de 1915, pelo engenheiro Filinto Santoro, que em troca ficou isento do Imposto de Indústria e Profissões e ganhou o direito de explorar o aluguel da parte ampliada⁴⁴. A construção do hangar das feiras exteriores, que não veio a se efetivar, justificava-se por propiciar uma maior fiscalização sanitária e tributária dos feirantes. Por sua natureza

flutuante e improvisada, a feira estabelecida em volta do mercado, em meio a um lamaçal e sem contar com serviços de saneamento, concorria para a “má execução da cobrança dos impostos o que estão sujeitas as mercadorias expostas à venda”⁴⁵. O administrador do mercado, fazendo coro aos vereadores, médicos, políticos, grandes e médios comerciantes, debitou a uma legislação lacunar a persistência e o crescimento do insalubre mercado informal. Tal crítica acenava para a necessidade de uma revisão legislativa, efetivada com o novo Código de Posturas de 1920.

Não foi por falta de leis ou preleções médicas que as tentativas de higienização do pequeno comércio de alimentação não logrou êxito em Salvador. Em 20.11.1925, o Código Sanitário da Bahia é publicado, logo nos primeiros momentos do governo Calmon. Este propõe retomar o projeto de reforma sanitária da cidade que, no governo Antônio Moniz (1916-1920) e no segundo governo Seabra (1920-1924), havia perdido o ímpeto dos seus primeiros momentos (1912-1914). Calmon também reorganizou o Serviço de Saúde Pública e delegou à sua Diretoria a ação fiscalizadora sobre “a fabricação de produtos alimentícios, a importação de substâncias alimentícias, a venda em grosso e a retalho de qualquer substância que possa ser classificada de alimento”⁴⁶. As medidas, contudo, não se assentavam em bases sólidas. Calmon não criou espaços salubres para o pequeno comércio e os baixos lucros de tal empresa continuavam a afastar seus agenciadores do novo mercado.

O folclorista Antônio Viana, nas suas memórias do primeiro quartel do século 20, ironizava: mesmo com as igrejas “mudando de lugar” para dar passagem às novas avenidas, bondes e automóveis, as pretas vendedoras de comida resistiam às tentativas de expulsão dos espaços públicos e sucediam-se “de mães a filhas, de filhas

a netas, a vizinha, a quem queira tentar a vida no gênero⁴⁷. Na década de 1930, ainda era comum vê-las ostentando a mesma indumentária emblemática: saias amplas e compridas, muitas vezes estampadas, com grandes bolsos frontais onde guardavam a fêria do dia. O anacronismo no traje, numa época onde a moda já ditava para as senhoras vestidos mais curtos, denunciava o seu papel de trabalhadoras, daí a resistência do costume, mesmo hostilizado pelas classes média e alta⁴⁸.

Em 1916, o jornal *A Tarde* bradava, com o sugestivo título “para que servem as Posturas? Para não serem cumpridas”, a persistência da venda de comida por mulheres, “em todas as partes da cidade, dia e noite”⁴⁹, sem a “cobertura de telas de arame” imposta pelas Posturas. Em 1922, contra a “proclamada civilização que lhe querem atribuir os louvaminheiros do Sr. Seabra”, as fadeiras continuavam a vender os seus produtos, apesar da restrição de 1904, em gamelas “expostas ao sol e à poeira horas e horas sem a menor cobertura ou proteção”⁵⁰. Tais fatos talvez estivessem em consonância com a “doentia descrença”, segundo a expressão do Sr. Saturnino Rodrigues de Brito, “com que a população recebe o alvorecer de um melhoramento ou de um progresso novo, como se uma fatalidade cruel lh’o obstasse”⁵¹. Antônio Viana, mais atento à lógica própria do comportamento popular, esclareceu as reais exigências dos consumidores, que muitas vezes passavam ao largo da assepsia sanitária. “A comida é boa? Bem feita? Como as de Eva? De Pompilia? De Vicencia? Da Clementina? De Miquelina? De Mãezinha? De Dóu? Vai adiante. Se não presta o pitêu despe-se sumariamente a intrusa”⁵². Aprovada no “gosto” e na “feitura”, as comidas das vendedoras contavam com a fidelidade dos consumidores, dentre os quais “uma freguesia oculta de pessoal de categoria elevada, descendência nobre e estirpe dos

engenhos, cujas aias sabiam o segredo desses quitutes⁵³. Os clientes não se incomodavam para onde os poderes públicos empurravam essas mulheres. “Joguem a Benta para detraz do Mercado Modelo, para a Praia do Peixe, para a Rua Manoel Vitorino, se quiserem. Os freqüentadores irão à cata do caruru de cata-soés, do efô incomparável, do acarajé fofo a lembrar sonhos e pão-de-ló, do vatapá afamado, do abará macio, quase cangica. Quando gente aprenderia a nadar se a Benta fosse localizada no Forte do Mar, para não privar das delicias do seu tempero”⁵⁴. Para além do cosmopolitismo artificial de médicos, jornalistas e políticos, hábitos, padrões e crenças eram produzidos/preservados, acentuando dia-a-dia uma baianidade “lusobanto-sudanesa”⁵⁵.

NOTAS

- ¹ Rosa Maria Barboza de Araújo. *A Vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro, 1993. pp. 233 e 234.
- ² Jurandir Freyre Costa. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, 1989, pp. 19-33 e Emanuel Araújo. *O Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro, 1993, pp. 37-48.
- ³ James Wetherell. *Brasil: apontamentos sobre a Bahia. 1842-1857*. Salvador, s/d. p. 29.
- ⁴ Lígia Bellini. "Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria". In: João José Reis (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo, 1988. pp. 78-79.
- ⁵ Laura de Mello e Souza. *O Diabo na terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo, 1986. pp. 292 a 295 e 371 a 378.
- ⁶ Hildegardes Vianna. *A Bahia já foi assim: crônica de costumes*. Salvador, 1973. p. 145.
- ⁷ *Jornal A Tarde*, 10.01.1910.
- ⁸ *Jornal A Tarde*, 14.01.1916.
- ⁹ *Jornal A Tarde*, 05.10.1914.
- ¹⁰ *Jornal A Tarde*, 22.11.1922.
- ¹¹ *Jornal A Tarde*, 05.03.1936.
- ¹² Peter Fry et al. "Negros e Brancos no Carnaval da Velha República". In: João José Reis. *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo, 1988. p. 259.
- ¹³ Manuel Querino. *A Bahia de outrora*. Salvador, s/d. p. 145.
- ¹⁴ *Ibidem*. p. 226.
- ¹⁵ *Jornal A Tarde*, 29.11.1922. Entrevista com Hildegardes Vianna, em 05.06.1993. James Wetherell. *Brasil: apontamentos...*. Salvador, s/d. pp. 40 e 89-90.
- ¹⁶ Antônio Vianna. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador, 1950. p. 52.
- ¹⁷ Sandra Lauderdale Graham. *Proteção e obediência...*. São Paulo, 1992, pp. 81-82 e Roberto Da Matta. *Carnaval, malandros...*. Rio de Janeiro, 1981. pp. 88-112.
- ¹⁸ Antônio Vianna. *Casos e coisas...*. Salvador, 1950. p. 54.
- ¹⁹ Sandra Lauderdale Graham. *Proteção e obediência...*. São Paulo, 1992.
- ²⁰ Hildegardes Vianna. *Breve notícia sobre acontecimentos na Bahia no início do século XX*. Salvador, 1983. p. 14.
- ²¹ Ana Maria Morales. "O afoxe filhos de Gandhi pede paz". In: João José Reis (org.). *Escravidão e invenção...*. São Paulo, 1988. p. 256.
- ²² Peter Fry et al. "Negros e Brancos no carnaval da velha República". In: João José Reis. *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo, 1988. p. 251.

- ²³ Rachel Sorhet. *Vivências e formas de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro (1890-1920)*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1986, vol.II, pp 81-83
- ²⁴ *Jornal A Tarde*, 17.01.1916.
- ²⁵ *Jornal Diário de Notícias*, 09.05.1905.
- ²⁶ *Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1890, art. 72, alínea 3, p. 45.
- ²⁷ Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo, 1988, p. 237.
- ²⁸ *Jornal A Tarde*, 16.09.1916
- ²⁹ Ruth Landes. *A Cidade das mulheres*. Rio de Janeiro, 1967, p. 160.
- ³⁰ Renato Silveira. "Pragmatismo e milagres de fé no Extremo Ocidente". In João José Reis (org.), *Escravidão e invenção...*, p. 183.
- ³¹ *Ibidem*, pp 173-183.
- ³² João José Reis e Renato Silveira. "O Candomblé e o Poder". *Jornal O Negro*, 27.11.87.
- ³³ Renato Silveira "Pragmatismo...". In: João José Reis. *Escravidão e...*, São Paulo, 1988, p.183.
- ³⁴ Ananias Moraes. "O afoxé filhos...". In: João José Reis. *Escravidão e...*, São Paulo, 1988, p.268
- ³⁵ AMMS: Octavio Torres da Silva. *A Cidade do Salvador perante a higiene* Tese de doutoramento apresentada à faculdade de medicina da Bahia em 1908, p. 02.
- ³⁶ *Ibidem*, p. 64.
- ³⁷ *Jornal A Tarde*, 23.12.1914.
- ³⁸ Mário Augusto Silva Santos. *Sobrevivência e tensões sociais: Salvador (1890-1930)*. São Paulo, 1982, p. 35
- ³⁹ Maria Ines Cortes de Oliveira. *O Libertio: o seu mundo e os outros (Salvador 1790-1890)*. São Paulo, 1988, p. 34.
- ⁴⁰ APMS: Livro de Postura Municipal de 1904, postura nº 45, p. 18
- ⁴¹ APMS: Livro de Postura Municipal de 1920, postura nº 177, p. 50.
- ⁴² *Jornal A Tarde*, 11.07.1916. AMMS: Xavier Borges. *Prophylaxia da syphilis, da tuberculose, do alcoolismo*. Tese de doutoramento apresentada à faculdade de medicina da Bahia Salvador, 1907, pp. 24-25. AHPMS: Código Sanitário de Salvador, pp. 1925.
- ⁴³ AHPMS: Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia em 01.01.1916, relativo ao exercício de 1915, p. 98.
- ⁴⁴ Paulo Ormino de Azevedo. *A Alfândega e o Mercado: memória e restauração*. Salvador, 1985, p. 51.
- ⁴⁵ AHPMS: Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia em 01.01.1916, relativo ao exercício de 1915, p. 98.
- ⁴⁶ IGHBA: Mensagem do Governo Góes Calmon, em 07.04.1925

-
- ⁴¹ Antonio Vianna. **Casos e coisas...** Salvador, 1950, p. 19.
- ⁴² Afrânio Peixoto. **Breviário da Bahia**. Rio de Janeiro, 1990, p. 184.
- ⁴³ **Jornal A Tarde**. 10.10.1916.
- ⁴⁴ **Jornal A Tarde**. 07.11.1922.
- ⁴⁵ IGHBA. Saneamento da Bahia (Cidade do Salvador, 1926). Relatório dos Projetos. Por F. Saturnino Rodrigues de Brito. Salvador, 1928, p. 20.
- ⁴⁶ Antonio Vianna. **Casos e coisas...** Salvador, 1950, p. 19.
- ⁴⁷ **Jornal A Tarde**. 11.07.1916.
- ⁴⁸ Antonio Vianna. **Casos e coisas...** Salvador, 1950, pp. 19-20.
- ⁴⁹ Antonio Riserio. 'Bahia com 'H''. In João José Reis. **Escravidão e...** São Paulo, 1988, p. 165.

PARTE III

VIVÊNCIAS SEXO-AFETIVAS E OS LIMITES DA MATERNIDADE

CAPÍTULO 5

VIVÊNCIAS SEXO-AFETIVAS

5.1. Os Motivos do coração

Estudando as famílias da elite baiana no século 19, Kátia Mattoso teve oportunidade de observar o caráter eminentemente endogâmico dos contratos nupciais nas classes altas¹. O casamento tinha como objetivo garantir a solidariedade intragrupal dos elementos abastados da sociedade, onde a manutenção da riqueza e do prestígio social fazia-se regra². O caráter explicitamente sócio-econômico do matrimônio fez da virgindade e da fidelidade feminina os selos de garantia da honestidade familiar no “mercado de casamento”³. Tal fenômeno acabou por favorecer a reclusão doméstica feminina, bem como uma dessexualização da imagem da mulher, que só era vista como virgem, esposa ou mãe.

Não tendo o compromisso da manutenção da riqueza e do prestígio, as classes populares não podiam repetir, a nível das suas vivências, o modelo conjugal das elites. A luta pela sobrevivência fazia com que muitas mulheres tivessem que assumir diversas atividades de ganho nas ruas, o que possibilitava uma gerência mais autônoma das suas vidas pessoais, distanciando-as, desta forma, do comportamento feminino que, no imaginário social, encarnava o tipo ideal de esposa.

Mesmo não tendo como elemento básico a manutenção da riqueza e do prestígio, eram elementos ligados à sobrevivência ou à vida prática dos parceiros que determinavam o surgimento das uniões maritais oficiosas, que pululavam nas camadas

pobres da população⁴. Só a partir do século 19 – e mais precisamente na sua segunda metade –, é que o ideal do amor romântico, baseado no respeito à individualidade e na livre expressão sexo-afetiva dos parceiros começou, timidamente, a se colocar como parâmetro das estratégias de casamento⁴.

Edward Shorter localiza o surgimento do amor romântico entre os populares, na Europa do século 18⁶. Lawrence Stones relaciona o surgimento do fenômeno com as práticas das elites letradas, influenciadas pelo pensamento humanista e pelas reformas religiosas. Tais questões, segundo o autor, levou à valorização da individualidade, vindo a alterar os padrões que regulavam as relações conjugais⁷.

Apesar da controvérsia, que não exclui uma convergência dos argumentos, o certo é que, a partir do século 19, a escolha pessoal irá trazer um novo elemento para a efetivação das parcerias conjugais, entrando em choque com os interesses materiais que, tanto para as elites como para os populares, ainda serviam como os critérios dominantes para a ordenação de relações desta natureza.

A literatura de Jorge Amado faz do conflito entre os modelos conjugais guiados pela conveniência material e a livre expressão sexo-afetiva dos indivíduos um dos seus temas prediletos. Hipocrisia e conflitos passionais para as classes altas, possibilidade de amor genuíno entre os populares pontuam a leitura de Amado sobre o assunto. É certo que a filiação literária do autor, ligada ao movimento modernista, acabou por conduzir a uma supervalorização do comportamento popular, perceptível na nítida oposição que ele estabelece entre tal comportamento e o “decadente” *modus vivendi* das elites. Os conflitos de gênero sempre foram um momento fundamental da constituição de qualquer classe social, e deles também não se isentaram os pobres⁸.

Na transição para um modelo de relação sexo-afetiva, guiada pelo interesse dos parceiros, é que surge, a partir do século 19, a instituição do namoro e do noivado. A escolha pessoal, advinda com a possibilidade do namoro, teria de ser abençoada pelos familiares dos “pombinhos”. através do compromisso do noivado, momento em que os parceiros assumiam a responsabilidade pelo casamento futuro⁹. É claro que as classes sociais, como demonstrou Thales de Azevedo, redefiniram a seu modo os padrões ordenadores do namoro¹⁰. Nota-se, contudo, que os seus imperativos maiores ainda eram as relações conjugais estáveis. Desta forma, era a idéia de constituição da família que regulava, majoritariamente, as trocas afetivas entre os indivíduos de todas as classes sociais, e não o mero deleite erótico.

Complicadores de vários níveis viriam a dar ao amor romântico, muitas vezes, um caráter trágico. Assumido pelas gerações mais jovens, ele, de uma certa forma, ameaçava as concepções dos pais ou de familiares mais velhos sobre o destino de seus descendentes. Muitas vezes, a família, para fazer valer o seu ponto de vista, apelava para atitudes drásticas. Mandar o filho estudar no exterior ou trancafiar as filhas em colégios internos eram atitudes comuns às elites para a resolução de problemas desta natureza. Malvina Tavares, personagem do romance **Gabriela, cravo e canela** de Jorge Amado, filha única de um rico fazendeiro de cacau na Ilhéus da década de 1920, foi chicoteada pelo pai e levada como interna para o Colégio das Mercês em Salvador, por ter sido vista “flertando” com o engenheiro Rômulo Vieira, pessoa indesejada no círculo familiar do coronel¹¹.

Fugas, suicídios ou desvirginamento de menores eram recursos comuns aos namorados para fazerem valer os seus propósitos frente à oposição das famílias. Em

1922, o brigadeiro Francisco Verne fugiu com a sua namorada, “uma moça do Jogo do Carneiro” porque a família desta não consentia no namoro. Acionada a polícia, os amantes foram presos na Estação de Trens de Catu-Ba, no momento da fuga. O brigadeiro recebeu prisão disciplinar e a namorada foi devolvida à sua família. No mesmo ano, os jornais noticiavam, com alarde, três tentativas de suicídio que tiveram lugar em Salvador em menos de 48 horas, com duas vítimas fatais, todas “por motivos do coração”¹².

Namorando Pedro de Espírito Santo, 22 anos, pedreiro, Perolina Advíncula Barboza, 14 anos, parda, sem profissão declarada, foi prometida pelos seus pais a Heráclio em 1926. Recusando a sorte que lhe reservava a família, e pressionada pelo pai, que dizia “que se ela não se casasse com Heráclio, pudesse se conformar com o destino de freira”, Perolina, certa noite, aproveitando-se da oportunidade em que os familiares dormiam, fugiu para a casa de Pedro e “para se casar com ele, fez com que Pedro a deflorasse”¹³.

O amor romântico não só motivou conflitos entre os parceiros e os grupos familiares respectivos, como trouxe novos problemas para a relação homem/mulher. A paixão, considerada como o sentimento mais autêntico - e, portanto o mais incontrolável - do homem, foi fartamente propagandeada pela moda romântica. Livros¹⁴, filmes¹⁵, músicas, reatualizavam, como mito, a história de Romeu e Julieta, e a própria legislação penal reconhecia a força passional como elemento que privava os indivíduos dos “sentidos e inteligência”¹⁶. Paixões não correspondidas, amores desfeitos, colocavam-se como justificativas de atos dos mais violentos, numa época em que as relações movidas pela paixão nem sempre estavam fadadas a dar certo.

Os jornais nos dão uma amostra de tal fenômeno: Júlia Dias da Silva, 23 anos, moradora da Rua Carlos Gomes, ingeriu permanganato, e Guiomar Castro Lima intoxicara-se com “sublimado corrosivo”, levada por “motivos do coração”¹⁷. Priscilina, 18 anos, “robusta”, moradora do Pilar, ingeriu uma dose de lisol porque o namorado havia terminado o namoro¹⁸. “Angelo de tal” atentou contra a vida de Alexandrina Maria da Conceição, “rapariga simpática” que tinha uma quitanda na qual vendia frutas, e morava no Maciel 29, porque a mesma não aceitou corresponder ao seu amor. “Ultrapassado, provocou uma cena de ciúmes, feriu a pretendente com punhaladas e, pensando que a mesma estivesse morta, suicidou-se ingerindo cianureto”¹⁹. Todos estes fatos tiveram lugar no conturbado ano de 1922. Aliás, ainda nesta ano, Jacinto Gomes propagava aos quatro cantos que “não cortaria o cabelo nem faria a barba” enquanto não matasse Maria Augusta dos Santos, por esta tê-lo abandonado²⁰. Almerinda de Jesus tomou formicida por se encontrar “tomada de amores por um soldado de polícia”²¹ e Elisa navalhou Etelevina por ciúmes do parceiro²².

Ingestão de substâncias tóxicas, no caso dos suicídios, ou o concurso de navalhas e ácidos, para a consecução de homicídios ou agressões físicas, foram costumeiramente utilizados pela população para pôr termo aos seus dilemas passionais, vindo a constituir-se em artifícios característicos das tragédias românticas. Muitas mulheres lançavam mão do veneno doméstico, popularizado pela ordem industrial, nas tentativas de suicídio. Tal recurso, além de barato, não exigia maiores esforços físicos ou prova de coragem extrema dos suicidas. Por outro lado, os efeitos mortíferos de tais substâncias podiam ser debelados, quando percebidos a tempo, conseguindo o pretendo

suicida, com tal recurso, chamar a atenção do amante para o estado de desespero em que se encontrava. Já as navalhas e ácidos, mesmo que não ocasionassem a morte, podiam causar lesões graves. Geralmente, tais armas visavam atingir o rosto das vítimas, numa tentativa de deformá-las esteticamente ou produzir lesões que as envergonhariam. De fácil aquisição, sem demandar esforço físico ou habilidade de manuseio, tanto os ácidos com as navalhas foram largamente utilizados pelas mulheres para vingar-se de traições ou abandonos²³.

No ano de 1914, uma típica tragédia romântica teve lugar em Salvador, resultando em duplo suicídio. Urânia Alves de Brito, noiva de Raphael Carlos Miranda, veio de Feira de Santana para passar o carnaval em companhia do noivo e dos familiares deste. Certo dia, dizendo pretender dirigir-se à casa da madrinha de Raphael, os dois saíram de casa e não mais voltaram. Seus corpos foram encontrados dias depois, em alto mar, num barco à deriva. O casal havia ingerido “cognac macieira” e apresentava profundos cortes no pescoço. Um bilhete de Raphael esclarecia que, “contaminado pelo jogo e sempre repellido pela sorte”, não podia mais viver, e que Urânia “resolveu acompanhá-lo na morte”²⁴.

Para as mulheres, os contatos com os homens, baseados no amor e no erotismo, costumavam redundar em dramas. A força das pressões familiares, as desigualdades sociais, a exigência de que se mantivessem virgens, largamente difundida pelos costumes, o machismo dos parceiros e uma legislação penal que não reconhecia a livre expressão sexual feminina, volta e meia dificultavam a simetria necessária às relações por amor. Tais questões foram postas a todas as mulheres. Resta-nos saber como as mulheres das classes populares responderam a elas.

5.2. As Defloradas

Procurar na justiça para queixar-se do desvirginamento de menores de 21 anos foi um recurso largamente utilizado pela sociedade baiana na Primeira República²⁵. Tal atitude era respaldada pelo Código Penal brasileiro de 1890, Capítulo VIII, relativo aos “Crimes Contra a Honestidade das Famílias e do Ultraje Público ao Pudor”. No artigo 267, o delito era descrito como o “ato de deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou a fraude”. Caracterizava-se a sedução, o engano ou a fraude, quando a “vontade da mulher está subjugada aos interesses do autor do delito”, sendo esta, por visto, vítima de uma ato de que não vislumbrava as conseqüências²⁶. A pena estipulada era de 01 a 04 anos de prisão, sendo que, não havendo impossibilidade jurídica, o casamento tornava nulo o delito²⁷.

Além da penetração da vagina pelo órgão sexual masculino - provocando ou não a ruptura do hímen -, era necessário, para a configuração do delito, que as vítimas demonstrassem que haviam sido moralmente enganadas pelos acusados²⁸. Ao devassar a intimidade sexual dos indivíduos para que fosse composto um modelo de culpa ou inocência jurídica, os crimes de defloramento alimentaram, com freqüência, grossos autos processuais e concorridos juris populares.

É certo que os processos-crime de defloramento constantes do APEBa nem de longe espelham a real extensão do fenômeno em Salvador. Recurso dos mais extremos, a justiça só era solicitada a atuar quando os arranjos, dos mais variados, não se tornavam possíveis. Isto explica, por exemplo, a ausência de processos envolvendo mulheres de família das classes média e alta. Casamentos apressados, maridos

arranjados, reclusão em conventos, foram, dentre outras, estratégias utilizadas por famílias dessas classes para livrarem-se dos escândalos deflagrados por incidentes de tal natureza, ajudando assim a preservar intacta a cultuada imagem pública²⁹.

Dados como profissão e local de moradia, anotados nos processos, permitem-nos traçar um perfil social dos envolvidos. Tais informações, no tocante a Salvador, levaram-nos a resultados semelhantes àqueles encontrados por Boris Fausto e Marta Esteves, em seus estudos sobre crimes sexuais, respectivamente em São Paulo e Rio de Janeiro³⁰. Trata-se, em sua grande maioria, de um recurso jurídico de que lançavam mão os segmentos populares, o que permitiu que adentrássemos nos padrões de moralidade próprios a estes segmentos.

Uma rápida análise da autoria das queixas, nos permite traçar um perfil da organização familiar dos reclamantes.

TABELA 4 - AUTORIA DA QUEIXA

AUTOR DA QUEIXA	QTD	%
Mãe solteira	37	41,57
Mãe viúva	10	11,24
Pai	23	25,84
Tio/Tia	06	6,74
Tutor	06	6,74
Irmão	01	1,13
Autoridade	06	6,74
TOTAL	89	100,00

FONTE: Processos-crime

Nos 89 processos analisados, 52,81% das queixas foram prestadas pelas mães das vítimas. Dentre elas, são poucas as que assim procedem por serem viúvas (11,24%). Por outro lado, a legislação da época era categórica em delegar ao chefe da família (o pai), no caso de famílias pertencentes a lares legalmente constituídos, a autoria das queixas. O que vemos é uma legião de mães solteiras – fruto de relações furtivas ou de concubinatos acabados –, não querendo que as suas filhas repetissem a sua sorte.

O já discutido caráter costumeiro das relações maritais no período, somado ao perfil familiar delineado nos processos, permite-nos vislumbrar a fragilidade dessas relações. Uma vez que a grande maioria das famílias apresentava um modelo conjugal do tipo incompleto. A falta do casamento legal e do reconhecimento da paternidade, acabava por isentar os homens da responsabilidade – social e jurídica – para com a criação dos filhos. Mesmo que as relações de solidariedade e ajuda mútua entre os populares transcendessem ao círculo familiar, os “valores ligados à honra eram preferencialmente defendidos por um membro da família. Como era comum a ausência de figuras masculinas que exercessem o tradicional papel de autoridade, as mulheres o faziam”³¹.

Mesmo quando as mulheres arcavam com o sustento das suas famílias, contando costumeiramente com a ausência dos parceiros, o homem – pai ou esposo –, nunca deixou de ser uma referência forte para um grande número de lares matrifocais baianos. Katia Mattoso compreende o fenômeno na relação “mulheres vítimas e

responsáveis, homens viris e irresponsáveis". Mesmo assim continuavam eles a ser o referencial ideal da organização familiar e "seu papel reprodutor causava admiração e sorrisos"³². Tê-los em casa, mesmo como amásios ou personagens secundários nas estratégias de sobrevivência, constituía, segundo Hucktson, o mais claro sinal de respeitabilidade social das famílias³³.

Tais questões são fundamentais para a compreensão da condição feminina em Salvador. Numa sociedade marcada por uma rígida divisão sexista, a participação ativa das mulheres na luta pela sobrevivência e na manutenção efetiva dos lares, em vez de criar novos modelos de relação entre os gêneros, enfatizou, muitas vezes em virtude da falta, a importância do papel masculino, o que desfaz as ilusões de um matriarcado cultural baiano, do qual nos fala Ruth Landes³⁴. A presença constante das mulheres no espaço público, nas mais variadas atividades profissionais, não lhes reservou uma sorte diferenciada. As barreiras entre o público e o privado são sinuosas e era investidas do seu papel doméstico que muitas mulheres se encontravam nas ruas.

A análise do item profissão dos acusados, por sua vez, levou-nos a perceber que grande número deles exercia atividade profissional regular e que, dentro do quadro crônico da pobreza baiana do período, estavam, assim como as testemunhas masculinas, naquelas "camadas intermediárias da sociedade" das quais nos fala Mattoso.

TABELA 5 - OCUPAÇÃO ACUSADOS/TESTEMUNHOS MASCULINOS

1900/1926

ATIVIDADES	ACUSADOS		TESTEMUNHOS	
	N°	%	N°	%
Artista	10	11,23	49	12,56
Comerciante	06	6,74	34	8,72
Comerciário	13	14,62	34	8,72
Militar	12	13,48	36	9,23
Funcionário Público	05	5,62	51	13,08
Motorista	06	6,74	-	-
Estudante	03	3,37	-	-
Pedreiro/Pintor	06	6,74	-	-
Operário	05	5,62	18	4,62
Alfaiate	-	-	17	4,36
Lavrador	-	-	18	4,62
Outros	11	12,36	117	30,00
Ignorado	12	13,48	16	4,10
TOTAL	89	100,00	390	100,00

FORNTE: APEBa. Processos-Crime de Defloramento

Nestes estratos, ainda segundo a autora citada, o casamento era posto como regra para as **filhas** (grifo nosso), e a relação de concubinato vista como "regressão" só era aceita se o "parceiro pertencesse a uma categoria muito superior, e pudesse vir a ser um protetor de família"³⁵. Se o casamento já era posto como regra às filhas, o que justificava a recusa dos homens em se casar com as "ofendidas", mesmo nos casos onde havia provas irrefutáveis, tais como cartas escritas pelos mesmos às parceiras, assumindo a autoria do defloramento?

Para responder a tal indagação, tomemos o ponto de vista de Thales de Azevedo quando adverte que era mais fácil, em Salvador, para um rapaz “relativamente pobre, mas bom e educado” casar-se com uma moça de situação social superior do que o contrário³⁶. Se analisarmos o perfil profissional das vítimas, veremos que são as mesmas, em sua grande maioria, empregadas domésticas (5,43%), costureiras (15,74%) e operárias (12,35%). A desqualificação social desses ofícios femininos, aliados aos estigmas imputados à mulher pobre trabalhadora, sugere-nos que seria mais prático para os acusados, guardarem as responsabilidades de um casamento civil como chance de um futuro promissor, quando realizado com moças de melhor situação social, reservando para as mulheres com o perfil profissional das “ofendidas” as frágeis relações de concubinato ou os contatos sexuais furtivos e irresponsáveis.

TABELA 6 - COR E OCUPAÇÃO DAS 89 DEFLORADAS / 1900-1926

OCUPAÇÃO	BRANCA		PRETA		PARDA		TOTAL POR OCUPAÇÃO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Serviços domésticos	09	60,00	07	50,00	36	60,00	52	58,43
Costureiras	01	6,60	05	35,70	08	13,30	14	15,74
Operárias	01	6,60	-	-	10	16,70	11	12,35
Sem profissão	04	26,80	02	14,28	06	10,00	12	13,78
TOTAL POR COR	15	16,85	14	15,74	60	67,41	89	100,00

FONTE: Processos-Crime de Deflorados / 1900-1926

Se os ventos românticos já propiciavam às mulheres maiores possibilidades de viverem relações conjugais guiadas pelo erotismo, muitos homens lançavam mão de um jogo de promessas, chantagens e conquistas afetivas, com o objetivo de,

gratuitamente, satisfazerem às suas fantasias sexuais. Mesmo não sendo as mulheres tão vítimas e passivas, como pintava a legislação penal da época, a criminalização do homem sedutor reflete o largo uso desta estratégia masculina. Na verdade eles repetiam a dicotomia comum à ordem patriarcal, entre prazeres sexuais e constituição de família, fenômeno que reservou, desde muito cedo, destinos diferenciados ao sexo feminino. Marcadas pela sua condição social, as moças pobres foram o alvo costumeiro das gratuitas investidas sexuais masculinas.

As empregadas domésticas, neste contexto, foram os tipos femininos mais vulneráveis a tais assédios. As desigualdades sociais aliadas à ausência do universo “protetor repressivo” dos seus próprios lares, faziam destas trabalhadoras alvo costumeiro dos assédios sexuais dos patrões¹⁷. Por ter maior mobilidade espacial, elas também eram disputadas por homens dos mais diferentes níveis sociais, uma vez que era difícil que viessem a sofrer represálias. O fato era tão comum ao universo masculino que o Dr. Menandro, personagem de Jorge Amado, era conhecido, quando estudante, pelo título de “barão de amas”, tamanha habilidade que tinha na arte de seduzir empregadas domésticas¹⁸.

Steven Marcus, ao estudar os contatos sexuais entre patrões e empregadas domésticas na Inglaterra do século 19, demonstrou como as desigualdades sociais inerentes a estas relações favoreciam a liberação das fantasias sexuais masculinas mais arrojadas, uma vez que vetavam o envolvimento afetivo dos homens, transformando as domésticas em mero objeto para a satisfação de necessidades carnis¹⁹. Não só a

Inglaterra, mas também no Brasil o fenômeno teve grande expressão. Hernani de Irajá, em seu livro *Confissões de um conquistador de criadas*, dispõe-se a contar as peripécias sexuais de um artista plástico com as empregadas domésticas que serviam à família do protagonista na década de 1920. Todo o conteúdo de exploração sexual das investidas da personagem é justificada por Irajá, como desapego às convenções burguesas. A “livre expressão dos desejos sensuais”, que, segundo o autor, caracteriza a narrativa, levou-o a dedicar o livro a Verlaine, Rimbaud e Baudelaire. Nota-se, contudo, que era o antagonismo social existente entre o personagem e as suas conquistadas o que favorecia o clima de clandestinidade e luxúria necessário à expressão das fantasias sexuais do artista, não estando estas, portanto, tão desvinculadas das “hipócritas” convenções sociais como esforçou-se o autor para demonstrar⁴⁰.

Independentemente da veracidade ou não das acusações, desigualdades sociais e preconceitos são constantemente reforçados nos processos-crime, e por vezes antecipam a sentença dos mesmos. Em nenhum caso onde a empregada doméstica alegou ter sido deflorada pelo patrão ou parente deste (três casos), há sentença favorável à vítima. Como esclarecia o ilustre jurista carioca Viveiro de Castro, ficava difícil acreditar em “uma criada (...) de condição humilde e baixa que se diz iludida pela promessa de casamento que lhe fez seu amo, homem rico ou de elevada posição social”⁴¹.

TABELA 7 - PROFISSÃO DO ACUSADO* E O RESULTADO DO PROCESSO

1900-1912

PROFISSÃO	RESULTADO DO PROCESSO											
	CULPADO		INOCENTE IMPROCEDENTE		NÃO TIU		PRISÃO PREVENTIVA		CASAMENTO		TOTAL POR PROFISSÃO	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Cozinheiro	04	12,90	05	17,86	03	25,00	-	-	01	33,33	13	16,88
Militar	02	6,45	07	25,00	02	16,67	01	33,33	-	-	12	15,58
Artista	05	16,13	04	14,28	-	-	01	33,33	-	-	10	12,99
Motorista	04	12,90	01	3,57	01	8,33	-	-	-	-	06	7,79
Comerciante	03	9,68	02	7,14	-	-	-	-	01	33,33	06	7,79
Pedreiro/Pintor	05	16,13	01	3,57	-	-	-	-	-	-	06	7,79
Operário	03	6,45	03	10,71	-	-	-	-	-	-	05	6,49
Func. Público	03	9,68	-	-	01	8,33	-	-	01	33,33	05	6,49
Estudante	-	-	02	7,14	01	8,33	-	-	-	-	03	3,91
Outros	03	9,68	03	10,71	04	33,34	01	33,33	-	-	11	14,29
Total por resultado do processo	31	100,00	28	100,00	12	100,00	03	100,00	03	100,00	77	100,00

* Excluídos os acusados de profissão ignorada

FONTE: Processo-Crime Deformante

A verdade jurídica, portanto, se construiu sobre variáveis muitas vezes estranhas ao próprio fato motivador do delito. O concurso de advogados, a credibilidade dos testemunhos, a influência dos envolvidos dentro das instituições jurídico-policiais, determinavam em grande parte os veredictos jurídicos, cabendo à melhor versão – à fábula jurídica – a sentença favorável⁴². A título de exemplo, em doze casos nos quais os acusados são militares, só dois foram considerados culpados.

Tais questões, aliadas à necessidade de compor o tipo jurídico da seduzida, faziam do inventário moral da vida pregressa da ofendida o ponto mais alto das discussões processuais nos crimes de natureza sexual, uma vez que só as “mulheres honestas” teriam causa “demasiado poderosa” para explicar porque haviam permitido a “antecipação dos direitos conjugais”⁴³. Transformando as vítimas em culpadas nos

delitos dessa natureza, a justiça parecia repetir o “olhar severo do inquisidor” dos tempos coloniais e o seu “particular zelo pelo comportamento moral das mulheres”⁴⁴.

Nosso interesse, para além dos resultados das sentenças ou dos mecanismos jurídicos, estará centrado no cotidiano sexo-afetivo das mulheres dos segmentos populares, descortinado pela devassa moral empreendida pelos autos processuais.

Na grande maioria dos processos, a rua, a festa, os passeios, a diversão pública, são elementos recorrentes. A constante presença dos envolvidos no espaço público corrobora as reflexões de Michelle Perrot sobre a pouca importância conferida ao privado na sociabilidade da pobreza⁴⁵. Mesmo com o esforço de domesticar as mulheres pobres, que caracterizou a intervenção de autoridades e médicos, em seus projetos civilizatórios, desde o século 19, e que é muitas vezes realçado pela família da vítima como forma de alcançar as representações morais de advogados, delegados e juizes, a rua impõe-se como local das trocas sociais mais intensas. Tal questão, por certo, marcou profundamente o desenvolvimento da cultura popular urbana⁴⁶.

As praças com seus bancos, coretos e jardins, os bondes, o cinema apresentavam-se como um cenário tentador para as moças do povo, em seus passeios pela cidade. A iluminação elétrica, em substituição às tradicionais fogueiras, era muito saudada e constituía o espetáculo das grandes festas populares, como a do Bonfim. Em 1910, além do embandeiramento de todo o largo, borboletas de papel de seda, palmas, flamboux e dois “caprichosos coretos” erguidos para o evento, nos quais tocavam duas bandas de música, todo frontispício da capela foi iluminado “com o concurso de 1.300 lâmpadas que desde o cimo das torres funcionavam perfeitamente sem queimar uma sequer”⁴⁷.

As festas de rua eram momentos de intensa participação popular. Para a passagem dos ternos e ranchos de reis da Lapinha, os moradores das ruas Marchantes, Adobes, Quitandinha do Capim, etc., preparavam-se enfeitando as ruas com bandeirolas e estendendo colchas bordadas e coloridas nas janelas⁴⁸. No largo da Penha, um “suntuoso presépio” foi armado no ano de 1914, sendo visitado por um número regular de ternos e ranchos de reis. Quermesses, carrosséis, rifas, queimas de fogos de artificios e as tradicionais vendedoras de comidas de rua, brindavam os freqüentadores do evento, que eram embalados pelo som da banda de música do regimento militar⁴⁹.

Os bondes garantiam o êxito das festas públicas, circulando por toda a noite. Nos três dias de festividades do Bonfim, do ano de 1910, a Light registrou 113.779 passageiros que se dirigiram à colina, sendo 43.967 passageiros de 200 réis e 69.832 de 100 réis⁵⁰. Às vésperas da festa, os jornais calculavam em 20.000 o número de pessoas que se “acotovelavam” na Ladeira e na Colina do Bonfim⁵¹.

Nos ranchos ou ternos de reis, circulando com amigas, parentes ou irmãos menores, algumas vezes sozinhas, as moças pobres coloriam as ruas e festas baianas, e muitas vezes davam o tom às festividades como as do beco do Gilu, na festa do Bonfim, cujas mulheres eram saudadas nas trovas:

*“Onde vais morena
no passo do urubu
vou cair no samba
no beco do Gilu”⁵²*

Tal intimidade das mulheres com a rua propiciava o início de namoros ou mesmo contatos sexuais mais arrojados. Maria Adélia do Sacramento, 14 anos, parda,

de serviços domésticos, disse ter sido deflorada nos festejos de sábado de Aleluia em 1911⁵³. Maria Madalena de Souza, 19 anos, branca, contou que seu defloramento deu-se quando das comemorações do Dois de Julho de 1920⁵⁴ e Adélia Marques da Cruz, 17 anos, branca, de serviços domésticos, disse ter sido desvirginada numa terça-feira de carnaval do mesmo ano⁵⁵.

A presença maciça das famílias nas ruas, em ocasiões como estas, fazia com que os pais de família mais zelosos reclamassem por iluminação em alguns lugares. A falta de luz na ladeira de Santana ou no largo do Desterro, no ano de 1922, permitia que “aqui, ali, acolá, pombinhos”, aproveitando-se da escuridão, afrontassem “sem o menor pudor” os que passavam⁵⁶. Em nome do livre gozo do espaço público pelas famílias, a “Polícia dos Costumes” geralmente era acionada para conter os ímpetus românticos dos namorados que, à noite, invadiam as praças, ruas e janelas da cidade.

Nazaré foi visto por um jornalista, no ano de 1936, como o “bairro do amor”. Nos jardins da praça, “à noite, sem iluminação”, os seus bancos sempre estavam cheios de casais “em cenas licenciosas”, impossibilitando que as famílias para ali pudessem se dirigir em busca de ar puro, nas noites quentes de verão. Nas janelas do bairro, muitos casais ficavam a conversar, das 19:00 às 22:00 horas, na modalidade de namoro conhecida como “gargarejo”.

Tais práticas de namoro, arrojadas aos olhos das famílias de classe média e alta, eram costumeiramente associadas aos populares. A intervenção da Polícia dos Costumes tinha um explícito caráter civilizador de tais segmentos, e muitas vezes exigia-se da referida milícia moral uma intervenção mais drástica, como clamavam os

moradores do Santo Antônio da Mouraria, onde empregadas domésticas dominavam os passeios, as janelas e as esquinas “nos braços de soldados da policia”⁵⁷.

O fraco contingente populacional de Salvador, no período estudado, não favorecia o anonimato, e portanto estabelecia limites às peripécias eróticas dos namorados. O cosmopolitismo do Rio de Janeiro, na época, já favorecia namoros de curta duração. Ao estudar as defloradas cariocas, Esteves demonstrou que as relações de namoro esboçadas nos processos-crime “afirmava uma duração inferior a três meses ou diz simplesmente faz pouco tempo”⁵⁸. Já em Salvador, nos 47 processos onde foi possível rastrear o tempo de namoro, percebemos que em 34 deles o envolvimento entre os namorados já contava mais de 1 ano, sendo que o prazo de 01 a 03 meses só foi encontrado em 08 processos (vide tabela em anexo). Tal dado revela-nos, segundo os códigos do “namoro à antiga”, um certo comprometimento do casal, que dava à relação um caráter oficial no espaço doméstico⁵⁹. A acanhada urbanização de Salvador, ao propiciar um ciclo de convivência social mais estável, facilitava o controle do comportamento das moças, pela possibilidade de vigilância pessoal. A mulher que namorava muitos homens corria o risco de ficar “falada”, isto é, de ser identificada socialmente como leviana, em razão de sua inconstância afetiva.

Nos casos de namoro que contavam com a aquiescência da família, era sempre aproveitando-se de um descuido dos membros da casa que, rapidamente, dizia-se acontecer o defloramento. Em 1922, Durvalina Lima do Amaral, 19 anos, parda que era noiva há um ano e meio de Manoel Soares de Souza, 24 anos, empregado da Companhia Ferroviária, foi deflorada, segundo seu depoimento, na “sala da frente da casa de Durvalina, que Manoel freqüentava regularmente, aproveitando-se de um

momento em que ela encontrava-se sozinha⁶⁰. Isabel Lopes da Cunha, 17 anos, parda, de serviços domésticos, conheceu Aníbal Ferreira Tito, 18 anos, “negociante ambulante”, na festa de Nossa Senhora da Saúde, em 1921, onde começaram a namorar. Em setembro de 1922, Aníbal pediu Isabel em noivado aos pais dela, passando, a partir desta data a freqüentar sua casa. A evolução do namoro fez com que, um dia, Aníbal propusesse à noiva que mantivessem relações sexuais, o que, segundo depoimento da vítima, ela “imediatamente recusou”. A partir desta data, Isabel conta que passou a sofrer assédios de Aníbal e que “por diversas vezes quando estava distraída a conversar com ele, metia-lhe a mão por baixo do vestido, apalpando e segurando as suas partes genitais”. Certo dia, quando estavam a conversar, Aníbal “enfiou o dedo em sua vagina. Ela reclamou muito, depois que ele saiu ela notou nódoas de sangue em sua roupa”, verificando “que tinha sido violentada em sua honra”⁶¹.

Numa noite de novembro do ano de 1922, Alzira Gomes dos Santos, 18 anos, branca, de serviços domésticos, que namorava Aníbal C. dos Santos, 18 anos, estudante “de humanidades”, encontrava-se a “conversar na janela” com o mesmo. A conversa estendeu-se até mais tarde e às 23:00 horas, Aníbal pediu à namorada que abrisse a porta e, segundo o depoimento prestado, dizendo saber que ela havia tido outros namorados, pediu para ter relações com ela, a fim de “verificar se você é de fato honesta”. Na entrada da porta, continua Alzira, Aníbal agarrou-a a força “deitou-a no chão e a desvirginou”⁶².

Certamente a passividade de Durvalina e Alzira e ou a ingenuidade de Isabel, em seus contatos íntimos, podem estar em consonância com os requisitos de

“sedução, engano ou fraude”, necessários à caracterização do defloramento em sentido jurídico. Mesmo seguindo às regras do namoro de elite, ao frequentar a casa da família da moça, ou mesmo colocando-se a conversar na janela, como no caso de Alzira, as famílias das respectivas não contavam com empregados, tias velhas ou mães desocupadas que submetessem os pombinhos à vigilância necessária, situação que promovia maior intimidade entre eles. Muitas vezes, as habitações – lojas ou casas de cômodo –, não reservavam espaços como a sala de visitas, com suas tradicionais “namoradeiras”. Em outras, quando havia tais espaços, o ambiente era ocupado por uma quitanda ou pela oficina de costura da mãe, sendo reservados aos namorados espaços como a escada. Foi assim que Cassiano Rocha, viúvo, alfaiate, em 1925, teria desvirginado Maria A. de Oliveira, 21 anos, parda, de serviços domésticos, às 20:00 horas, na escada de sua casa, após “carinhos e afagos”⁶³.

Se o perfil da “mulher honesta”, veiculado pelas elites e posto como condição *sine que non* pela justiça para a caracterização dos delitos sexuais contra a mulher, tentava a todo custo deserotizá-la, para que encarnasse somente os papéis de virgem, esposa ou mãe, a ambiência popular volta e meia propiciava uma convivência de cunho mais carnal entre os namorados, na qual, muitas vezes, negando o modelo dominante, a mulher era elemento ativo nos jogos eróticos, como nos sugere a correspondência de Antonio Marcelino, 32 anos, comerciante, para Maria Lucia de Melo, 19 anos, parda, serviços domésticos, no ano de 1922:

“(…) para vires ter comigo domingo de manhã (...) para gozarmos as delicias do nosso amor porque isto é preciso uma vez por outra nossas carnes juntar”

Em outra carta, Antônio revela o universo erótico de seu namoro com Maria

Lúcia:

“(…) acordei sonhando contigo te beijando e te lambendo os peitinhos e tu dizendo chupa meu bem os peitinhos da tua amante e eu só minha filha deixa chupar a minha vontade e o meu desejo e chupaste a gruta do nosso amor para tu meu anjo ires no outro mundo de tanto gozo para mulher não pode haver coisa mais desejável”⁶⁴.

De certo que podemos argüir que a “liberalidade” sexual de Maria Lúcia derivava do fato de ter uma vida independente, vez que era empregada doméstica e não morava com a família, ficando assim livre de um controle moral mais rígido. O que dizer, então, de Stella Augusto Pitanga, 17 anos, parda, de serviços domésticos, filha legítima e noiva, e que, por vontade própria, resolveu viver um idílio à moda romântica com Antônio Moniz Gomes, 22 anos, artista e casado, no ano de 1924?

O interessante, neste caso, é que o desvirginamento de Stella segundo carta do próprio Antonio, aconteceu com o amante, e não com o noivo. Numa atmosfera absolutamente clandestina, eles trocam cartas de amor, nas quais se descortina toda uma convivência erótica:

“(…) sonhei que eu tinha adormecido em teus braços e tu meu anjo me afogava de amor no entanto eu te acarinhava imprudentemente”.

Sabendo dos perigos que o romance enfrentava, Stella, durante quatro meses de namoro, sempre teve uma postura prudente e parecia assumir o controle da relação, como fica patente numa carta por ela endereçada ao amante:

“(…) não venha aqui todo dia porque assim mamãe desconfia, vamos continuando mais isto disfarsi que pessoas n'uma saibas nem por sonhos, pela minha parte nunca se sabes i quero que você faça o mesmo quando quiser conversar alguma coisa comigo escreva, se não quiser mandar carta faça um bilhete, tu sabes que eu gosto e muito de você”.

Antônio reclama do fato de Stella não assinar as cartas, diz que é “falta de confiança”, ao que a amante responde “que é para protegê-lo”.

Ciúmes, e até o pedido a Stella de um cacho de cabelo para que Antonio “pudesse trazer junto ao peito” colorem o idílio de ambos. Mesmo contra a vontade da família, Stella resolve administrar sua vida afetiva, terminando o seu noivado, contando ao seu pretendente “não ser mais honesta”. Antonio, temendo a deliberação de Stella, escreve-lhe:

“(…) eu vou resolver coisas boas, entre para nós não descubra isso a apessôa nenhuma. Antes de dar-se isso entre nós você bem que sabia que eu era cazado o que eu posso fazer de milhor é eu tirar do poder de seus pais e me cazar com você no católico se você descobrir isso antes deu lhe tirar da companhia de seus pais eu sei que vou pegar pelo menos 6 anos de cadeia eu tenho que você não deseje este bem estar a mim fique ahi se conservando até as coisas miloriar para mêu lado destar que eu lhe levo para um lugar que ninguém saborá.

Vai dois mil réis para você almusar

Toda semana eu lhe mando quanto posso Não descubra olhe lá eu não quero ser prezo.

Antonio Moniz Gomes

Não dispaxe seu noivo para não dar demonstração a nada

Aceite lembranças minhas e eu beijo

Rasgue este bilhete”⁶¹

Nos processos, pela sua própria natureza de disputa judicial, flagrantes como este são atípicos, uma vez que depõem contra a moralidade da vítima. Uma análise do comportamento social dos envolvidos nos conflitos amorosos, contudo, permite-nos adentrar o campo das moralidades, uma vez que valores são recitados na tentativa de compor os tipos jurídicos de culpado ou inocente. Desta forma, para além do conteúdo de verdade das versões produzidas pelos envolvidos e testemunhas,

tentaremos apreender valores e representações mentais que, na Justiça, servem de lentes a leitura do comportamento feminino nas camadas populares.

Nos casos de namoros antigos, o conflito entre os casais instaurava-se, basicamente, quando o comportamento social das moças fugia aos estereótipos de passividade e recato imputados à mulher. O ditado popular “comumente conhecido na Bahia” que dizia “a branca para casar, a preta para trabalhar, a mulata para... (relações sexuais)”⁶⁶ pode contemplar, além da cor da pele, a internalização dos valores próprios da elite branca dominante, por parte da população feminina.

As expectativas dos homens em relação à esposa ideal volta e meia encarnava o fosso, tão comum à ideologia machista, existente entre a vivência sexual e a assexuada imagem feminina da esposa. Desta forma – e sem aceitar, como afirmamos, a passividade feminina que os processos pintam, somos levados a crer que a incompatibilidade entre um relacionamento sexual baseado na livre expressão erótica dos parceiros e a idéia de casamento produzia conflitos reais para os homens. Muitos processos demonstram que sólidas relações de namoro desfaziam-se depois que as mulheres mantinham contatos sexuais com os parceiros, por mais que tal ato fosse desejado pelos mesmos. Tal fato faziam com que parecessem, aos olhos dos namorados, vulneráveis aos assédios sexuais de todos os homens indistintamente. Desta forma, após o ato sexual, crises intensas de ciúmes, manifestas numa vigilância constante do comportamento das namoradas, passavam a fazer parte do cotidiano da relação⁶⁷.

Genésio Batista de Souza, 17 anos, operário, que namorava há dez meses Maria Silvina Sant’Ana, 18 anos, parda, de serviços domésticos, conseguiu desvirginá-

la, segundo depoimento desta, cinco meses depois de iniciado o namoro, mantendo, após esta data, mais “quatro ou cinco relações”. O motivo do término, alegado por Genésio da Justiça, foi o fato de Maria Silvina ter desejado ir a uma festa no “Beco do João do Bar”. Na justiça, ele nega tê-la desvirginado, dizendo ser o autor um “um rapaz que viajou”. Apesar de o término da relação ter-se dado pela vontade de Maria ir à festa, Genésio passa a arrolar os passeios noturnos da namorada, ou as suas idas e vindas à Massaranduba, como sinais de “mau comportamento”⁶⁸.

Situação parecida viveu Almerinda Casal, 16 anos, parda, de serviços domésticos, com o seu namorado Pedro de Souza Praia, sem dados pessoais declarados, no ano de 1925. Pedro, tendo de se ausentar de Salvador por certo período, escreveu várias cartas apaixonadas a Almerinda, nas quais os ciúmes são uma constante:

“Esse negócio de andares visitando conhecidos não me é agradável (...) minha filha se procederes correto para comigo garanto-lhe que não perdes nada e sim ganha porque até os fins de maior eu pedir-te-ei (...)”.

Em outra carta ele escreve:

“(...) quando chegar quero encontrar-te boa e gorda, não pintes demais pelas festas conforme me prometeo-te, olhe bem que se fizeres alguma coisa demais eu tenho quem lhe olhe (...)”.

Num bilhete, Pedro assume um tom ameaçador:

“Almerinda, não tentes enganar-me porque tu conheces o meu gênio numa hora de fúria posso fazer uma desgraça por sua causa”.

Ao final, Pedro adverte sobre os cuidados que Almerinda deve ter para com a intimidade dos dois:

“(...) muito cuidado que o teu padrinho é muito desconfiado, ouviste?”

O processo contém desenhos românticos como dois corações flechados, postal com um casal de namorados, duas fotos de Pedro à Almerinda, além das cartas e bilhetes. A beleza da namorada, descrita como “morena, olhos azuis, cabelos castanhos, corpo gentil e delicado” não foi o suficiente para abrandar, aos olhos de Pedro, a sua condição de cozinheira de um bar freqüentado por homens, e o seu gosto por festas e diversões. Se o amor de Pedro era tão forte, como declarava nas cartas, postais e dedicatórias de fotos, por certo as convenções morais o venceram⁶⁹.

A vivência sexo-afetiva dos populares apresentava, constantemente, expressão contraditória. Se a falta dos imperativos econômicos que regulavam os arranjos matrimoniais nas classes altas, propiciava, nas classes populares, namoros movidos por amor ou atração entre os parceiros, por outro lado a liberalidade dos costumes nestes segmentos acenava para uniões maritais officiosas e instáveis, uma vez que o comportamento feminino mais ativo fugia aos padrões de esposa protegida pelo casamento civil.

Em 1926, Maria Luiza da Conceição, 16 anos, parda, operária, pai desconhecido, confessou perante a Justiça que havia mantido contatos sexuais com José Barboza dos Santos, 17 anos, mecânico, com quem namorava há um ano, por livre e espontânea vontade.

Delegado: “José fez alguma promessa?”

Maria: “Não”

Delegado: “Por que diz que José a deflorou?”

Maria: “(...) sabe porque na ocasião do pedido de Zequinha e que ele consentiu, estando doendo ela reclamou e ele tirou o membro fora e momentos depois tornou

a enfiar e terminando foi ela para casa e na hora de deitar-se notou sua camisa com manchas de sangue.”

Delegado: “Quais as intenções de José?”

Maria: “(...) interesse nenhum havia a não ser amizade.”

O ingênuo depoimento de Maria Luiza à polícia depôs contra ela, ficando-lhe difícil encarnar a figura da deflorada iludida, uma vez que, segundo o seu ponto de vista, o sexo era consequência pura e simples da sua “amizade” por José. O desfecho do processo acabou por inocentá-lo, uma vez que os juristas não puderam ter certeza do defloramento, devido “à grande elasticidade da membrana himenal” de Maria⁷⁰.

Mesmo indo de encontro às prescrições morais dominantes, que iluminavam a cabeça de juizes, delegados e advogados, muitas mulheres demonstravam, nos processos, que a sua vida sexual era fruto de uma escolha pessoal.

Em cinco processos estudados, as mulheres confessaram ter mantido relações sexuais porque os respectivos namorados haviam prometido “montar casa” para elas. A falta do casamento civil não se constituía em empecilho para os arranjos conjugais destas mulheres⁷¹. Inocência Maria dos Santos, 19 anos, parda, de serviços domésticos, conheceu Manoel Sabino da Silva, 26 anos, casado, chofer, num domingo, quando passeava pela Penha, mantendo, na ocasião, relações sexuais com ele. Mesmo sendo Manoel casado, Inocência declarou, na Delegacia, ter permitido o contato sexual porque Manoel “disse que iria alugar um quarto para os dois morarem”⁷².

Nos quatro casos restantes, as mulheres afirmam ter aceitado o concubinato, ou porque a família opunha-se ao namoro, ou para se livrarem de maus tratos dos parentes. Saturnina Maria da Silva, 15 anos de serviços domésticos, recolheu-se, numa noite de 1925, à casa de Evaristo Pereira de Souza, 21 anos, solteiro, pintor, com quem

namorava, por ser “precisada” e “sem recursos” e não queria mais viver com a mãe¹³; no ano de 1905, Hermida Leopoldina de Brito, 18 anos, parda, de serviços domésticos, fugindo aos maus tratos do padrasto, foi morar com Alvaro Alvares Fernandes, 21 anos, caixeiro, por ter o mesmo “alugado uma casa para ela”¹⁴; Navegantina Gomes de Souza, 20 anos, parda, operária, recolheu-se à casa de Manoel Gomes de Souza, 37 anos, sem profissão declarada, com quem namorava, até ser procurada pelos pais em 1923¹⁵; Maria José do Espírito Santo, 15 anos, preta, serviços domésticos, foi morar com Manoel Lopes (sem dados pessoais anotados), em 1924, uma vez que “ele alugou uma casa para ela”¹⁶.

O fato de os pais ou responsáveis mostrarem-se contrários às atitudes das moças nos casos citados, não indica, nos processos, um comportamento padrão de aversão ao concubinato por parte dos familiares. Muitas vezes eles aquiesciam às relações desta natureza, como demonstra o processo de Laudelina Arsênia da Rocha, 19 anos, preta, de serviços domésticos, que há três anos vivia conjugalmente com Álvaro Arthur Quadros de Carvalho, 23 anos, negociante, juntamente com a mãe da mesma, a qual, segundo depoimento de Álvaro, “concorria com algumas coisas” para o sustento do lar. O defloramento de Laudelina só foi argüido por causa de uma briga de Álvaro com a sua mãe que, para vingar-se, denunciou Álvaro à polícia. Indicando como autor de desvirginamento de Laudelina, um rapaz chamado Alfredo Rodrigues dos Santos, a Justiça inocentou Álvaro pelo defloramento, incriminando-o, porém pelas lesões corporais por este causadas à mãe da companheira¹⁷.

Apesar de não percebermos uma tendência uniforme nos conflitos entre namorados relatados em processos, verifica-se que, na grande maioria destes, a Justiça

só é solicitada quando pactos informais, quer entre os parceiros, quer entre os namorados e as famílias queixosas, se desfaziam. Em muitos casos, a vivência sexual era vista pelas mulheres como elemento cimentador de um vínculo mais duradouro com os namorados. A inexistência do casamento civil, por seu turno, deixava-as à mercê das decisões e dos caprichos dos homens no interior da relação, além do que livrava-os de compromissos maiores ou de responsabilidades mais duradouras, como a filiação legítima. Tal expediente, segundo nos parece, servia como forma de controle do comportamento sexual e público das namoradas, o qual, em muitos casos, era por elas contestado.

Manoel Alves de Carvalho, 27 anos, sapateiro, em 1922, rompeu o noivado com Elza Ginlize Sanches, 20 anos, parda, doméstica, porque a mesma resolveu ir a uma festa apesar da oposição de Manoel. Este argumentava “que para uma moça que pretendia casar-se não ficava bem freqüentar diversões”. Mesmo pedindo a intervenção da mãe de Elza, Manoel não conseguiu remover a noiva do intento, uma vez que, segundo ela, “já havia marcado com uma amiga e iria”. Por este motivo Manoel rompe o noivado e Elza procura a polícia, denunciando-o como o autor do seu defloramento, que aconteceu, segundo a rebelde noiva, no dia 1 de março do aludido ano, na “sala de visitas da sua casa”¹⁸.

Com o rompimento dos pactos informais, restava às mulheres, para fazer valer seus interesses, procurar a Justiça. Nesta instância, a sorte dos parceiros estava definitivamente comprometida, uma vez que significava, ou a exibição pública da “desonra” feminina, ou a prisão para os homens. A construção de uma versão favorável, por parte dos litigantes, fazia com que os processos assumissem uma clara

conotação de guerra entre os sexos. Menos ativas e mais estereotipadas, as mulheres retratavam-se, em oposição à visão mundana e pouco “familiar” que os homens sobre elas construíam. Cabia à Justiça o veredicto e mais que isso, a moralização dos costumes da cidade a que assistia.

5.3. A Guerra dos sexos

|Após a queixa prestada na Delegacia, um longo percurso era trilhado pelos requerentes e acusados, no sentido de fazer valer as suas versões. Preenchidos os requisitos formais, muitas vezes frustravam-se as expectativas, sendo declarada a queixa improcedente, por falta de prova da menoridade da vítima ou da legitimidade do solicitante; apresentação do atestado de pobreza para que o queixoso pudesse gozar do serviço da defensoria pública e isentar-se dos custos processuais, toda uma teia de fatos e argumentos compunha os contraditórios depoimentos, onde, em muitos casos, as versões do acontecido pareciam referir-se a coisas absolutamente distintas.

Instruídos pelos agentes da Polícia ou da Justiça, os envolvidos muitas vezes recitavam fórmulas que os ajudariam a obter uma solução favorável aos seus propósitos. Quando se tratava de relação de pouco tempo, por exemplo, era praxe entre os acusados negar conhecer a vítima, ou dizer que tal fato se deu em presença de testemunhas, que chamadas para depor, atestavam que os envolvidos não havia tido mais que poucos contatos públicos. As vítimas, por sua vez, esforçavam-se por demonstrar-se enganadas pelos acusados, ou mesmo seduzidos “por promessas de casamento”¹⁹.

Nos casos em que o envolvimento não podia ser contestado pelos acusados, os mesmos navegavam veementemente a autoria do defloramento, denunciando, muitas vezes, uma outra pessoa como autor do ilícito. Em 1925, Euzolina Alves dos Santos, 18 anos, branca, modista, filha legítima, que namorava Francisco Santiago Pereira, 21 anos, sargento da polícia, há dois anos, resolveu contar a mãe ter sido desvirginada pelo mesmo, ao saber que Francisco era noivo em Aracaju, local para onde havia sido transferido. Chamado a depor, Francisco alegou ter sido Euzolina noiva de um outro sargento, que, além de deflorá-la, havia “feito muitas imoralidades” com ela, “utilizando-se”, inclusive, “do ânus da mesma onde disse ter posto um cancro”. Antes dele ter-se “servido de Euzolina”, continua Francisco, outros o haviam feito: “o sargento Raimundo J. Buralhos, José R. Sobrinho e um chefe de um trem Antonio Cardim”. O processo é recheado de fotos e cartas de amor endereçadas a Euzolina por Francisco. O depoimento do acusado, apesar das declarações bombásticas e comprometedoras, apresentava contradições aos olhos do delegado, uma vez que o mesmo não conseguia explicar, de forma convincente, porque mantinha expectativas de “vida futura” com Euzolina, trocava regularmente correspondência com ela, ou mesmo permitia que a mesma, com comportamento “tão devasso”, mantivesse relações de amizade com a sua irmã. Ainda assim, ele é considerado inocente²⁰.

Arrolando em média seis testemunhas por processo, os crimes de defloramento transformavam-se em fatos públicos, provocando, por certo, muita polêmica, e acabando por alimentar as conversas de vizinhança, os bate-papos de rua e bares e as notícias sensacionalistas de jornal. Não apresentando Salvador uma feição urbana que permitisse o anonimato de sua população, como as grandes cidades do

Centro-Sul na época, podemos afirmar que a opinião pública exerceu grande influência nos veredictos jurídicos, nos crimes desta natureza.

Em 1920, os jornais clamavam por uma providência da Justiça contra Lourival da Silva Correa, “empregado da farmácia” e conhecido da população da Estrada das Boiadas pelas suas “aventuras de libertinagem”, que havia “atentado (...) contra o pudor” de Edith Alves dos Santos, 17 anos, parda, serviços domésticos, deflorando-a. Como se tratava de um reincidente em crimes desta natureza, o jornal apelava para que Cosme de Farias não o defendesse na Justiça, pois, o afamado rábula, como “pai de família não haveria de consentir que o seu nome fosse explorado tão infamemente”¹¹. A campanha do jornal parece ter surtido efeito, e Lourival acabou por casar-se com Edith¹².

A atitude do jornal estava em consonância com as medidas de “profilaxia social”, apregoadas por médicos, juristas, autoridades, associações de senhoras de caridade, associações religiosas, etc., durante a Primeira República. Como combater a sífilis, a tuberculose, o alcoolismo, a mendicância, o abandono de menores, sem falar em problemas morais maiores, como a dissolução da família e a devassidão dos costumes, a não ser atacando aquilo que, segundo as elites letradas era um dos seus alicerces: a sedução de menores?

Era justamente tal fato, segundo Dr. Xavier Borges, no ano de 1907, que alimentava, a passos largos, o grande contingente de mulheres que, a cada ano, entregava-se à prostituição. A impunidade que gozavam os autores dos delitos de defloramento em Salvador era, ainda na opinião do citado médico, a causa fundamental do fenômeno. Muitos deles, continua, “fogem à ação da lei, outros casam-

se para logo abandonarem a vítima, bem poucos as indenizam e os que sofrem a ação da justiça têm a benevolência do júri”. Os “coleccionadores de defloramento” eram festejados entre os homens pelas suas conquistas sexuais, sendo personagens comuns no cotidiano da cidade, verdadeiros heróis das crônicas machistas com larga circulação. O próprio Dr. Xavier Borges conhecia um destes individuo que “aqui na capital, conta como padrão de glória 21 defloramentos, um outro 12 e um terceiro 6, este último ainda moço, parece-nos estar em começo de carreira”⁹³.

A criação de sociedades de auxílio às moças pobres, sob a direção das “senhoras de caridade”, a proteção dos officios femininos, não permitindo a concorrência masculina, a instrução às mulheres, com vistas a fazerem “tomar horror da prostituição”, eram medidas sugeridas para a resolução do problemas. Nota-se que a Primeira República não sinalizava apenas para a criação de recolhimentos femininos, como na Colônia e no Império⁹⁴. As medidas republicanas visavam disciplinar as moças do povo, numa ética que afirmasse valores como a virgindade, fidelidade a família. Isto passava não só pela reclusão das mulheres, que, ao longo da história, demonstrou ser pouco eficiente, mas também pela construção de uma pedagogia feminina que as adestrasse para o mundo do casamento. Nesta tarefa, as “senhoras da sociedade” seriam fundamentais, uma vez que o seu papel doméstico serviria de modelo para a conduta feminina, assumindo, assim, caráter público⁹⁵.

O problema afigurava-se grave aos olhos das autoridades. No ano de 1928, o Dr. Estácio de Lima anotava, em seu relatório de Diretor do Instituto Médico-legal, com alarme, 207 exames de defloramento realizados naquele ano, dos quais 174 tiveram resultados positivos. Sintomaticamente, os casos que envolviam violência

física, como o estupro, apareciam com a modesta soma de 04 ocorrências. A pobreza e a falta de um chefe masculino nas famílias eram apontados pelo médico como os motivos de tal fenômeno em Salvador. Duas décadas depois do Dr. Xavier Borges, o Dr. Estácio de Lima esperava para o problema “um remédio que ainda não chegou”⁶⁶.

Para além da eficácia das intervenções dos médicos e autoridades públicas, a política de valorização do casamento civil e do tipo feminino “puro e recatado” esbarrava em práticas populares arraigadas. O grande número de defloradas que compareciam à Justiça demonstrava que as mulheres do povo não se guardavam puras (leia-se virgens) para o casamento, mas se utilizavam do sexo com os parceiros como possibilidade de criação de relações conjugais estáveis. A impunidade dos homens, largamente respaldada pelos costumes, e garantida pelos procedimentos judiciais, fazia com que muitas delas tivessem os seus objetivos frustrados. Era difícil a introjeção do modelo nuclear de família, legitimado pelo casamento civil, numa sociedade em que as mulheres queiram decidir por si mesmas acerca de suas vidas sexo-afetivas, e os homens estavam acostumados a fazer dos contatos sexuais furtivos e irresponsáveis, “padrão de glória” da sua virilidade.

Os resultados sinalizam para a manutenção das estratificações de classe e gênero e a punição de comportamentos populares contrários aos valores da família conjugal, sob o comando do elemento masculino. Vitimadas pelos abusos sexuais dos padrões, com Adélia Mattos, punida por gozar de sua sexualidade de forma livre, como Maria Lúcia, indo ao encontro das prescrições familiares e ousando escolher por vontade própria os seus parceiros, como Perolina Advíncula, questionando o controle dos namorados sobre a sua vida, como Elza Ginlizze Sanches, ou mesmo investindo

contra os parceiros que violavam os pactos de intimidade, como tantas outras, muitas dessas mulheres, além da desonra pública evidenciada pelos processos, tiveram que arcar sozinhas com o ônus de uma gravidez. Das 89 “ofendidas” que se apresentaram à Justiça, 20 (22,17%) estavam grávidas, sendo que apenas 02 conseguiram forçar o casamento com os parceiros. Restava às outras decidirem sobre o futuro dos filhos e a consequente alteração das suas identidades sociais, propiciada pela condição de mães solteiras. Os limites e a expressão da maternidade, para as mulheres das camadas populares, é o que estudaremos a seguir.

NOTAS

- ¹ Kátia Mattoso. **A Bahia no século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro, 1992, pp. 177-192.
- ² Rosa Maria Barbosa de Araújo. **A Vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro, 1993, p. 97.
- ³ William Goode. **Revolução mundial e padrões de família**. São Paulo, 1969.
- ⁴ Maria Ines Cortes de Oliveira. **O Libertero: o seu mundo e os outros**. São Paulo, 1989, p. 60.
- ⁵ Thales de Azevedo. **As Regras do namoro à antiga: aproximações sócio-culturais**. São Paulo, 1986, p. 8.
- ⁶ Edward Shorter. **The making of the modern family**. London, 1976.
- ⁷ Lawrence Stone. **The family. Sex and marriage in England, 1500-1800**. London, 1979.
- ⁸ Joseph Interrante and Carol Lasser. **Victims of the very songs they sing: a critique of recent work on patriarchal culture and the social construction of gender**. New York, 1979, p. 36.
- ⁹ Thales de Azevedo. **Op. cit.** Pp. 46-47.
- ¹⁰ Ibidem
- ¹¹ Jorge Amado. **Gabriela, cravo e canela**. Rio de Janeiro, 1977.
- ¹² **Jornal A Tarde**, 09.07.1922.
- ¹³ APEBa: Secção Judiciária. **Processo-crime de Pedro do Espírito Santo**. 21.05.1926, s/ classificação.
- ¹⁴ Sobre a idealização da mulher como "heroína romântica" na literatura, ver: Ruth Harris. **Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de século**. Rio de Janeiro, 1993, pp. 241-243.
- ¹⁵ Sobre a importância do "amor romântico" no cinema nas décadas de 1910 e 1920, ver: Edgar Morim. **As Estrelas: mito e sedução no cinema**. Rio de Janeiro, 1989, pp. 06-21.
- ¹⁶ João Romeiro. **Dicionário de Direito Penal**. Rio de Janeiro, 1905, pp. 62-63.
- ¹⁷ **Jornal A Tarde**, 19.09.1922.
- ¹⁸ **Jornal A Tarde**, 31.05.1922.
- ¹⁹ **Jornal A Tarde**, 05.10.1922.
- ²⁰ **Jornal A Tarde**, 20.10.1922.
- ²¹ **Jornal A Tarde**, 17.04.1922.
- ²² **Jornal A Tarde**, 11.02.1922.
- ²³ Ruth Harris. **Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de século**. Rio de Janeiro, 1993, pp. 256-257.
- ²⁴ **Jornal A Tarde**, 30.03.1914.
- ²⁵ Além do seu conteúdo manifesto, que era a prisão do acusado por um período de 01 a 04 anos, os processos significavam um recurso extremo dos populares para forçar casamentos em situações que os homens

demonstravam-se contrários às uniões. O expediente de procurar a justiça parece ter sido largamente utilizado para a resolução de problemas desta natureza em Salvador. Para o período de 1890-1930, Maria Esteves conseguiu levantar 88 processos de defloramento no Rio de Janeiro, enquanto em Salvador, no período de 1900 a 1926, 89 deles fizeram parte do nosso estudo. Mesmo considerando a possibilidade de extravio de tal peça documental, a enorme diferença populacional, entre o Rio e Salvador no período, daria para a então capital do Brasil um número bem maior de casos.

²⁶ Dá-se a sedução quando há "o emprego de meios tendentes a influir sobre a vontade da menor, dispondo-a a ceder unicamente para servir e ser agradável ao sedutor". O engano "quando o meio empregado é tal que gera esperanças de lucros ou vantagens que não aparecerão, e que em troca das quais a menor resolve ceder". Por último, constitui-se a fraude quando a vítima é levada a consumir o ato sexual", sem pensar que está sacrificando a sua honra", a exemplo dos falsos casamentos. João Romeiro, *op. cit.*, p. 110.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ Viveiros de Castro. *Os Delitos contra a honra da mulher*. Rio de Janeiro, 1936, p. 57.

²⁹ Thales de Azevedo. *As Regras do namora...* P. 13.

³⁰ Boris Fausto. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo 1880-1924*. São Paulo, 1984, p. 192 e Marta Esteves. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, 1989, p. 31.

³¹ Rosa Maria Barbosa de Araújo. *Op. cit.* P. 107.

³² Kátia Mattoso. *A Bahia do século XIX...* P. 15.

³³ Carmelita J. Ayres Hutchinson. "Notas preliminares ao estudo da família no Brasil". In: *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*. Bahia, 1957, pp. 267-274.

³⁴ Ruth Landes. *A Cidade das mulheres*. Rio de Janeiro, 1967, pp. 158-165.

³⁵ Kátia Mattoso. *Op. cit.* Pp. 14-16.

³⁶ Thales de Azevedo. *Classes sociais e grupos de prestígio*. Salvador, *s/d*, p. 115.

³⁷ Boris Fausto. *Crime e cotidiano...* P. 193.

³⁸ Jorge Amado. *Os Pastores da noite*. Rio de Janeiro, 1977, pp. 23-24.

³⁹ Steven Marcus. *The other victorians a study of sexuality and pornography in mid-nineteenth century England*. New York, 1966, p. 192.

⁴⁰ Hermanide Irajá. *Confissões de um conquistador de criadas*. Rio de Janeiro, 1968.

⁴¹ Viveiros de Castro. *Op. cit.* P. 77.

⁴² Marisa Correa. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sociais*. Rio de Janeiro, 1983, p. 24.

⁴³ Viveiros de Castro. *Op. cit.* P. 77.

⁴⁴ Emanuel Araújo. *O Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro, 1993, p. 190.

⁴⁵ Michelle Perrot. *Os Excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro, 1988, pp. 176-184.

- ⁴⁶ Marta Esteves. *Meninas perdidas...* P. 119.
- ⁴⁷ *Jornal Diário de Notícias*, 18.01.1910.
- ⁴⁸ *Jornal Diário de Notícias*, 04.01.1910.
- ⁴⁹ *Jornal A Tarde*, 08.01.1914.
- ⁵⁰ *Jornal Diário de Notícias*, 21.01.1910.
- ⁵¹ *Jornal Diário de Notícias*, 20.01.1910.
- ⁵² *Jornal A Tarde*, 17.01.1916.
- ⁵³ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Martiniano J. do Sacramento, 23.01.1911. S/classificação.
- ⁵⁴ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de João Batista de Lima, 28.07.1920.
- ⁵⁵ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Maximiano Marques Sardinha, 22.07.1920. S/classificação.
- ⁵⁶ *Jornal A Tarde*, 24.10.1922.
- ⁵⁷ *Jornal A Tarde*, 27.02.1936.
- ⁵⁸ Marta Esteves. *Op. cit.*, p. 163.
- ⁵⁹ Thales de Azevedo. *Regras do namoro...* P. 42.
- ⁶⁰ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Manoel Soares de Souza, 01.08.1922. S/classificação.
- ⁶¹ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Aníbal Ferreira, 14.06.1923. S/classificação.
- ⁶² APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Aníbal Costa, 06.02.1923, estante 08, caixa 27.
- ⁶³ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Cassiano Rocha, 07.03.1925. S/classificação.
- ⁶⁴ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Antonio Marcelino, 28.10.1922. S/classificação.
- ⁶⁵ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Antonio Moniz, 04.09.1924. S/classificação.
- ⁶⁶ Donald Person. *Branços e pretos na Bahia: estudos de contato racial*. São Paulo, 1971, p. 223.
- ⁶⁷ Sobre o assunto ver também Thales de Azevedo. *Regras do namoro...* P. 71.
- ⁶⁸ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Genesio Batista de Souza, 18.11.1924. S/classificação.
- ⁶⁹ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Pedro de Souza Praia, 05.05.1925. S/classificação.
- ⁷⁰ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de José Barbosa dos Santos, 19.06.1926. S/classificação.
- ⁷¹ Segundo Thales de Azevedo, as mulheres desvirginadas aceitavam com mais naturalidade as relações de concubinato. *Regras do namoro...* P. 74.
- ⁷² APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Manoel Sabino da Silva, 20.07.1925. S/classificação.
- ⁷³ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Evaristo Pereira de Souza, 24.08.1925. S/classificação.
- ⁷⁴ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Álvaro Fernandes, 23.10.1905. S/classificação.

-
- ⁷⁵ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Manoel Gomes de Souza, 09.05.1923. S/classificação.
- ⁷⁶ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Manoel Lopes, 12.01.1924. S/classificação.
- ⁷⁷ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Álvaro Arthur Quadros de Carvalho, 02.03.1911. S/classificação
- ⁷⁸ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Manoel Alves de Carvalho, 26.05.1922.
- ⁷⁹ Dizer-te seduzidas por promessas de casamento era um argumento comum às ofendidas perante a justiça. Cf. Viveiros de Castro. *Op. cit.*, p. 76.
- ⁸⁰ APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Francisco Santiago Pereira, 07.07.1925.
- ⁸¹ *Jornal Diário de notícias*, 21.03.1920
- ⁸² APEBa: Secção Judiciária Processo-crime de Lourival da Silva Correa, 07.05.1920.
- ⁸³ AMMS: Xavier Borges. *Prophylaxia da syphilia, da tuberculose, do alcoolismo* Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1907.
- ⁸⁴ Kátia Mattoso. *Bahia século XIX...* Pp. 196-197.
- ⁸⁵ Joseph Interrante and Carol Lasser. "Victims of the very songs they sing. A critique of recente work on patriarchal culture and the social construction of gender". In: *Radical history review*, New York, 1979, nº 20, p. 35.
- ⁸⁶ IGHBa: Relatório apresentado pelo Dr. Estácio de Lima, Diretor do Serviço Médico-legal do Estado - Secretaria da Polícia/Relatório (1928). p. 455.

CAPÍTULO 6

MÃES DESNATURADAS

Na Sociedade Patriarcal, a chegada de um filho era vivida de forma diferenciada pelos diversos segmentos sociais. Nas famílias da elite, as mães esperavam ansiosamente que o seu primeiro descendente fosse um homem, satisfazendo assim os interesses do patriarca que, desta forma, garantia que o patrimônio familiar não se dissipasse. Após a chegada do varão, despreocupadamente, as matronas davam curso à sua função social, que era de parir um grande número de descendentes. O nascimento das filhas era, até certo ponto, fato importante nas alianças com outros grupos familiares que pudessem reforçar a riqueza e o prestígio¹.

O explícito papel sócio-econômico dos filhos dentro da empresa familiar, é atestado pelo recurso largamente difundido de trancafiar as filhas em conventos. Tal expediente evitava casamentos com indivíduos de situação social inferior, protegia a honra das famílias, ao salvaguardar suas donzelas, e mantinha a instituição do morgadio, pela qual o primogênito herdava toda a fortuna familiar². A vida extremamente mundana de algumas ordens religiosas femininas, a exemplo do Convento do Desterro na Bahia, esclarece-nos sobre a vocação religiosa de muitas dessas mulheres, e das íntimas relações que mantinha a igreja com a ordem patriarcal dominante³.

Entre os populares, a filiação também estava vinculada a uma série de interesses práticos. Nestes estratos, como demonstrou Elisabeth Badinther, as mulheres

“apresentavam sentimentos ambíguos e contraditórios”⁴ em relação à maternidade. Se, para muitos, os filhos constituíam uma garantia de velhice protegida, compensavam carências de ordem afetiva e social ou mesmo serviam para criar laços mais estáveis entre as mulheres e seus parceiros, por outro lado a maternidade enfrentava vários obstáculos, constituindo-se em grave ameaça à moral, no caso de mulheres sozinhas, ou ao orçamento doméstico dos pobres, sempre no limite da miséria. Tais circunstâncias fizeram com que o nascimento de um filho obedecesse a critérios diferentes daqueles da elite. Como demonstram os recentes trabalhos de demografia histórica, a prole numerosa que nos pintou Gilberto Freyre só era realidade para famílias abastadas. Os populares, desde sempre, mantiveram severo controle sobre o número de descendentes⁵.

A vocação das legislações colonial, imperial e republicana, de proteger o patrimônio familiar contra uma possível dissipação através de descendentes bastardos, acabou por associar, na vida cotidiana, a filiação exclusivamente à maternidade, haja vista o grande número de empecilhos que dificultavam a investigação de paternidade. Fora da família oficialmente constituída era impossível prová-la sem a aquiescência do pai, mesmo sendo a filiação paterna de amplo conhecimento público. Desta forma, a lei acabou por proteger os homens, colocando-os como vítimas virtuais de falsas alegações de paternidade. “Agindo com rigidez e com uma certa temeridade estaria (a lei), portanto, protegendo a moral e os costumes, ao mesmo tempo evitando escândalos e chantagens que poderiam atingir as famílias honestas”⁶.

A paternidade não reconhecida foi um fenômeno comum na sociedade brasileira, ao longo de sua história. Se, ao nível jurídico, a sociedade expressava a

descendência de forma patrilinial, o sentido de pertencer a uma família, nas camadas populares, dava-se, essencialmente, pelo lado materno⁷. Naturalmente, irmãos de diferentes nuances cromáticas e físicas – denunciando paternidades diversas – conviviam sob os auspícios da mãe. Aliás, o que era artificial era a paternidade, daí o tom de justificativa que guarda, ainda hoje, a expressão “irmão por parte de pai”.

Tendo a mulher pobre, muitas vezes, que arcar sozinha com a responsabilidade econômica e moral para com a criação dos filhos, soluções extremadas como o aborto, o infanticídio, o abandono de recém-nascidos, impunham-se como fatos recorrentes, numa época em que os métodos de prevenção à gravidez revelam-se extremamente falhos⁸.

A República não veio a alterar a feição do problema. Volta e meia, cadáveres de recém-nascidos eram encontrados nos mais variados pontos da cidade republicana. No ano de 1922, os jornais noticiavam como o título “Atirados aos cães da rua” a descoberta de um prematuro de sete meses, na Ladeira de São Francisco, envolto num embrulho de “papel gazeta”. Nesse mesmo ano, Lauro Dantas da Hora, em sua tese de doutoramento em Medicina, atribuiu aso inúmeros e freqüentes abortos um papel significativo na configuração das baixas cifras de natalidade ostentadas por Salvador. Segundo Dr. Dantas da Hora, com uma média de natalidade de 11,92% no período, a capital da Bahia só superava a Paraíba (9,0%) e Fortaleza (9,26%)⁹.

6.1. Abortos

A prática costumeira do aborto evidenciava-se num amplo receituário abortivo veiculado pela tradição oral. Curandeiras, vendedoras de ervas, mezinheiros,

comadres, vizinhas, velhas sábias, parteiras e aparadeiras, todos sabiam alguma simpatia, beberagem, garrafada ou preceito para abortar ou “fazer descer” fluxos menstruais em atraso. No ano de 1907 o Dr. Manuel Celso Tourinho, mesmo não acreditando nos seus alegados efeitos, elencou como substâncias popularmente abortivas o “açafraão, zimbo, artemísia, salsa, tília, poejo, erva cidreira, canela e café”. Dentre os óleos, destacou o de “cróton, coloquítide, arruda, jalapa” e também a “goma gruta”¹⁰. Melânia Margarida dos Santos, que em 1950 era uma parteira “baseada”, com 35 anos de ofício, mesmo recriminando o aborto, recomendava, para a sua consecução, “chá de orelha de pau”. Para os casos mais desesperados, conhecia Melânia uma simpatia de alto risco: “deixar de véspera um vintém dentro do vinagre. N outro dia, beber o vinagre em jejum. Se o menino estiver de boca aberta, beba e a mulher aborta, se estiver de boca fechada, o vinagre vai para as tripas e a mulher é quem vai ceiar com Cristo”. Ernestina da Paixão Alves, pelos seus 70 anos, na década de 1950, receitava “óleo de ricino misturado com infusão de tília”; na mesma época, Maria das Dores Sacramento de Jesus variava o uso de “óleo de ricino com mel de abelha na lua cheia” e as mulheres da feira de São Joaquim prescreviam “uma xícara de sumo de São Caetano”¹¹. A necessidade de controle da concepção, alimentava a existência de remédios como a Phylagina, à venda em todas as drogas da cidade em 1922, como o “único preparado que evita sem ser mal à saúde”. Pelo produto, respondia o Dr. Theodor le Wolf¹².

Dr. Tourinho listou como instrumentos mais freqüentes nas incursões cirúrgicas dos abortadores os “cinzéis, agulhas de fazer meias, sondas, pena de pato, fios de ferro, etc.”¹³. Prof. Estácio de Lima, em aula proferida aos 5º anistas de

Medicina em Salvador, em 1932, condenou a prática irresponsável do “mezinheiro mediocre, fadado somente a receitar xaropes e poções, a abrir abscessos e a lavar gangrenas”. Fernando Tude de Souza, em 1933, num trabalho dedicado à questão social do aborto esclarece que “o grande número de abortadores pertence ao sexo fraco. São as parteiras ou comadres”. Em suas pesquisas o Dr. Tude de Souza dá conta da ampla prática do aborto na Bahia, não obstante as recriminações da igreja católica. “Nos bordéis, nos *rendez-vous* e em duas *garconnieres* mais chics que a bondade de amigos nos facilitou visitar, encontramos afirmação categórica que na Bahia se aborta também em grande escala”, concluiu¹⁴.

A farmacopéia popular abortiva, bem como a sua terapêutica, descortinava saberes seculares, fruto dos vários padrões culturais que se entrecruzaram no Brasil. A artemisia, já era conhecida no Egito Antigo como a “erva das virgens”, pelo seu poder de provocar menstruação. Geralmente, plantas, ervas ou substâncias de sabor amargo eram tidas como abortivas. Neste caso encontram-se no receituário descrito acima, além da artemisia, o café, a cidreira, a arruda, a jalapa, a “orelha de pau” dentre outras. As substâncias de propriedades diuréticas, purgativas e sudoríferas, também eram constantemente associadas à capacidade de expulsão do feto do organismo feminino. A jalapa era um purgante violento, que provocava a morte quando utilizado em doses excessivas. A tilia já era conhecida na Europa medieval como forte sudorífero. O açafroeiro ou açafraão da terra tinha eficiente poder diurético, porém demonstrava-se perigoso, quando ingerido em grandes quantidades¹⁵.

A estreita relação entre vida e morte acentuava o lado mágico dessas intervenções abortivas. A fecundidade feminina estava inscrita na natureza, daí que a

lua comandava os seus ciclos. Os poderes divinos que governavam o mundo natural, para além da vontade da mulher, eram quem decidia o destino da mesma em assuntos desta magnitude. Como nos lembra Maria das Dores e Melânia, era na lua cheia que a mulher deveria ingerir a beberagem abortiva, sendo que Jesus Cristo era quem dava a última palavra sobre a sorte daquela que de tal expediente fazia uso.

Para além da eficácia dessas terapêuticas abortivas, o que elas nos revelam é uma preocupação ancestral com a gravidez indesejada, que unia muitas mulheres de diversas procedências sociais e étnicas em torno de arranjos mais variados. Tais questões ajudavam a tecer redes de solidariedade feminina, traduzidas em um saber oral, próprio às mulheres, sobre o seu próprio corpo e funcionamento dele. Esses saberes e práticas foram elementos fundamentais na manutenção de uma forte e operacional subcultura feminina que, desde a colônia - e à margem da ordem patriarcal -, formava-se no Brasil, aglutinando mulheres em torno dos impasses postos pela sobrevivência cotidiana¹⁶.

6.2. O Abandono de criança

Os limites impostos à maternidade também demonstrava-se em um outro grave problema social: o abandono de recém-nascidos na rua. Ainda no século 18, depois de várias tentativas para resolução do problema, foi instituída a roda dos expostos, sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia¹⁷.

Seguindo o modelo português de amparo aos enjeitados, a iniciativa da roda tentou por freio ao fenômeno que escandalizava a população de Salvador. Em 1862 Antonio Joaquim Damásio justificava a criação da roda, alegando que, “apesar da

escassez da população do tempo, era considerável o número de exposições por todos os lugares da cidade, ainda os mais imundos, e tão bárbaros e lamentáveis que, ora pela inclemência das noites, ora pela voracidade dos cães e porcos, achavam-se freqüentemente crianças mortas e consumidos, sem se haverem batizado”¹⁸.

Desde a sua implantação, a Roda dos Expostos foi concorridamente procurada “por pessoas pobres sem recursos para criar os filhos, por mulheres de elite que não podiam assumir um filho ilegítimo ou adúlterino e, também, por senhores que abandonavam crianças escravas e alugavam suas mães como amas de leite”¹⁹.

Além de tentar remediar as feridas da ordem patriarcal-escravista, a roda visava encaminhar as crianças para trabalhos produtivos e forçados, ajudando desta forma a conter a vadiagem e a delinqüência urbana²⁰.

Acreditavam os idealizadores da instituição que o fato de os pais não terem acesso aos filhos, aliado ao constrangimento moral da exposição, fazia da procura da roda uma solução extrema. Daí que as crianças só eram admitidas no asilo dos expostos por intermédio da roda, o que evitava contatos com os familiares que, desta forma, não teriam qualquer ingerência sobre a criação dos mesmos²¹.

Apesar dos altos índices de mortalidade dos expostos, atribuídos às precárias instalações físicas do estabelecimento, ainda no século 19 a exposição era uma das poucas alternativas da população frente à maternidade problemática. Tentando debelar a incidência dos óbitos, em 1862, após sucessivas mudanças, o asilo dos expostos foi transferido para um prédio amplo e salubre no Campo da Pólvora. Na época, neste imóvel, funcionava um colégio para meninas dirigido pelas religiosas da ordem de São Vicente de Paula²².

Na esteira da mudança da sede, um novo regulamento foi publicado em 1863. Neste, além de dobrar os cuidados com a higiene e uma reorganização do quadro do pessoal do asilo, reforçava-se a vigilância sobre a condição de abandonados dos assistidos. Nesta perspectiva, exigia-se todo o cuidado na entrega de expostos às amas de leite, “para que não abuse dos socorros que o asilo presta aos verdadeiros necessitados algumas mulheres de maus costumes, que expõem desumanamente seus filhos, para depois, como amas os virem tirar”. Para tal fim o mordomo dos expostos não deveria entregar às amas as crianças por elas indicadas²³.

Tais resoluções demonstram que muitas mulheres pobres deitavam seus filhos na roda, mas não queriam romper os vínculos com eles. Com um precário serviço de saúde pública, muitas vezes as crianças eram encaminhadas para o asilo a fim de que pudessem gozar do serviço de assistência médica, haja visto o grande número de enjeitados que se encontravam doentes, quando da exposição. Desta forma, a utilização da roda não denunciava, como as elites e os poderes públicos propagandeavam, uma falta de compromisso das mulheres para com os seus deveres de mães.

Durante a Primeira República, iremos assistir a uma sistemática recusa das mulheres pobres, que expunham os seus filhos, às condições impostas pelo asilo para a aceitação das crianças, bem como ao estigma de mãe desnaturada, comumente associado àquelas que faziam uso da roda. Se a instituição tentava reforçar o status de exposto, nomeando todos os asilados com o sobrenome Mattos, alterando muitas vezes o nome original dos mesmos, e reforçando as proibições no que diz respeito ao contato entre enjeitados e famílias, muitas mães tentavam dar ao asilo uma conotação diferente

destes propósitos. Por exemplo, a grande maioria dos expositores que se dirigiram ao asilo, fizeram-no sem se utilizar do recurso à clandestinidade, negando desta forma o próprio ritual de exposição. Dos 1.930 expostos no período de 1900 a 1926, em 57,56% deles a maternidade foi declarada através de cartas e bilhetes. Aliás, 34,04% dessas crianças foram encaminhadas à roda entre as seis de dezessete horas, isto é, horários onde a vida da cidade era extremamente ativa.

TABELA 9 - EXPOSTOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SEGUNDO O HORÁRIO DE ENTRADA E DECLARAÇÃO DA MÃE / 1900-1926

HORÁRIO	DECLARAÇÃO DA MÃE					
	SIM		NAO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
00h às 05h	49	4,41	80	9,77	129	6,68
06h às 11h	272	24,48	191	23,32	463	23,99
12h às 17h	385	34,65	202	24,66	587	30,42
18h às 23h	404	36,36	346	42,25	750	38,86
TOTAL	1.111	100,00	810	100,00	1.930	100,00

FONTE: Livro de Registro de Expostos / Santa Casa de Misericórdia

A tentativa de burlar as proibições regulamentares da instituição, no tocante ao contato entre exposto e os parentes, foi recorrente entre as mães. A “crioula” Maria Ignácia, ao deixar seu filho Astério, um garoto pardo de 03 meses, no asilo dos expostos em 1910, pediu “encarecidamente à muito digna Irmã Superiora a fineza de me deixar ver nos primeiros domingos o meu filho Astério”²⁴. Em 1916, uma outra mãe, após declarar que o que a levava a “recolher o filho era a “necessidade

imperante” de trabalhar, pedia permissão “para vê-lo ao menos uma vez por mês”²⁵. Já em 1918, uma mãe declarava “que muito me dói o coração me separar dele” e pedia:

“que deiche eu ver ele também pesço que deiche vir parcar cesta feira da pascão comigo voltava depois que acompanhar apocisão de Cenhor”²⁶.

Temendo assumir a responsabilidade por toda a infância pobre de Salvador, já na República, a Santa Casa de Misericórdia não abria mão do colonial mecanismo de ingresso das crianças na instituição. Em 1914 foram efetuadas severas mudanças na organização do asilo, em consonância com as prescrições médicas e com as lições de pedagogia e psicologia infantil mais avançadas. Foram criadas creches, jardins de infância, ensino primário e profissional, contemplando os currículos aulas de ginástica, “instrução moral, religiosa cívica e dos cantos patrióticos”. No entanto, o novo regulamento que legitimava as mudanças era categórico: “somente serão admitidas (...) as crianças que entraram pela roda”²⁷, isto é, pelo velho “cilindro de madeira que girava em torno de um eixo, com uma parte lateral aberta”, por onde eram introduzidos os expostos²⁸. Mantinha a Santa Casa, desta forma, o sentido punitivo da assistência, uma vez que à criança exposta era vetado o contato com os familiares; reforçava a desqualificação moral das mulheres que expunham seus filhos, vistas pelas elites e pelos jornais como insensíveis aos reclames maternos, além de reatualizar com força um dos estigmas “mais dignos”, o do enjeitado²⁹.

A preocupação das mães com a sorte dos rebentos expostos, no entanto, era recorrente, e evidenciava-se, também, num grande número de adereços, ligados às credences populares, que as crianças traziam pendurados ao corpo, para protegerem-

nas de males, ou para que tivessem sorte no futuro. Em 1900, um garoto de 2 meses, pardo, trazia ao pescoço, quando da sua entrada no asilo, “um cordão vermelho com duas bolas, uma reliquia de Jerusalém e vestia uma camisa feita de roupa de noiva”. Tal traje, segundo os populares, trazia sorte ao recém-nascido³⁰. Faleceu logo em seguida, acometido de influenza³¹. Em 1916, uma criança parda de 6 meses foi exposta por sua mãe, Maria Reis. O fedelho tinha pendurado no pescoço, uma chave, uma mãozinha de metal branco, um feixe, um cavalinho, um búzio e uma medalha. Faleceu tempos depois, de “dentição”³². Uma criança de cor preta, de 6 meses, exposta no ano de 1917, trazia no pescoço uma corrente de metal amarelo, uma medalha de S.S. Coração de Jesus, outra de N. Sra. do Perpétuo Socorro e uma última de Nossa Senhora da Conceição, além de três búzios. Faleceu logo em seguida ao internamento³³. Já Celina, uma menina preta de 2 anos que foi exposta pela mãe, Escholástica Santos, no mesmo ano de 1917, apesar de apresentar-se raquítica, conseguia carregar pendurado ao pescoço uma medalha de N. Sra. das Candeias, outra de Imaculada Conceição, uma figa de ossos, dois búzios, um par de brincos de metal e uma “estampasinha do Coração de Jesus”. Felizmente, ela sobreviveu, e foi retirada da instituição em 11.04.1929, para trabalhar como empregada doméstica³⁴. Sorte igual não teve uma menina parda, de um mês, com maternidade declarada, que foi encaminhada à roda levando: “uma volta de arruda no braço direito, um “bulezinho” e moeda de prata no braço esquerdo, cinco moedas das de cobre, uma medalha com inscrição do “patronato da infância de Lisboa” e um berloque de vidro amarelo. Veio a falecer de gastroenterite³⁵.

Devoção aos santos católicos; objetos ligados à religião afro-brasileira, como os búzios; simpatias populares para atrair sorte, como a figa, objetos de arruda para espantar “mal olhado” ou mesmo para trazer fortuna no futuro, como moedas, usadas com constância e profusão, atestam a preocupação dos expositores com a vida futura dos rebentos, e a séria ameaça de morte que rondava as crianças na primeira infância. Se levamos em conta a mortalidade infantil apresentada pela roda, veremos que o fenômeno clamava realmente por uma intervenção sobrenatural.

Os dados falam por si: 78,91% das crianças expostas no período de 1900 a 1926 morreram, sendo que 58,17% destas, antes dos seis primeiros meses de vida.

TABELA 10 - MORTALIDADE PROPORCIONAL DOS EXPOSTOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SEGUNDO A IDADE NO PERÍODO DE 1900 A 1926

IDADES	EXPOSTOS	
	Nº	%
0 - 1 mês	117	7,68
1 mês e 1 dia - 3 meses	518	34,01
3 meses e 1 dia - 5 meses	251	16,48
5 meses e 1 dia - 7 meses	143	9,39
7 meses e 1 dia - 9 meses	100	6,57
9 meses e 1 dia - 1 ano	101	6,63
1 ano - 2 anos	169	11,10
2 anos em diante	96	6,30
IGN	28	1,84
TOTAL	1.523	100,00

FONTE: Livro de Registro de Expostos/Santa Casa de Misericórdia

Um rápido exame das causas de tão alta taxa de mortalidade infantil, demonstra que a desnutrição apresentava-se como a responsável fundamental pelo fenômeno. As epidemias ou endemias, como a difteria, desenteria bacilar ou variola,

afetavam profundamente e a população de recém-nascidos até os dois anos de idade. A questionável qualidade da água consumida em Salvador no período, a falta de higiene com a alimentação, principalmente o leite, dieta inadequada e o total desconhecimento de noções elementares de puericultura faziam com que a roda dos expostos reproduzisse de forma ampliada as condições de vida da pobreza e as possibilidades de sobrevivência infantil em seu meio, no período estudado³⁶.

**TABELA 11 - MORTALIDADE PROPORCIONAL DOS EXPOSTOS
NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SEGUNDO A CAUSA
NO PERÍODO DE 1900 A 1926**

CAUSA DE MORTE	EXPOSTOS	
	Nº	%
Doenças congênicas	161	10,57
Doenças respiratórias	200	13,13
Doenças infecciosas	96	6,30
Desnutrição	511	33,55
Outras	304	19,96
IGN	251	16,48
TOTAL	1.523	100,00

FONTE: Livro de Registro de Expostos/Santa Casa de Misericórdia

As condições de higiene do asilo, o questionável sistema de amas-de-leite, a qualidade da comida, a falta de cuidados com as crianças portadoras de males contagiosos, faziam da roda dos expostos uma “fábrica de anjos”. Se levarmos em consideração que 60% das crianças que lá chegavam estavam doentes, veremos que, no fundo, o obituário infantil era um reflexo das condições gerais de vida na cidade. Mal

alimentadas, sem assistência médica, a vida parecia – como acreditavam os populares – ser obra de uma intervenção sobrenatural.

Na tentativa de vencer as adversidades da sorte, dentre os laços de solidariedade estabelecidos pela pobreza visando a criação dos filhos, o compadrio e a proteção foram largamente utilizados. A proteção podia assumir um caráter religioso, quando era evocada a força dos santos para o auxílio em questões cotidianas, ou um caráter material, quando era buscada entre os elementos que gozavam de melhor poder aquisitivo ou prestígio social. O seu sentido, contudo, era comprometer os protetores com o futuro dos seus protegidos.

Os perigos que rondavam a maternidade e a infância reforçavam a devoção aos santos, que eram vistos como protetores da família, da infância e das mulheres grávidas. Para eles, faziam-se promessas ou, ordinariamente, eram os mesmos escolhidos como compadres. Em 1900, um bilhete esclarecia que a criança exposta deveria chamar-se Maria Antônia, por causa das promessas feitas pela mãe, quando grávida, à Virgem Maria e a Santo Antônio³⁷. No mesmo ano uma menina que foi exposta deveria ter como madrinha Nossa Senhora do Parto por causa das complicações que envolveram o seu nascimento, e que vieram a ocasionar a morte da mãe³⁸. Em 1905, o garoto Eduardo de Lourdes, filho natural de Esther Maria de Jesus, teve como padrinhos Nossa Senhora de Lourdes, de quem herdou o nome, o sacristã da Freguesia de Sant'Anna e "tocando a coroa" da Santa, Erundina da Cruz. Se Nossa Senhora era homenageada pelos seus misericordiosos poderes divinos, a madrinha de apresentação à divindade – aquela que "toca a coroa" –, como no caso de Erundina, servia para amparar a criança nos percalços da sua vida cotidiana³⁹.

A sociedade patriarcal, ao colocar a família como centro das relações sociais, propiciou a criação de laços de parentesco como a forma mais expressiva de solidariedade social. Como esclarece Thales de Azevedo, a instituição do compadrio, ao produzir “fortíssimos laços de parentesco espiritual” ajudou a criar vínculo duradouros entre indivíduos do mesmo grupo social, ou entre “famílias de níveis diferentes”⁴⁰. Um bilhete que acompanhava o exposto Alberto Honorato de Jesus teve o cuidado de esclarecer que o mesmo era filho natural de Maria Honorata de Jesus, tendo como padrinho o Dr. Álvaro Madureira de Pinho e como madrinha Ricarda de Jesus. O sobrenome da madrinha faz-nos supor que a mesma não era nem esposa do Dr. Álvaro, nem da mesma posição social deste. Se, neste caso, o padrinho tinha claro sentido de proteção, por pertencer a uma categoria social mais elevada, a madrinha, da mesma situação social da mãe, concorria para os arranjos cotidianos da sobrevivência⁴¹.

A importância do compadrio com pessoas de situação social mais elevada era tão sentida pelos populares, que, muitas vezes, o batismo era feito sem a presença do distinto e rico padrinho, através do recurso da procuração. Foi através deste expediente que, em 1900, o Ten. Cel. Raphael Tobias e sua mulher Deolinda Tobias nomeara o Capitão Inocência de Sant’Anna Veloso e sua esposa para representá-los na cerimônia de batismo do menor Raphael Pinto da Silva, um menino de família pobre que, tempos mais tarde, foi internado no Colégio de Órfãos de São Joaquim⁴². Aliás, a documentação sobre a vida dos internos nesta instituição demonstra a importância de padrinhos e protetores para a vida futura dos seus afilhados e protegidos, uma vez que

23,33% dos requerimentos de saída de menores desta casa de órfãos, no período de 1900 a 1910, foram assinados por padrinhos e protetores (vide tabela em anexo).

Mas foram as madrinhas o exemplo mais vivo das estratégias de solidariedade levadas a cabo pelas camadas populares. O concurso deste tipo de parentesco artificial foi fundamental para a criação dos filhos no cotidiano da pobreza, fazendo com que o papel da mulher se desdobrasse em várias formas de compadrio⁴³. Nos documentos relativos à Roda dos Expostos, elas volta e meia aparecem, pedindo pelos seus afilhados. O “pequeno Alexandre”, que foi exposto na roda por ocasião da morte da mãe em 1906, trazia um bilhete da madrinha, que demonstrava extrema preocupação com o seu futuro. Além de enviar, junto aos pertences da criança, a certidão de batismo, a madrinha pediu para que o asilo conservasse o nome de batismo do afilhado, prometeu enviar esmolas todos os meses para a “Santa Casa dos Expostos” e esclareceu que, por ser menor, não podia criá-lo, sendo que “mais tarde, quando ele for maior de idade, irá reclamá-lo para conservá-lo na sua companhia, dando-lhe educação precisa”⁴⁴.

Para tentar remediar a sorte dos filhos no asilo, muitas mães pediam que as religiosas responsáveis pela casa batizassem as crianças. Josepha Viana de Almeida, que expôs a filha em 1911 por “encontrar-se doente” pedia que a irmã Martha fosse a madrinha daquela⁴⁵. Junto a um exposto, no mesmo ano de 1911, foi encontrado um bilhete pedindo que a madrinha do menino fosse a madre superiora responsável pelo Asilo⁴⁶.

Os bilhetes e as cartas que geralmente acompanhavam os expostos eram, dentre os tantos arranjos já citados, uma outra estratégia utilizada para que as crianças

não perdessem os vínculos com os seus lares, e fossem reconhecidas no futuro, quando superadas as dificuldades que levaram a sua exposição. Muitos destes documentos demonstravam a preocupação em indicar marcas físicas dos bebês, pediam que objetos que os mesmos portavam, quando da entrada na instituição, fossem guardados para facilitar o reconhecimento, “um sinal para conhecê-lo”⁴⁷ e, em alguns casos mais sofisticados, descreviam-se senhas que deveriam ser recitadas pela pessoa que se dirigisse ao asilo, requerendo a entrega da criança. Em 1919, um casal de gêmeos foi exposto portando o seguinte bilhete:

“(…) peço-lhe pelo amor de Deus que me receba essas duas criança por motivo de doenças e falta de recursos que não tenho nenhum, por isso peço-lhe que tenha paciência com esses dois anjinhos que estão quasi sem mãe. São gêmeos (...) não posso dizer como fico, um tem cabelo bom e o outro tem ruim. Tenho fé em Deus que há de melhora para retirá-los quando estiver em condições, forte e trabalhando”⁴⁸.

No ano de 1909, ao deitar o filho na roda, uma mãe fez questão de deixar uma descrição minuciosa de si mesma:

“Osvaldo, pardo, nascido em 23 do mês de abril do ano de 1909, filho de Marcília de Jesus Araújo (que por sua vez é filha legítima de Inocência Marques de Araújo e Ana Josepha de Jesus), parda, com 18 anos de idade, de estatura baixa, de cabelos pretos e um pouco encaracolados, nariz chato, olhos pretos, sendo um pouco estrábica do olho direito”.⁴⁹

No ano de 1903, um bebê “pardo claro” de cinco dias de nascido, que não teve a filiação declarada, exposto às 4 horas da madrugada, trazia consigo a seguinte carta:

“A essa Santa Casa pede-se a caridade de receber esta inocente criança a quem rogo de darem o nome de Maria Angélica, pedindo em nome de Deus, a caridade ainda maior de restituí-la quando procurada por quem der a data certa do seu recolhimento, em 06.03.1903, o nome acima de Maria Angélica, falar em uma mancha azul escura que a criança tem nas nádegas, e ainda mostrar uma cruz tendo nas extremidades o nome de Jesus (...)”.

Apesar do anonimato familiar e de o asilo tê-la batizado, não como Maria Angélica, como pedia o bilhete, mas com o nome de Constança Mattos, sua mãe foi procurá-la no ano de 1905 e conseguiu retirá-la do asilo⁵⁰.

Nos bilhetes e cartas, há uma sistemática negação do estigma de mães desnaturadas e do rótulo de enjeitados, aplicado aos expostos. Tentando demonstrar que são movidas por razões mais fortes e que guardavam pelos filhos amor e vontade de mantê-los junto às famílias, as mulheres elencavam uma série de motivos que as levavam a adotar a extremada atitude da exposição. Russel-Wood, mesmo admitindo que a circunstância do abandono “variava de caso a caso”, admite que eram fatores de ordem econômica, social ou moral que determinavam a existência do fenômeno, e não uma negação gratuita do exercício da maternidade por parte das mulheres. Aliás, também nas classes populares, a “natureza” (leia-se identidade) feminina estava profundamente associada à maternidade, uma vez que o culto Mariano e o ideal de “santa mãezinha” foi profundamente disseminados pela Igreja, desde a época colonial. Daí, a negação sistemática do estigma de “mãe desnaturada” e do conseqüente status de enjeitado para o filho⁵¹.

Um dos motivos mais constantemente alegados pelas mulheres que abandonavam as crianças no asilo era a impossibilidade de conciliar trabalho e criação de filhos. Como, na época, era comum exigir das empregadas domésticas que

dormissem no emprego, o filho impunha-se como uma realidade inconciliável para essas profissionais. Em 1919, uma criança de poucos meses deu entrada na roda, alegando a sua mãe “impossibilidade de criar minha filha por não ter onde morar e só achando lugar para empregar sem filho”⁵². Com uma jornada de trabalho de 18 horas diárias, quando não era possível contar com a ajuda de parentes, comadres ou vizinhos que se dispusessem a praticamente assumir a criação integral do rebento, não sobravam às mulheres, além da roda, muitas alternativas. Em 1920, Brasília Maria do Espírito Santo declarou no bilhete que acompanhava o seu filho, no momento da exposição: “sou pobre preciso ser empregada para ganhar o pão e não tenho quem tomar conta da criança”⁵³. Quando se tratava de recém-nascidos muito jovens, que exigiam maiores cuidados com a criação, o assunto tornava-se mais complicado. No ano de 1919, alegando “necessidade imperante de me empregar para manter-me e cuidar do futuro dele e não por desamor”, uma mãe deitou seu filho na roda, prometendo resgatá-lo quando completasse 3 anos⁵⁴.

Tal realidade ajuda a explicar porque grande número de mulheres trabalhavam no pequeno comércio ambulante da cidade, criando seus filhos praticamente nas ruas. O pequeno comércio era uma das únicas alternativas que restavam às mães trabalhadoras que não podiam contar com laços de solidariedade que as ajudassem a criar os seus rebentos.

Muitos casos de abortos, ou até mesmo de infanticídios praticados por empregadas domésticas, tinham como justificativa o medo de perder o emprego. Dizendo-se levada pela “vergonha” e pelo medo de perder o emprego, Maria Apolônia, 18 anos, preta, “ama de um menino” na casa de Vitoriano Corbacho, praticou o

infanticídio numa madrugada de 1925. Tendo declarado não poder trabalhar em serviços pesados por questões de saúde, o emprego na casa da família Corbacho era extremamente cômodo para Maria. Possuía “cama com colchão”, era agraciada com presentes e tinha sempre chances de folgas e passeios, tratamento bastante diverso que o comumente dispensado aos domésticos no Brasil nesta época, e que pode ser justificado pela nacionalidade estrangeira dos patrões.

Não sabendo com quem e nem como engravidara, os sinais de gravidez vieram a modificar a rotina de Maria, que tornou-se, durante este período, segundo relato da patroa, “pouco comunicativa, muito séria ou sonsa, evitando e recusando mesmo a sair para passear quando já aliviada dos seus afazeres”. Quando inquirida pelos patrões ou pelos outros empregados da casa, sobre o volume do ventre, negava insistentemente as suspeitas de gravidez dizendo-se “honesta” e “donzela” e muitas vezes exigindo respeito. As respostas de Maria aquietavam as suspeitas da patroa que “não havia de consentir que o seu filho pequeno fosse acariciado e guardado por uma rapariga desvirginada”.

Na madrugada do parto, segundo relatou no seu primeiro depoimento à polícia, Maria Apolônia dirigiu-se ao quintal da casa dos patrões e, sobre um monte de carvão, ao abaixar-se, viu que, “de dentro da sua vagina caía ao solo uma coisa volumosa, que passando a mão sentiu uma tripa pendurada, a qual (...), segurando-o em um pedaço de pano, puxou para fora, caindo igualmente em cima do pó de carvão”.

Mesmo depois das evidências do crime, Maria continuou a negar a gravidez, declarando ao médico, chamado pelos patrões para socorrê-la de uma forte hemorragia, que tratava-se de distúrbios menstruais. O fato só veio à tona quando da

descoberta de um cadáver de recém-nascido, enterrado no monte de carvão. Em depoimento ao delegado, Maria contou que “deu à luz uma criança do sexo feminino; que mal a criança acabara de nascer (...) segurou-se pela garganta para evitar que ela gritasse e tendo-a sufocado, conseguiu partir uma tripa que ficou dependurada ligando o umbigo da criança com a respondente, que feito isto tratou de esconder o melhor que pode a criança no pó de carvão. Extremamente enfraquecida, foi deitar-se imediatamente após o parto, no chão da cozinha⁵⁵. O jornal *A Tarde*, com grande destaque notificou o fato, ressaltando a frieza e periculosidade de Maria⁵⁶.

Casos como o de Maria Apolônia eram comuns em Salvador, durante a Primeira República. A maternidade pesava nos poucos orçamentos domésticos, limitava as oportunidades profissionais e manchava a moral de mulheres solteiras. Estes elementos volta e meia articulavam-se na vivência dos populares, produzindo situações que, aos olhos das elites, demonstravam o caráter bárbaro e perverso das mulheres pobres, que eram descritas como frias e calculistas nas extensas matérias jornalísticas, que, de modo sensacionalista, a imprensa veiculava, quando se tratava de infanticídio, aborto ou abandono de crianças. A realidade, contudo, nem sempre coincidia com os estereótipos atribuídos à negação da maternidade, e produzia conflitos cotidianos que, algumas vezes, redundavam na morte de muitas mulheres.

Em 1916, Izabel Maria de Jesus, 17 anos, parda, operária da fábrica de São Braz, morreu em consequência de um aborto. Por ter engravidado do namorado, a gestação seria condenada pela família e, por certo, provocaria a sua demissão do emprego. As complicações do aborto, praticado às escondidas em uma “casa de

curandeiro”, já se demonstravam irreversíveis quando Izabel resolveu contar à mãe o real motivo de seu abalado estado de saúde e apelar para o médico da fábrica onde trabalhava. A extrema pobreza da família fez com que a sua mãe recorresse aos poderes públicos, para obter auxílio para o enterro⁵⁷.

A falta de solidariedade dos namorados e parceiros conjugais, em casos desta natureza, é sintomática. Eram sozinhas, ou contando com a ajuda de uma outra mulher, que as mães decidiam sobre a sorte dos filhos. Aliás, a recusa dos pais em assumir obrigações para com a criação dos seus descendentes foi uma justificativa constante nos bilhetes e cartas que declaravam os motivos do abandono de crianças na roda.

Uma mãe declarou, no ano de 1904, que lançou seus dois filhos na roda “não por ser ingrata, foi por estar em grande calamidade e desgostosa do teu pai”⁵⁸. Uma outra, em 1902, alegou um elenco de motivos que levaram a exposição, onde a ausência paterna também se fez presente. “Victoriano, pagão, não é enjeitado, deito-o aí por precisão, não tendo leite nem recurso para criá-lo, estou doente, o pai abandonou; está magro por falta de leite e de uma diarréia que teve por causa do leite condensado” (1842). Nota-se que, na ordem de importância atribuída aos motivos, a falta de uma alternativa de renda para as mulheres é mais forte do que a ausência do pai⁵⁹.

Dois fragmentos de cartas são ilustrativos dos embates entre as mulheres e seus parceiros, por causa da criação dos filhos:

“Armando, nascido em 01 de junho de 1911 às 4:00 horas da tarde, sendo o seu pai José Fortuna Filho, residente à Ladeira da Saúde 46, sendo mãe Ana Maria da Conceição, não achando recursos para criar cheguei a ele e fiz toda a combinação para ver se cedia, ele de forma nenhuma (...) cedeu, eu vendo a criança chorando com sede e eu sem leite para dar e sem recurso para criar (...)”⁶⁰.

Em um português claudicante, no ano de 1916 uma mãe narrou o seu problema:

“Vai Lindaura di Jesus para abi por falta di requilco en vista di a sua mãe não poder criar foi dispensado pelo o pai da filha com 8 mezes di barriga i cheguei a pontos di ir teria a matemidade i ter passado pessimamenti mal di favor em cazas aleia i te indo rogar dô a mesmo miseravel que li desi ao menos umas esmola para remedía anecisidadis da criança i u miseravel disí o criase como pudesi ele ja tem duas com estranhas”⁶¹.

As constantes pressões das mães, no sentido de manterem os laços com os filhos expostos, paulatinamente alterava o sentido do asilo dos expostos. Na década de 1920, a Santa Casa montou uma creche, que funcionava nas dependências da roda. Nesta, as mães trabalhadoras podiam deixar os seus filhos nos horários de trabalho sendo à mãe “de novo entregue à tarde, uma vez findo o trabalho do dia”. O serviço, contudo, não funcionava nos domingos e feriados. Apesar do avanço, a solução, de certo, não contemplava as exaustivas jornadas de trabalho das mulheres pobres, que adentravam muitas vezes pela noite e não conheciam domingos nem feriados⁶².

Neste período, as queixas médicas contra a operacionalidade da roda já se fazia sentir em Salvador. Os médicos baianos repetiam as novas idéias sobre a criança e a saúde infantil, largamente difundidas no exterior, e que encontraram expressão do Brasil, com a disseminação das cadeiras de Pediatria, nas Faculdades de Medicina,

quando, a partir de 1832 tal especialidade tomou-se disciplina específica no currículo da escola médica baiana⁶³.

Na década de 1920, o sistema de internato em rodas já era contundentemente depreciado pela população médica. Martagão Gesteira, respeitado pediatra baiano desta época, debitava ao “anacrônico sistema da roda” o elevado número de óbitos apresentado pelo asilo dos expostos. Estabelecendo análises comparativas, o médico reportava-se a países estrangeiros que tiveram a taxa de mortalidade infantil de assistidos sensivelmente reduzida depois da supressão da roda. Para substituição dos asilos dos expostos, os médicos propunham um sistema aberto de assistência infantil, via ambulatórios médicos, que, além de tratar de crianças doentes, responsabilizar-se-iam por dotar as mães de conhecimentos relativos à alimentação e higiene dos bebês⁶⁴.

A realidade, no entanto, era muitas vezes incompatível com as prédicas médicas. O serviço ambulatorial de amparo à infância exigia, para o seu êxito, que as mães tivessem cuidados dobrados para com a criação dos filhos, uma vez que era através da dedicação materna que a puericultura encontraria guarida nos lares. Como transformar as mães pobres em aliadas dos médicos nos cuidados dos filhos, se lhes faltavam as condições mínimas de sobrevivência, e se o seu tempo era, muitas vezes, integralmente consumido pelo trabalho?

A existência da roda, nessa perspectiva, afigurava-se um mal necessário, e expunha as condições de miséria da população, nem sempre em concordância com as lições de puericultura que eram aprendidas pelos médicos na faculdade. Por outro lado,

até a década de 1920, o asilo dos expostos da Santa Casa da Misericórdia ainda era a única alternativa efetiva para a maternidade problemática.

Os poucos orfanatos ou casas de auxílio às crianças desvalidas eram mantidos precariamente pela iniciativa privada. No ano de 1910, os meninos do Orfanato Sagrada Família pediam ajuda para o estado de “lamúria” em que se encontravam. Um jornalista do *Diário de Notícias*, em visita a este recolhimento escreveu: “dormem no chão, comem em pratos de folha, escrevem no chão, cosem, estudam e dão lições no chão, promiscuamente, numa miséria digna de dó”⁶⁵.

Entre as instituições de auxílio aos órfãos e desvalidos, a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim era a instituição mais bem equipada na Primeira República. Fundada em 1799, dispunha de um amplo prédio, e contava com doações regulares da iniciativa privada. Tais questões, faziam com que a Instituição fosse constantemente procurada. No entanto, o programa de assistência da Casa Pia não atendia à primeira infância. Os “órfãos e desvalidos” que para lá se dirigiam tinham de ser maiores de sete anos, e do sexo masculino⁶⁶.

A extensão do serviço de assistência social prestado pelo Colégio dos órfãos de São Joaquim pareceu-nos francamente retaliativo para com parcelas significativas da população pobre. Entre 1900 a 1910, das 142 crianças que foram recolhidas pelo orfanato, apenas uma era de cor preta (vide tabela em anexo).

A filantropia da casa demonstrava-se mais restritiva ainda com as mães solteiras, uma vez que apenas três delas conseguiram que seus filhos ingressassem no orfanato, no período citado. O perfil dos menores, somado à significativa cifra de 45,07% de meninos brancos que lá se encontravam nesta época, demonstra que eles

pertenciam a famílias “remediadas” ou “envergonhadas”. Estes estratos, por reproduzirem o modelo oficial da família legitimada pelo casamento civil, ou por gozarem de uma posição social de relativo prestígio, pareciam ser a clientela-alvo da Casa Pia, quando, por um revés da sorte, a manutenção dos filhos no universo familiar era dificultada⁶⁷.

6.3. Subcultura feminina x saber médico

A partir do século 19, atribuiu-se à pediatria e à obstetrícia a responsabilidade por reduzir os altos índices de mortalidade infantil apresentados pelo Brasil, uma vez que a existência de crianças sadias era um claro sinal de progresso social. Nesta perspectiva, a obstetrícia passou a ser ensinada na Escola Médico-Cirúrgica da Bahia em 1819, sendo que só a reforma curricular de 1854 previa a criação de uma maternidade para que os alunos pudessem praticar a “arte obstétrica”⁶⁸.

Apesar do avanço, em 1862 a maternidade ainda não havia sido criada, o que levou o professor Domingos Rodrigues Seixas, nas suas **Memórias Históricas** da Faculdade de Medicina, a tecer sérias críticas à orientação extremamente teórica do curso de obstetrícia, visto que as noções práticas eram transmitidas aos estudantes mediante o uso da “boneca de camurça estragada, que pouco auxilia esse importantíssimo estudo”.

Só em 1872, por iniciativa do professor de partos, o Barão de Itapoan, criou-se uma enfermaria para parturientes na Santa Casa de Misericórdia. Mesmo

assim, as aulas práticas não deixavam de contar, segundo Luiz Álvares dos Santos, com a “(...) reação do fanatismo que parece querer fechar as aulas de clínica às parturientes”⁶⁹.

O Barão de Itapoan, atribuía a demora na instalação da maternidade, não à falta de ajuda dos poderes públicos, mas a uma “moralidade hipócrita”. Segundo o professor, “as mulheres preferiam deixar morrer de moléstias do útero que serem cuidadas pelos médicos”. As próprias Irmãs de Caridade, responsáveis pela enfermagem, eram proibidas, pela regra sacerdotal, de verem as partes pudentes, inclusive de pessoas do seu sexo, e nem consentiam que o trabalho de parto se fizesse senão às escondidas”⁷⁰.

A ingerência médica afrontava um corpo de práticas, saberes e crenças femininas que, desde a colônia constituiu-se em torno do corpo da mulher, do parto e da criação dos filhos. Crenças fortemente arraigadas no imaginário colonial, patrocinadas pela Igreja Católica, conferiam ao corpo feminino uma natureza ambígua, uma vez que era o mesmo, ora “o altar da procriação”, ora “um depósito de imundícies”. Se era das “partes pudendas” das “mães” que o milagre da vida se revelava, delas também vinham a menstruação, as hemorragias, as doenças venéreas e os pecados da carne⁷¹.

Esta dicotomia mãe-sacra X mulher-profana refletiu-se numa heterogeneidade de saberes sobre o corpo feminino. Se, desde o século 17, as representações de “Nossa Senhora do Ó, da Encarnação, da Expectação, a maioria com o ventre avolumado”, passavam a ser fortemente veiculadas pela Igreja para a catequese materna, por outro lado todo um saber profano, mágico-terapêutico,

responsabilizava-se pela expressão carnal da mulher, quando os revezes da sorte como as doenças, os distúrbios menstruais, a gravidez indesejada, impunham-se no cotidiano feminino, uma vez que a medicina colonial mostrava-se pouco eficiente em tais casos⁷².

A postura das mulheres em relação às questões envolvendo o seu próprio corpo alternava-se entre o pudor e a clandestinidade. Segredos, contravenções, crenças heréticas, pactos clandestinos, faziam da fertilidade feminina e as suas consequências a real entrada para um mundo particular. Nas hortas de quintal, este mundo reproduzia-se, nas crenças mágicas ele se afirmava, nos partos, abortos e cuidados dispensados à criança, ele demonstrava sua eficiência⁷³. Neste universo, a ingerência do homem era severamente vedada. Daí que a “raiva do marido” era, segundo Ernestina da Paixão Gomes, uma sexagenária parteira nos anos de 1950, o primeiro sinal da gravidez. Depois, vinham as proibições alimentares e os cuidados com a prenhez, prescritos por mulheres mais experientes; os saberes sobre a gravidez e a maternidade, transmitidos nos encontros de parentas e amigas para a confecção do enxoval da futura criança, até a hora do parto, quando as portas do quarto de dormir se fechavam para qualquer presença masculina⁷⁴.

A ineficácia das intervenções médicas no século 19, no que tange aos partos e à criação dos filhos, reforçou um saber-fazer feminino em assuntos desta ordem, distanciando as mães dos teóricos e pouco operacionais conhecimentos obstétrico-pediátricos. Um exemplo disto é o fato de que a maternidade da Faculdade de Medicina da Bahia, criada em 1910 em substituição à da Santa Casa, só atendia às indigentes, já que parir no hospital era o mais claro e vergonhoso sinal de miséria que podia ostentar uma família⁷⁵.

Todos estes inconvenientes acabavam por se constituir em obstáculo à ação da medicina, num campo que tanto interesse despertava nos médicos baianos da Primeira República. Ligadas à Disciplina de Higiene, várias teses de doutoramento em medicina começaram a aparecer versando sobre o tema, após o estudo pioneiro de Joaquim Augusto Tanajura, do ano de 1900. Imbuídos da sua missão social, já que “velar pela vida da infância é contribuir valiosamente para o engrandecimento da pátria”³⁶, os médicos republicanos baianos dedicaram uma atenção especial às causas da mortalidade infantil, realçando a importância dos preceitos higiênicos para a prevenção de tão grave problema.

As teses sobre o assunto, no período, parecem repetir um modelo comum: na parte introdutória os autores discutem a importância da higiene infantil para o crescimento nacional; logo após, os índices de natalidade e natimortalidade de Salvador são apresentados e comparados aos de outras capitais brasileiras e estrangeiras. Por último, a alimentação, as condições de habitação e as doenças congênicas são elencadas como as variáveis determinantes para a mortalidade infantil

A higiene sinalizava para um tipo de intervenção médica pouco comum no cotidiano da cidade, uma vez que não era a doença e sim sua prevenção que merecia maior atenção. Por outro lado, as prescrições médicas, baseadas em estudos estrangeiros, eram estranhas ao cotidiano popular, uma vez que requeriam transformações radicais na estrutura das famílias pobres. Habitações ventiladas e salubres, aleitamento materno até os oito meses de vida – o que exigia uma disponibilidade extrema das mães –, alimentação variada, etc., não encontrava solo

propício no seio da pobreza, o que fazia com que as práticas pediátricas fossem constantemente ignoradas, prevalecendo os práticos conselhos de parteiras ou mulheres mais experientes.

Os médicos atribuíam às intervenções terapêuticas e às práticas alimentares populares, a responsabilidade pelos altos índices de mortalidade infantil apresentados por Salvador. A ingestão de “água panada ou açucarada”, de sopa de caldeirada⁷⁷, a “água de flor” ou a “clássica pedrinha de açúcar, embebida em vinho do Porto”, que eram inseridas na cavidade bucal dos recém-nascidos logo após o nascimento, além das “papas, mingaus, carnes, feijões e tudo que aprouveria a mãe dar por intuição”⁷⁸ à criança, colocam-se entre as causas mais evidentes do elevado número de óbito infantil, ocasionado por infecções digestivas.

A utilização de “fumo de corda e pó de nariz”, além de outras práticas terapêuticas para a cicatrização do umbigo, responsabilizava-se pelo tétano umbilical, o conhecido “mal de sete dias”, causador de tantas mortes⁷⁹. As receitas populares para a cicatrização umbilical eram variadas. Sofia Magno da Anunciação, uma parteira que tinha noções das práticas de puericultura médica, mesmo admitindo que o que curava umbigo de recém-nascido era “mertiolate”, achava que “não custa nada pegar o pó do chinelo do pai, bem torrado e peneirado, fazer uma pasche (sic) que nem um curativo e botar em cima; barro de parede torrado e peneirado também serve”⁸⁰. Para Sofia, que transitava entre saber médico e saber popular, o que realmente importava era deixar a tesoura que cortou o umbigo, depois de limpa, com as “pernas bem abertas debaixo da cama”, pelo menos 24 horas depois do parto⁸¹.

O costume de os pais dormirem com os filhos na mesma cama ocasionava muitas mortes por asfixia⁸². As “camisolas”, confeccionadas com tecidos baratos, como a “bulgariana” ou o “tororó”, e que eram o traje comum dos bebês pobres no “verão ou no inverno”, aliadas à umidade das palhoças, lojas ou casas de cômodo e à desnutrição, favoreciam a propagação das doenças respiratórias, também responsáveis por muitos óbitos na população infantil⁸³.

**TABELA 12 - NATALIDADE E MORTALIDADE INFANTIL
EM SALVADOR / 1904-1918**

ANO	NASCIMENTOS	OBITOS* (0 a 1 ano)	TAXA DE MORTALIDADE **
1904	2.337	975	417,20
1905	2.475	857	346,26
1906	2.519	1.005	298,97
1907	2.783	1.086	390,23
1908	2.976	1.093	367,27
1909	3.246	1.127	347,19
1910	3.298	1.195	362,24
1911	4.006	1.170	292,06
1912	3.873	1.137	293,57
1913	3.899	1.260	323,15
1914	3.828	1.240	323,93
1915	4.656	1.062	228,24
1916	4.489	1.005	223,88
1917	4.368	1.078	246,79
1918	3.817	1.140	928,66

* Óbito de 0 a 1 ano

** Taxa de mortalidade sobre grupos de 1.000 nascimento

FONTE: Dantas da Hora, op. cit., pp. 16 e 41

Com uma taxa média de mortalidade infantil de 323,98, a capital da Bahia ocupava o segundo lugar em casos de óbitos desta natureza, só perdendo para Recife⁸⁴. É certo que a falta de registro de nascimento, extremamente comum na

Salvador do período, não permite que se disponham de dados mais precisos sobre o fenômeno. Soma-se a isto o fato de o registro de morte já ser mais controlado pelos poderes públicos, em razão da necessidade do atestado de óbito para a liberação dos enterros. Mesmo assim, os dados apresentados não deixam de ser alarmantes, respaldando, com isto, a justa preocupação médica. Nos levantamentos de Hildelbrando de Freitas Jatobá, a mortalidade de criança de 0 a 5 anos representava 28,76% da mortalidade geral em Salvador, no período de 1897 a 1906⁸⁵.

Com a finalidade de resolver o problema, no ano de 1904, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância e o Dispensário Infantil. Contando com um tímido apoio financeiro dos poderes públicos, a ação de tal órgão revelou-se insuficiente. A partir de 1910, junto à Maternidade Universitária Climério de Oliveira, foi também criado um ambulatório infantil. As atividades de prevenção e profilaxia das doenças da infância, desenvolvidas por este órgão, eram, no entanto, pouco solicitadas: as mulheres grávidas que chegavam a procurar o ambulatório, não tinham, normalmente, condições de seguir os ensinamentos ministrados no Programa de Pré-natal, "porque em geral, as consulentes pertencem à classe pobre, e não podem, portanto, seguir as prescrições aconselhadas, por falta de recursos"⁸⁶.

Em 1923, criou-se a Inspetoria de Higiene Infantil. Mesmo se tratando de um órgão federal, os problemas financeiros ainda constituíam-se num grande obstáculo ao desenvolvimento regular de suas atividades. A verba recebida não era suficiente sequer para cobrir o custeio do órgão, durante o ano. Somente através de campanha de doação de fundos, que contou com o apoio de senhoras de famílias abastadas, conseguiu-se que alguns órgãos ligados à Inspetoria continuassem funcionando.

Mesmo assim, as mães pobres ainda se mantinham distantes dos ensinamentos de higiene infantil, que constituíam o objetivo principal do órgão. Quando abordadas e instadas a freqüentar a Inspetoria, elas geralmente respondiam que o “menino está bom, não precisa de médico; se adoecer, levarei”. Tal comportamento tornava quase nula a possibilidade de intervenção do órgão, que não atingia a sua finalidade. O dispensário de pré-natal, criado pelo órgão em 1924, também contava com uma fraca procura pelas parturientes⁸⁷.

O diretor da Inspetoria de Higiene Infantil, Dr. Martagão Gesteira, escrevia, no relatório de atividade do ano de 1924: “verifiquei a impraticabilidade, entre nós, de uma campanha eficiente, limitada desde o início exclusivamente ao critério profilático e à impossibilidade de deixar de fazer também um pouco de assistência”. Segundo o Dr. Martagão com a utilização do serviço de assistência, ficaria “mais fácil agir, constituindo a consulta médica e a distribuição gratuita de alimentos e medicamentos o meio mais eficiente e prático de atrair a concorrência das mulheres aos consultórios, que nem por isso ficariam reduzidos a essa função de dispensário para crianças doentes, mas atuariam como verdadeiros centros de educação higiênica das mães e da propagando puerícola”⁸⁸.

Para fazer valer os seus propósitos, a Inspetoria treinou voluntários nos ensinamentos da higiene infantil para visitas domiciliares. A utilização de mulheres visava vencer a resistência das mães, dando à campanha não um caráter médico mas maternal. Contando com o auxílio da Secretaria do Interior, a Diretoria do órgão conseguiu que os cartórios de registro civil enviassem à Inspetoria, listas das crianças nascidas junto aos Distritos respectivos. Nas “classes pobres”, além da distribuição de

panfletos, as “visitas sucessivas de fiscalização se fazem, com maior ou menor freqüência, consoante as necessidades do caso”. O trabalho da brigada de profilaxia infantil parecia incansável. Contando somente com seis voluntárias, só no ano de 1924, 25.751 crianças foram por elas visitadas⁸⁹.

Apesar da disposição dos patrocinadores do programa, as mães muitas vezes mostravam-se resistentes, ameaçando assim o sucesso do programa de profilaxia infantil. As mulheres não permitiam que seus filhos fossem pesados, uma vez que, segundo crença largamente difundida, “crianças que se pesam não crescem nem prosperam”⁹⁰. Outras deixavam recém nascidos doentes morrerem, por acreditar que os mesmos estavam atendendo a chamados divinos. O êxito da higiene infantil em Salvador, portanto, além do pouco auxílio financeiro, contava com o obstáculo adicional de uma mentalidade muitas vezes adversa ao ideário puerícola.

Os altos índices de mortalidade infantil contrariavam a política de valorização da maternidade e da vida infantil, haja vista que o óbito infantil era normalmente encarado como evento desprovido de maior gravidade, e até mesmo natural. A morte de uma criança era representada pelo imaginário popular de forma leve e inocente, daí ser o pombo ou as pequenas aves as suas metáforas mais constantes. Thomas Ewbank, em 1850, escreveu que, no Brasil, “as crianças são consideradas pequenos anjos e, longe de demonstrarem tristezas, as mães se alegravam em vê-las subir aos céus, preservadas das tentações e dos pecados da carne”⁹¹. Em 1900, era generalizada, em Salvador, a crença de que um “inocente” morto – habitante das “paragens celestiais” –, era alguém que viria a “entoar hosanas em favor dos seus”. As aves pequenas em vôos altos eram vistas como anjinhos em busca da “região do ignoto”⁹².

Mesmo admitindo-se que, em muitos casos, a morte do filho causasse um grande pesar, a crença no destino celeste a ele reservado muitas vezes confortava as famílias. Em muitos casos, era melhor tê-los junto à Virgem Maria, no Paraíso, que vê-los passar por privações e sofrimentos. A lavadeira Joana Maria dos Santos, mãe da nossa entrevistada Leonor Santos dos Prazeres, ao perceber que o seu filho Lupério dos Santos havia nascido cego, fez uma promessa à Nossa Senhora de Santana, para que o levasse, caso não ficasse curado da enfermidade. Nossa Senhora atendeu ao pedido de Joana e, meses depois, a criança faleceu⁹³.

Numa população movida por razões práticas, fortemente convencida quanto aos aspectos sobrenaturais que cercavam a maternidade, sem recursos mínimos de sobrevivência, os reclames profiláticos dos médicos passavam ao largo da vivência da maternidade no cotidiano popular.

No ano de 1939, sob o patrocínio de médicos e senhoras da elite, foi inaugurado um serviço de assistência pré-natal denominado "Pro-Matre da Bahia". Além dos altos índices de mortalidade infantil, preocupava aos médicos a mortalidade feminina que também era muito elevada em Salvador. Os levantamentos procedidos junto aos livros de enterramentos da Santa Casa de Misericórdia, do ano de 1920, demonstrou-nos que 42% das mulheres em idade adulta morriam entre os 13 e 36 anos (vide tabela 13 em anexo).

A causa dos óbitos nos permite vislumbrar o estado de saúde das mulheres baianas. Desnutridas, fisicamente debilitadas, portadora em quantidade considerável de doenças transmissíveis e congênitas, a gestação e o parto sinalizavam como um grande perigo à vida de muitas mulheres, que numa dimensão biológica reproduzia e intensificava os limites sociais da pobreza.

Tal realidade, ao estreitar os limites entre vida e morte, alimentava o lado mágico-religioso dos saberes populares que cercava a maternidade, constituindo-se em entraves aos laicos e abstratos conhecimentos médicos. Simpatias, benzeduras, devoção a santos e orixás governavam os destinos femininos e confortavam as mulheres.

Até a década de 1940, as parteiras, as comadres, as vizinhas, ainda eram as detentoras do saber hegemônico acerca do parto e da criação dos filhos. As parteiras, confiantes na credibilidade de que eram objeto, muitas vezes opunham-se frontalmente aos médicos, como a nossa conhecida Melânia, que afirmava ter horror dos “doutores” e dos remédios de farmácia que “estragam o estômago”. Melânia vai mais adiante na sua crítica aos médicos que “inventam coisas que ninguém viu: menino andar sem barrete, nem apertar barriga de mulher parida”. Sinhá Coló, extremamente confiante na sua sabedoria obstétrica dizia adorar discutir com os médicos para “medir ciência”. Belinha “acha que os médicos estão enchendo os matos de doenças” e aconselhava “cautela com os doutores”. Ernestina da Paixão Alves afirmou ter deixado “muito doutor (...) [de] cara mexendo pois entende mais do que eles”⁹⁴.

NOTAS

- ¹ Gilberto Freyre. *Casa grande & senzala: formação da família patriarcal brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, 1984, p. 421, *passim*.
- ² Emanuel Araújo. *O Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro, 1993, p. 257.
- ³ Emanuel Araújo. *Op. cit.* Pp. 257-270 e Pierre Verger. *Notícias da Bahia - 1850*. Salvador, 1981, pp. 65-72.
- ⁴ Elisabeth Badinter. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, 1985, p. 225.
- ⁵ Maria Luiza Marcilio foi pioneira no Brasil nos estudos de demografia histórica. Os resultados apresentados pela sua análise, no tocante à população de São Paulo, no período de 1750 a 1850, demonstraram que nas classes populares o número de filhos era bastante reduzido. Ver: *A Cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo, 1973, pp. 124-128. Na Salvador do século 19, "as famílias tinham em média 1,9 filhos". Kátia Mattoso. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro, 1992, p. 149.
- ⁶ Eni de Mesquita Samara. *As Mulheres, o poder e a família: São Paulo, Século XIX*. São Paulo, 1989, p. 132.
- ⁷ Thales de Azevedo. *As Elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo, s/d, p. 88.
- ⁸ Rachel Soibel. "É proibido não ser mãe. Opressão e moralidade da mulher pobre". In: Ronaldo Tinias (org.). *Histórias e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro, 1986, p. 196.
- ⁹ AMMS: Lauro Dantas da Hora. *Mortalidade infantil na Bahia (capital) 1904-1918*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1922. Salvador, 1922, pp. 16-17.
- ¹⁰ AMMS: Manoel Celso Tourinho. *Abortamento criminoso*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1907. Salvador, 1907, p. 41.
- ¹¹ Hildegardes Vianna. *As Aparadeiras e as sendelronas: seu folclore*. Salvador, 1988, p. 19.
- ¹² *Jornal A Tarde*, 20.12.1922.
- ¹³ AMMS: Manoel Celso Tourinho. *Op. cit.*, p. 45.
- ¹⁴ AMMS: Fernando Tude de Souza. *O Problema social do aborto*. Salvador, 1934, pp. 50 e 100.
- ¹⁵ *Dicionário Larousse Cultural*. São Paulo, 1988, pp. 06, 61, 160, 208, 420, 650, 726 e 812.
- ¹⁶ Mary Del Priore. *Do sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, 1993, p. 221.
- ¹⁷ Uma descrição do mecanismo da "Roda" encontra-se em: A.J.R. Russell-Wood. *Fididos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília, 1981, p. 233.
- ¹⁸ ASCMB: Antonio Joaquim Damásio. *Tombamento dos bens imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1862*. Salvador, 1862, p. 59.
- ¹⁹ Lana Lage da Gama Lima e Renato Pinto Venancio. "O Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro". In: Mary Del Priore (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo, 1991, p. 67.

-
- ²⁰ Miriam Lifshitz Moreira Leite. "O Óbvio e o contraditório da roda". In: Mary Del Priore (org.) *História da...*. São Paulo, 1991, p. 99.
- ²¹ ASCMB: Regulamento do Asylo dos Expostos de 1863. Salvador, 1874, p. 6
- ²² Antonio Joaquim Damásio. *Op. cit.* P. 61.
- ²³ ASCMB: Regulamento do Asylo dos Expostos de 1863. Salvador, 1874, p. 10 e 11.
- ²⁴ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1910. Matrícula nº 2224. (Livro nº ordem 1735/15).
- ²⁵ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1916. Matrícula nº 2655. (Livro nº ordem 1786/16).
- ²⁶ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1918. Matrícula nº 2655. (Livro nº ordem 1786/16).
- ²⁷ ASCMB: Regulamento do Asylo dos Expostos de 1914. Salvador, 1914, p. 15.
- ²⁸ Rosa Maria Barboza de Araujo. *A Vocaçào do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio de Janeiro, 1993, p. 161.
- ²⁹ Russel-Wood. *Op. cit.* P. 246.
- ³⁰ Hildergardes Vianna. *As Aparadeiras...*. Salvador, 1988, p. 17.
- ³¹ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1900. Matrícula nº 1791. (Livro nº ordem 1782/13)
- ³² ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1916. Matrícula nº 2538. (Livro nº ordem 1736/16).
- ³³ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1917. Matrícula nº 2620. (Livro nº ordem 1736/16).
- ³⁴ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1917. Matrícula nº 2664. (Livro nº ordem 1785/15).
- ³⁵ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1918. Matrícula nº 2691. (Livro nº ordem 1786/16).
- ³⁶ Miriam Lifshitz Moreira Leite. *Op. cit.* P. 108.
- ³⁷ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1900. Matrícula nº 1793. (Livro nº ordem 1793/13).
- ³⁸ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1900. Matrícula nº 1805. (Livro nº ordem 1783/13).
- ³⁹ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1905. Matrícula nº 1944. (Livro nº ordem 1783/13).
- ⁴⁰ Thales de Azevedo. *Povoamento da ...* Pp 203-204.
- ⁴¹ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1903. Matrícula nº 1895. (Livro nº ordem 1783/13).
- ⁴² ACPCOSJ: Livro de Registro de Entrada de Órfãos, 1900, nº registro 1217.
- ⁴³ Thales de Azevedo. *Povoamento da...* Pp. 203-204.
- ⁴⁴ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1906. Matrícula nº 1982. (Livro nº ordem 1783/13).
- ⁴⁵ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1911. Matrícula nº 2283. (Livro nº ordem 1785/15).
- ⁴⁶ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1911. Matrícula nº 2294. (Livro nº ordem 1785/15).
- ⁴⁷ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1908. Matrícula nº 2074. (Livro nº ordem 1714/14).

-
- ⁴⁸ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1909. Matrícula nº 2765. (Livro nº ordem 1786/16).
- ⁴⁹ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1909. Matrícula nº 2161. (Livro nº ordem 1714/14).
- ⁵⁰ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1903. Matrícula nº 1871. (Livro nº ordem 1783/13).
- ⁵¹ Sobre a devoção à Virgem Maria no período colonial, ver: Luiz Mott. **O Sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição**. Campinas, 1988, pp. 131-186 e Mary Del Priore. **An sul do corpo...** Pp. 105-117.
- ⁵² ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1917. Matrícula nº 2619. (Livro nº ordem 1786/16).
- ⁵³ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1920. Matrícula nº 2824. (Livro nº ordem 1787/17).
- ⁵⁴ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos.
- ⁵⁵ APEBa: Seção Judiciária. Processo-crime infanticídio. Maria Apolônia. 07.07.1925.
- ⁵⁶ *Jornal A Tarde*, 23.07.1925.
- ⁵⁷ *Jornal A Tarde*, 30.08.1916.
- ⁵⁸ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1904. Matrícula nº 1900. (Livro nº ordem 1783/13)
- ⁵⁹ Sobre a naturalidade como as mães pobres se responsabilizavam pela sobrevivência material dos filhos em Salvador, ver o depoimento do "Sr. Vivi" no trabalho de Tânia Pedrido. **La voix d'Itapuá: imagens du passé et vision du changement. Ethno texts d'un réseau de culture populaire a l'État de Bahia-Brazil**. Provença, 1993, pp. 367-368 (mimeo).
- ⁶⁰ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1911. Matrícula nº 2261. (Livro nº ordem 1785/15).
- ⁶¹ ASCMB: Livro de Registro de Entrada de Expostos, 1916. Matrícula nº 2511. (Livro nº ordem 1785/15).
- ⁶² IGHBa: **Os Serviços de hygiene infantil na Bahia em 1924**. Relatório apresentado pelo inspector Dr. Martagão Gesteira. Salvador, 1925, p. 32.
- ⁶³ Maria Lúcia de Barros Mott. "As Primeiras Escolas de Medicina no Brasil". In: *Jornal Leitura*. São Paulo, 09.08.1990, p. 08.
- ⁶⁴ IGHBa: **Os Serviços de hygiene infantil**... P. 31.
- ⁶⁵ *Jornal Diário de Noticias*, 09.04.1910.
- ⁶⁶ ACPCOSJ: **Breve história da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim**. Maio de 1979. (Publicação da Instituição).
- ⁶⁷ Sobre as "famílias envergonhadas", ver: Elisabete Silva Passos **O Feminismo de Henriqueta Martins Catharino** Salvador, 1992, p. 17. O costume de muitas famílias "legalmente constituídas" abandonar crianças também é anotado por Mattoso: **A Bahia, século XIX**. P. 158.
- ⁶⁸ Maria Lúcia de Barros Mott. "As Primeiras Escolas de Medicina no Brasil". In: *Jornal Leitura*. São Paulo, 09.08.1990.
- ⁶⁹ APUD Maria Lúcia de Barros Mott. *Op. cit.*
- ⁷⁰ *Ibidem*.

- ⁷¹ Mary Del Priore. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, 1993, p. 209.
- ⁷² *Ibidem*, p. 216.
- ⁷³ *Ibidem*, p. 219.
- ⁷⁴ Ver Hildegardes Vianna. *As Aparadeiras e as sandeiromas: seu folclore*. Salvador, 1988. Sobre Ernestina da Paixão Gomes especialmente p. 14.
- ⁷⁵ ASCMB. Livro de Entrada de Expostos de 1906. Registro 1984. (Livro/nº ordem 1783/13). Sobre a vergonha de parir no hospital
- ⁷⁶ AMMS. Hildebrando de Freitas Jatobá. *Contribuição ao estudo da mortalidade infantil na Bahia*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1907 (107-A), p. 18.
- ⁷⁷ AMMS. Antonio Moreira Reis. *Aleitamento artificial*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1902 (102-C), p. 78.
- ⁷⁸ AMMS. Antonio Fernandes de C. Braga. *Higiene alimentar da 1ª infância*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1906 (106-D), p. 17.
- ⁷⁹ Hildegardes Vianna. *As Aparadeiras...*, p. 29. Sobre a incidência do tétano umbilical ver IGHBa. *Os Serviços de higiene infantil na Bahia em 1924*. Relatório apresentado pelo inspetor Dr. Martagão Gesteira. Salvador, 1925, p. 11.
- ⁸⁰ Hildegardes Vianna. *Op. cit.* P. 29.
- ⁸¹ *Ibidem*, p. 30.
- ⁸² AMMS. Joaquim Augusto Tanajura. *Letalidade infantil e suas causas*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1900 (238), p. 79.
- ⁸³ AMMS. Luiz Oliveira Alcmeida. *Higiene dos pobres*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1908 (108-C), p. 38.
- ⁸⁴ AMMS. Hildebrando de Freitas Jatobá. *Contribuição ao estudo da mortalidade infantil na Bahia*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1907 (107-A), p. 11.
- ⁸⁵ *Ibidem*, p. 21.
- ⁸⁶ AMMS. Lauro Dantas da Hora. *Mortalidade infantil na Bahia (capital) / 1904-1918*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1922 (202-A), p. 17-18.
- ⁸⁷ IGBa. *Os Serviços de higiene infantil na Bahia em 1924*. Relatório apresentado pelo inspetor Dr. Martagão Gesteira. Salvador, 1925, p. 77.
- ⁸⁸ *Ibidem*, p. 07.
- ⁸⁹ *Ibidem*, p. 20.
- ⁹⁰ *Ibidem*, p. 08.
- ⁹¹ APUD Pierre Verger. *Notícias sobre a Bahia - 1850*. Salvador, 1981, p. 69.
- ⁹² AMMS. Joaquim Augusto Tanajura. *Letalidade infantil e suas causas*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina e de Pharmacia da Bahia em 1900 (238), p. 65.
- ⁹³ Entrevista com D. Leonor Santos dos Prazeres.
- ⁹⁴ Hildegardes Vianna. *As Aparadeiras...*. Pp. 11-12.

CONCLUSÃO

Recentemente, a folclorista Hildegardes Vianna lançou um livro com o título **Antigamente era assim**. As crônicas de costumes que compõem o livro são rápidas e falam de um tempo de vizinhos, compadres, trabalhadores domésticos, festas, comidas populares e, essencialmente, da vida doméstica. Segundo a autora, este tempo do antigamente só vem a sofrer alterações significativas em Salvador a partir da Segunda Guerra Mundial.

Ao fim das nossas pesquisas somos levados a concordar com Vianna. Os ímpetus da modernização republicana não veio alterar substancialmente a vida da população baiana. Certamente que o regime republicano, a abolição da escravatura, trouxeram novos elementos para a vida da cidade. Contudo, tais questões não tiveram a capacidade de dissolver padrões de sociabilidades fortemente arraigados, que faziam dos médicos e bacharéis de Direito, já sintonizados com as novas idéias de civilização e progresso republicanos, “sinhozinhos” dentro dos seus lares.

Os empregados domésticos ainda eram “amos” e seus patrões “brancos” e “sinhôs”. As procissões religiosas (em profusão) ainda competiam com as festas cívicas e o bonde, o cinema, a iluminação elétrica ainda eram elementos excepcionais, numa sociedade assentada sobre a família, onde a solidariedade dos seus membros uniam gerações e gerações morando numa mesma residência ou partilhando de um contato extremamente íntimo e cotidiano.

Às bordas das poucas brancas e ricas famílias baianas, toda uma rede de compadrio e proteção dava à cidade um tom essencialmente patriarcal, fazendo de Salvador uma cidade mais próxima da sociedade colonial do que dos modernos centros urbanos industriais.

Neste mundo as mulheres ainda tinham o papel de manterem a honra e a coesão do grupo familiar, apesar de que tais responsabilidades serviam a objetivos masculinos. Por mais que a sociedade baiana fosse feminina em sua expressão – fenômeno que revela a importância das mulheres em seu contexto –, ela não deixou de ser masculina em seus propósitos.

A autonomia espacial ou mesmo uma gerência mais autônoma da vida pessoal das mulheres pobres não lhes garantiram uma maior simetria nas relações de gênero. Aliás, não foi pela liberdade e igualdade com os homens que lutaram as mulheres baianas que observamos ao longo deste trabalho, mas pelo respeito às formas tradicionais de contato entre os gêneros. Tal fenômeno garantiu aos homens do povo uma impunidade festejada sob o rótulo da cultuada virilidade e um descompromisso largamente difundido das suas obrigações conjugais e paternas.

As famílias matrifocais baianas sempre choraram a falta dos seus pais. E paradoxalmente, ensinaram aos seus filhos a também fugirem. Salvador, na prática, era uma cidade de mulheres, apesar destas não reconhecerem e constantemente esperarem um salvador.

ANEXOS

PROCESSOS-CRIME DEFLORAMENTO / 1900-1926

VÍTIMAS DE DEFLORAMENTO SEGUNDO A IDADE

IDADE (ANOS)	Nº	%
14	5	5,62
15	12	13,48
16	22	24,72
17	14	15,73
18	11	12,36
19	16	17,98
20	7	7,87
21	2	2,25
TOTAL	89	100,00

FONTE: Processos-crime APEBa

ACUSADOS DE DEFLORAMENTO SEGUNDO A IDADE

IDADE (ANOS)	Nº	%
14-18	9	10,11
19-23	37	41,57
24-28	21	23,60
29-33	5	5,62
34 +	7	7,87
IGN.	10	11,24
TOTAL	89	100,00

FONTE: Processos-crime APEBa

PROCESSOS-CRIME DEFLORAMENTO / 1900-1926

VÍTIMAS DE DEFLORAMENTO SEGUNDO O LOCAL DO CRIME

LOCAL	Nº	%
Casa dela	27	30,34
Casa dele	20	22,47
Rua	14	15,73
Outros	16	17,98
Mato	4	4,49
Pensão	2	2,25
IGN.	6	6,74
TOTAL	89	100,00

FONTE: Processos-crime APEBa

TABELA SEGUNDO O TEMPO DE NAMORO

TEMPO	Nº	%
1-10 meses	9	18,70
6-11 meses	14	30,00
1 ano - 1 ano e 11 meses	14	30,00
2 anos +	10	21,30
TOTAL	47	100,00

FONTE: Processos-crime APEBa

PROCESSOS-CRIME DEFLORAMENTO / 1900-1926

VÍTIMAS DE DEFLORAMENTO SEGUNDO GRAVIDEZ

GRAVIDEZ	Nº	%
Sim	20	22,47
Não	69	77,53
TOTAL	89	100,00

FONTE: Processos-crime APEBa

VÍTIMAS DE DEFLORAMENTO SEGUNDO RESULTADO DO EXAME MÉDICO

EXAME MEDICO	Nº	%
D. Antigo	18	20,22
D. Recente	8	8,99
Deflorada	57	64,04
N. Conf. Deflorada	3	3,37
Não Deflorada	2	2,25
Negou fazer	1	1,12
TOTAL	89	100,00

FONTE: Processos-crime APEBa

PROCESSOS-CRIME DEFLORAMENTO / 1900-1926

ACUSADOS DE DEFLORAMENTO SEGUNDO O ESTADO CIVIL

ESTADO CIVIL	Nº	%
Casado	6	6,74
Solteiro	69	77,53
Viúvo	2	2,25
IGN.	12	13,48
TOTAL	89	100,00

FONTE: Processos-crime APEBa

TESTEMUNHOS DE DEFLORAMENTO SEGUNDO A IDADE

IDADE (ANOS)	Nº	%
15-24	148	29,25
25-34	168	33,20
35-44	118	23,32
45-54	43	8,50
55-64	17	3,36
65-74	5	0,99
75-85	1	0,20
IGN.	6	1,19
TOTAL	506	100,00

FONTE: Processos-crime APEBa

CRIANÇAS ENJEITADAS RODA DE EXPOSTOS / 1900-1926

EXPOSTOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SEGUNDO A COR DA PELE / 1900-1926

COR	EXPOSTOS	
	Nº	%
Pardo	1329	68,86
Negro	380	19,69
Branco	209	10,83
IGN.	12	0,62
TOTAL	1930	100,00

FONTE: Santa Casa de Misericórdia

MORTALIDADE PROPORCIONAL DOS EXPOSTOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SEGUNDO A IDADE / 1900-1926

IDADE	EXPOSTOS	
	Nº	%
0-1 mês	117	7,54
1 mês e 1 dia - 3 meses	546	35,20
3 meses e 1 dia - 5 meses	251	16,18
5 meses e 1 dia - 7 meses	143	9,22
7 meses e 1 dia - 9 meses	100	6,45
9 meses e 1 dia - 1 ano	101	6,51
1 ano - 2 anos	169	10,90
2 anos +	96	6,19
IGN.	28	1,81
TOTAL	1930	100,00

FONTE: Santa Casa de Misericórdia

CRIANÇAS ENJEITADAS RODA DE EXPOSTOS / 1900-1926

NÚMERO E PERCENTUAL DE EXPOSTOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SEGUNDO O MOTIVO DA SAÍDA / 1900-1926

MOTIVO DA SAÍDA	EXPOSTOS	
	Nº	%
Serviço doméstico	115	5,96
Requerido p/ mãe	159	8,24
Requerido p/ pai	29	1,50
Requerido p/ outro parente	20	1,04
P/ pessoa não parente	8	0,41
Para outra instituição	16	0,83
Para casar	5	0,26
Para adoção	7	0,36
P/ serviço religioso	1	0,05
Ignorado	19	0,98
Óbito	1551	80,36
TOTAL	1930	100,00

FONTE: Santa Casa de Misericórdia

INTERNOS NA CASA PIA E COLÉGIO DE ÓRFÃOS DE SÃO JOAQUIM

NÚMERO E PERCENTUAL DE CRIANÇAS INTERNAS NA CASA PIA E COLÉGIO ÓRFÃOS DE SÃO JOAQUIM POR REQUERENTE DE ENTRADA E SAÍDA NO COLÉGIO / 1900-1910

ENTRADA			REQUERENTE DE SAÍDA															
REQUERENTE	Nº	%	FALECEU	%	FAMÍLIA	%	MÃE	%	PROTECTOR	%	PADRINHO	%	OUTRO	%	PAI	%	IGN.	%
Pai da família	39	27,46	4	10,26	16	41,03	2	5,13	6	15,38	3	7,69	3	7,69	-	-	5	12,82
Padrinho	7	4,93	1	14,29	-	-	-	-	1	14,29	5	71,43	-	-	-	-	-	-
Mãe	78	54,93	2	2,56	8	10,26	49	62,83	8	10,26	2	2,56	3	3,85	-	-	6	7,69
Pai	2	1,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100,00	-	-
Protetor	5	3,52	-	-	-	-	1	20,00	4	80,00	-	-	-	-	-	-	-	-
IGN.	11	7,75	-	-	4	36,36	1	9,09	1	9,09	3	27,27	2	18,18	-	-	-	-
TOTAL	142	100,00	7	4,93	28	19,72	53	37,32	20	14,08	13	9,15	8	5,63	2	1,41	11	7,75

Fonte: Livro de Registro - Casa Pia e Colegio dos Orfãos de São Joaquim

**INTERNOS NA CASA PIA E COLÉGIO DE ÓRFÃOS
DE SÃO JOAQUIM**

**TABELA SEGUNDO REQUERENTE DE ENTRADA DOS MENORES NA CASA PIA
E NO COLÉGIO DE ÓRFÃOS DE SÃO JOAQUIM**

DENOMINAÇÃO	Nº	%
Abandonado	1	0,70
Mãe casada	2	1,41
Ignorado	28	19,72
Mãe viúva/est. civil ign.	36	25,35
Órfão	31	21,83
Mãe viúva	40	28,17
Pai viúvo	1	0,70
Mãe solteira	3	2,11
TOTAL	142	100,00

FONTE: Livro de Registro Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim

**NÚMERO E PERCENTUAL DE CRIANÇAS POR COR
CASA PIA E COLÉGIO DE ÓRFÃOS DE SÃO JOAQUIM
PERÍODO DE ENTRADA 1890-1902**

COR	Nº	%
Branca	64	45,07
Mestiça	71	50,00
Preta	1	0,70
IGN.	6	4,23
TOTAL	142	100,00

FONTE: Livro de Registro Colégio de Órfãos de São Joaquim

**INTERNOS NA CASA PIA E COLÉGIO DE ÓRFÃOS DE SÃO
JOAQUIM**

**NÚMERO DE CRIANÇAS INTERNAS NA CASA PIA E COLÉGIO SÃO JOAQUIM
POR IDADE QUE ENTRARAM NA INSTITUIÇÃO
SALVADOR 1900-1910**

IDADE	Nº	%
- 7	4	2,82
7	14	9,86
8	35	24,65
9	63	44,37
10	15	10,56
10 +	5	3,52
IGN.	6	4,23
TOTAL	142	100,00

FONTE: Livro de Registro Colégio de Órfãos de São Joaquim

**NÚMERO DE CRIANÇAS INTERNAS NA CASA PIA E NO COLÉGIO DE ÓRFÃOS
DE SÃO JOAQUIM POR IDADE QUE SAÍRAM DA INSTITUIÇÃO
SALVADOR 1903 - 1918**

IDADE	Nº	%
- 10	6	4,23
10-12	8	5,63
12-14	8	5,63
14-16	35	24,65
16-18	54	38,03
18-20	16	11,27
IGN.	15	10,56
TOTAL	142	100,00

FONTE: Livro de Registro Colégio de Órfãos de São Joaquim

MORTALIDADE FEMININA EM SALVADOR

MORTALIDADE SEGUNDO A CAUSA E A IDADE / 1920 ENTERRAMENTOS NO CAMPO SANTO

CAUSAS	IDADES							TOTAL
	13-18	19-24	25-30	31-36	37-42	43-47	48 +	
DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITOLÓGICAS	8	13	6	5	9	3	38	82
NEOPLASMA	-	4	-	1	2	6	-	13
DOENÇA GLAND. ENDOC. DESNUT.	-	-	-	1	2	-	1	4
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO								
DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO	8	39	36	26	25	8	22	164
COMPLICAÇÕES DA GRAVIDEZ	-	-	3	1	1	-	-	5
DOENÇAS DO SISTEMA NERVOSO	-	1	1	2	3	1	62	70
AFECÇÕES MAL DEFINIDAS	6	7	11	7	8	9	40	88
DOENÇAS IGNORADAS	1	-	1	1	-	-	1	4
TOTAL	24	67	60	46	53	33	100	463

INTERNOS NA CASA PIA E COLÉGIO DE ÓRFÃOS DE SÃO JOAQUIM

NÚMERO E PERCENTUAL DE CRIANÇAS INTERNAS NA CASA PIA E COLÉGIO SÃO JOAQUIM POR REQUERENTE DE SAÍDA E MOTIVO DE SAÍDA NO COLÉGIO / 1900-1910

SAÍDA			MOTIVO DA SAÍDA											
REQUERENTE	Nº	%	S. EDEC.	%	IGN.	%	TRABALHAR	%	DOENTE	%	M. FORA	%	FALECEU	%
Faleceu	7	4,93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	100,00
P/ família	28	19,72	2	7,14	5	17,86	21	75,00	-	-	-	-	-	-
Ignorado	11	7,75	-	-	11	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Padrinhos	13	9,15	3	23,08	2	15,38	8	61,54	-	-	-	-	-	-
Mãe	53	37,32	11	20,75	5	9,43	35	66,04	1	1,89	1	1,89	-	-
Pai	2	1,41	-	-	-	-	2	100,00	-	-	-	-	-	-
Protetor	20	14,08	-	-	1	5,00	19	95,00	-	-	-	-	-	-
Outras	8	5,63	-	-	3	37,50	5	62,50	-	-	-	-	-	-
TOTAL	142	100,00	16	11,27	27	19,01	90	63,38	1	0,70	1	0,70	7	4,93

FONTE: Livro de Registro - Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES

ACPCOSJ

Processos de Registros de Entrada de óbitos de nº 1.197 a 1.340 (1900-1910).

AHPMS

Livro da Inspeção Municipal de 1913.

Livro de Atas do Conselho Municipal de 1912, 1914 e 1916.

Livro de Entrada de Gêneros para Análise da Directoria de Hygiene Municipal do ano de 1913.

Livro de Posturas Municipal de 1904, 1912 e 1920.

Relatório da Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador. Balanço da Receita e

Despesa do Município da Capital da Bahia de 01 a 23 de janeiro de 1901 (Prorrogação do Orçamento de 1900).

AMMS

Adeodato, João Filho. Parto em domicílio: aspectos clínicos e sociais. Tese para concurso para professor catedrático de Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia. Salvador, UFBa, 1949.

Almeida, Luiz de Oliveira. Hygiene dos partos. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1908. Doc. 108-C.

Borges, Francisco Xavier. Prophylaxia da syphilis, da tuberculose, do alcoolismo. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1907. Doc. 107-A.

Braga, Antônio Fernandes de C. Hygiene alimentar da primeira infância. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1903. Doc. 103-F.

Cerqueira, Mário Cardoso. Prophylaxia alimentar da primeira infância. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1903. Doc. 103-F.

Gonçalves, Antônio Rodrigues. Menores delinquentes. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1909. Doc. 102-O.

Hora, Lauro Dantas da. Mortalidade infantil na Bahia (capital) 1904-1918. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1922. Doc. 202-A.

Jatobá, Hildebrando de Freitas. **Contribuição ao estudo da mortalidade infantil na Bahia**. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1907. Doc. 107-A.

Medeiros, Alfredo Cordeiro Fonseca de. **Do infanticídio**. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1903. Doc. 103-L.

Reis, Antonio Moreira. **Aleitamento artificial**. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina em 1902. Doc. 238-A.

Silva, Octavio Torres da. **A Cidade de Salvador perante a hygiene**. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1908. Doc. 108-I.

Souza, Fernando Tude de. **O Problema social do aborto**. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1934, s/c.

Tanajura, Joaquim Augusto. **Letalidade infantil e suas causas**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina a Bahia em 1900. Doc. 238.

Tourinho, Manoel Celso. **Abortamento criminoso**. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1907. Doc. 107-A.

Vidal, Fulgêncio Martins. **Aleitamento artificial**. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1902. Doc. 102-A.

ASCMB

Livro de Enterramentos do Cemitério do Campo Santo, nº 1331 (1920).

Livro de Entrada de Expostos no Asilo de Enjeitados, nº 1782/13, 1783/13, 1784/14, 1785/15, 1786/16, 1720/20, 1789/19, 1788/18, 1787/17.

Regulamento do Asylo de Expostos de 1863.

Regulamento do Asylo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de 1914.

IBGE

Censo Demográfico do Estado do Brasil de 1920 (Tomo 02, vol. 04, 4ª apre).

Censo Demográfico do Estado do Brasil de 1940 (Tomo 01, parte XII, série regional).

Sinopse Estatística do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação IBGE (Vol. 02).

IFBa

Dossiê Amélia Rodrigues

IGHBa

Coleção de Fotografias sobre a Primeira República.

Jornal A Tarde.

Jornal Diário de Notícias.

Jornal Era Nova

Mensagens do Governo (1890-1940)

Murillo. O Tráfico de escravas brancas (anônimo).

Relatório apresentado pelo Dr. Estácio de Lima, Diretor do Serviço Médico-Legal. Secretaria de Polícia. Relatório de 1928.

Relatório de Polícia de 1917 - Almanack Polícia, Ano 1, 1919.

Saneamento da Bahia - Cidade do Salvador, 1926. Relatório de Projetos. Apresentado por F. Saturnino Rodrigues de Brito (1-19-3-3N2).

APEBa

Seção de documentos republicanos. Correspondência do Gabinete da Secretaria de Polícia (Cx. 07. Doc. 1938/1947)

Seção Judiciária: Processos-crimes de defloramento:

Manoel Augusto Gomes da Silva, 11.08.1902 (Est.08/Cx.03)

Venâncio Xavier da Costa em 08.06.1903 (Est.08/Cx.03)

Alberto Pedro de Souza, 17.06.1903 (S/classificação)

Álvaro Álvares Fernandes, 23.10.1905 (S/classificação)

Gaudêncio Calixto da França, 08.02.1907 (Est.08/Cx.05)

Fernando Cavalcante Gouveia, 22.05.1907 (Est.08/Cx.05)

Hermenegildo dos Santos Marques, 23.04.1911 (S/classificação)

Diocleciano G. Barreto Pedra, 30.08.1910 (S/classificação)

Álvaro Arthur Quadros de Carvalho, 02.03.1911 (S/classificação)

Augusto Cyriaco dos Santos, 20.08.1911 (S/classificação)

Manoel Júlio da Silva, 26.06.1913 (Sec. Judiciária, doc.22)

José Câmara Leite, 24.10.1916 (S/classificação)

Libânio de Barros Lobo, 23.10.1919 (S/classificação)

Ignácio de Freitas Azevedo, 07.10.1919 (S/classificação)

Ostrogildo Caraiuna, 13.02.1919 (S/classificação)

Francisco Borges de Lima, 26.11.1920 (S/classificação)

Louival da Silva Correia, 27.01.1920 (S/classificação)

João Batista de Lima, 28.07.1920 (S/classificação)

Maximiniano Marques Sardinha, 22.02.1920 (S/classificação)

José Lemos dos Santos, 15.11.1920 (S/classificação)

Sócrates Marback de Oliveira, 31.05.1920 (S/classificação)

Fruutuoso de Souza Brito, 12.10.1920 (Est.08/Cx.35)

João Tertuliano Pio, 30.06.1921 (S/classificação)

Francisco Nery da Silva, 1306.1921 (S/classificação)

João Oliveira dos Santos, 04.05.1921 (S/classificação)

Guarino U. de Oliveira Santos, 17.11.1921 (S/classificação)

José Olympio da Hora, 04.12.1921 (S/classificação)

Rodolfo Dantas Cime, 03.06.1921 (S/classificação)
Antônio Alves dos Santos, 06.02.1922 (S/classificação)
Manoel Gonçalves dos Santos, 16.09.1921 (S/classificação)
Antônio Guilherme de Souza, 12.09.1922 (S/classificação)
Manoel Soares de Souza, 01.08.1922 (S/classificação)
José Vicente, 16.08.1922 (S/classificação)
Antônio Marcelino, 28.10.1922 (S/classificação)
Antônio Gomes de Freitas, 13.10.1922 (S/classificação)
Manoel Alves de Carvalho, 26.05.1922 (S/classificação)
Anibal de Almeida Costa, 06.02.1923 (Est.08/Cx.37)
Sabino Paulo Dias, 17.07.1923 (S/classificação)
Cosme Protário de Sant'Anna, 10.11.1922 (S/classificação)
Antônio Félix Bispo, 20.03.1923 (Est.08/Cx.36)
Heráclio dos Santos, 27.04.1923 (Est.08/Cx.36)
Horácio Jerônimo de Sant'Anna, 08.06.1923 (S/classificação)
Durval Ferreira Drunham, 29.03.1922 (S/classificação)
Salvador Correia da Silva, 19.09.1923 (S/classificação)
Abílio Januário dos Santos, 27.09.1922 (S/classificação)
Raymundo da Costa Lage, 17.08.1923 (S/classificação)
Antônio Theotônio de Carvalho, 28.10.1923 (S/classificação)
Manoel dos Anjos Gomes, 09.05.1923 (S/classificação)
Pedro Batista Viana, 18.07.1923 (S/classificação)
Edgard dos Santos, 06.12.1922 (S/classificação)
Anibal Ferreira Tito, 14.06.1923 (S/classificação)
Manoel Ribeiro, 17.09.1924 (S/classificação)
Claudionor José Pereira, 10.07.1924 (S/classificação)
Tertuliano E. dos Santos, 14.10.1924 (S/classificação)
Hildegardo Celestino da Silva, 22.07.1924 (S/classificação)
Félix Pereira de Andrade, 03.09.1924 (S/classificação)
Coutinho Gouveia, 01.06.1923 (S/classificação)
Antônio Moniz Gomes, 04.09.1924 (S/classificação)
Manoel Lopes, 12.01.1924 (S/classificação)
Zacharias Aurelino Ferreira, 06.10.1924 (S/classificação)
Aniceto Jorge y Jorge, 04.12.1924 (Est.08/Cx.44)
Cassiano Rocha, 07.03.1925 (S/classificação)
Romeu Mercolino da Silva, 10.08.1925 (S/classificação)
Antenor Garcia, 10.02.1925 (S/classificação)
Genésio Batista de Souza, 18.11.1924 (S/classificação)
Pedro de Souza Praia, 08.05.1925 (S/classificação)
Mário Vasconcelos Rocha, 02.09.1924 (S/classificação)
Antônio dos Santos Araújo, 13.04.1925 (S/classificação)
Feliciano Manoel dos Santos, 01.02.1925 (Est.07/Cx.60)
Demétrio Félix Correia, 02.04.1925 (S/classificação)
Diogo Araújo de Sant'Anna, 26.08.1925 (S/classificação)
Luiz Rocha, 21.04.1925 (S/classificação)
Francisco Santiago Pereira, 07.07.1925 (Est.14/Cx.60)
Manoel Sabino da Silva, 30.12.1925 (S/classificação)
Raymundo Telles, 03.11.1925 (S/classificação)
Alfredo Isaias Brandão, 21.07.1925 (S/classificação)
José Calasans da Silva, 31.10.1924 (S/classificação)
Manoel Martins de Oliveira, 14.05.1925 (S/classificação)
Manoel Sabino da Silva, 20.07.1925 (S/classificação)
Isaac Martins dos Santos, 05.05.1925 (S/classificação)
Evaristo Pereira de Souza, 24.08.1925 (S/classificação)

Paulo Moreira da Silva, 27.11.1925 (S/classificação)
Pedro Braga dos Santos, 18.06.1926 (S/classificação)
Pascassio Fernando de Souza, 10.08.1926 (S/classificação)
Petronilio Aloysio de Lima, 10.10.1926 (S/classificação)
Fernando Diogo Leite, 01.06.1926 (S/classificação)
Pedro Manoel do Espírito Santo, 21.05.1926 (S/classificação)
José Barbosa dos Santos, 19.06.1926 (S/classificação)
Elysiário de Aquino Figueredo, 16.04.1926 (S/classificação)

Processos-crime de Infanticídio:

Maria Apolônia, 07.07.1925 (S/classificação)
Maria Brazilina da Silva, 07.07.1913

Processos-crime Lenocínio:

Maurício Gotfried, 08.06.1936 (S/classificação)

ACERVOS PARTICULARES

Caderno de Confidências de Emília Ferreira de Souza de 1936 (manuscrito)

Coleção de Fotos e Postais do "Tempostal"

ENTREVISTAS

Alice Dias de Abreu em 05.06.1992

Hildegardes Vianna em 05.06.1993

Idalina Maria dos Santos em 04.12.1992

José Carlos Lisboa em 10.09.1993

Leonor Santos dos Prazeres em 15.03.1993

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Amélia Ferreira da. *Feminismo na Bahia - 1930/1950*. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Sociais da UFBA. Salvador, 1986. (mimeo).
- AMADO, Jorge. *Capitães de areia*. 42ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1976.
- _____. *Dona Flor e seus dois maridos*. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- _____. *Gabriela cravo e canela*. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- _____. *O País do carnaval*. 31ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- _____. *Os Pastores da noite*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1977.
- _____. *Tereza Baptista cansada de guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos vícios. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ARAÚJO, Rosa Maria B. de. *A Vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. *A Alfândega e o mercado: memória e restauração*. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1985.
- AZEVEDO, Thales. *As Elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo: Brasiliense, s/d. (Col. Brasiliense, vol. 282).
- _____. *As Regras do namoro à antiga: aproximações sócio-culturais*. São Paulo: Ática, 1986 (Col. Ensaios, nº 118).
- _____. *Planejamento da Cidade de Salvador*. Salvador: Itapua, 1969 (Coleção Baiana).
- _____. "Classes sociais e grupos de prestígio". In: *Ensaios de antropologia social*. Salvador: Livraria Progresso/UFBA, s/d.
- BACELAR, Jeferson Afonso. *A Família da prostituta*. São Paulo: Ática; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982 (Ensaios: 87).
- BADINTHER, Elizabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BELLINI, Lígia. "Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria". In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BORGES, Edward Dain. *The Family in Bahia, Brasil 1870-1945*. Michigan: University.
- CÂNDIDO, Antônio. "The Brazilian family". In: T. Lynn Smith. *Brazil portrait of half a continent*. New York: Marchand General, 1951.

- CARVALHO, José Murillo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CORRÊA, Mariza. "Antropologia e medicina legal: variações em torno de um mito". In: EULÁLIO, Alexandre et alii. *Caminhos cruzados: linguagem antropologia e ciências sociais*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COSTA, Jurandir Freyre. *Ordem médica e norma familiar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- DA MATTA, Roberto. *Carnaval, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: EDNUB, 1993.
- DIAS, Maria Odila L. S. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DICIONÁRIO Larrousse Cultural. São Paulo: Ed. Universo, 1988.
- ENGEL, Magali. "O Médico, a prostituta e os significados do corpo doente". In: VAIMFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *Meretrizes e doutoras: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ESTEVES, Marta de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo 1880/1924*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- FRY, Peter et alii. "Negros e brancos no carnaval da velha república". In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of cultures: selected essays*. New York: Basic Book, 1973.
- GOODE, William J. *Revolução mundial e padrões de família*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *A Grande Salvador (posse e uso da terra)*. Salvador: Governo do Estado/Fundação Cultural, 1978.
- GRAHAM, Sandra Landerlade. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860/1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- HUTCHINSON, Carmelita Junqueira Ayres. "Notas preliminares ao estudo da família no Brasil". In: *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*. Salvador: UFBA, 1957.
- INTERRANTE, Joseph and LASSER, Carol. "Victims of the very songs they sing: a critique of recent work on patriarchal culture and the social construction of gender". In: *Radical history review*. Sexuality in history. New York, Marbo, 1979 (nº 20).
- IRAJÁ, Herani de. *Confissões de um conquistador de criadas*. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- JEFFREY, D. Needell. *Belle époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- LANDES, Ruth. *A Cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 (Col. Retratos do Brasil, vol. 61).
- LIMA, Lana Lage da Gama e VENÂNCIO, Renato Pinto. "O Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro". In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991 (Col. Caminhos da História).
- MACHADO, Roberto et alli. *A Danção da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Cidade de São Paulo - povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo. Pioneira/Ed. USP, 1973.
- MARCUS, Steven. *The Other victorians (a study of sexuality and pornography in mid-nineteenth century England)*. New York: Basic Books, 1966.
- MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. "A Propósito de cartas de alforria - Bahia, 1779-1850". In: *Anais de História Assis (SP)*, nº 04.
- _____. *Bahia século XIX. Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MORALES, Anamaria. "O Afomé Filhos de Gandhi pede paz". In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MORIN, Edgard. *As Estrelas: mito e sedução no cinema*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- MOTT, Luis R. B. "Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil". In: *Revista de História São Paulo* (53), 1976
- _____. *O Sexo proibido: escravos, gays e virgens nas garras da inquisição*. Campinas, SP: Papius, 1988.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. "As Primeiras escolas de medicina no Brasil". In: *Jornal Leitura São Paulo*, 09.08.1988.
- NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: FCEBa/EGBa, 1986.

- NEDER, G. e NERO, N. P. "A Instituição policial na cidade do Rio de Janeiro e a construção da ordem burguesa no Brasil". In: *A Polícia na Corte e no Distrito Federal (1831-1930)*. Série Estudos PUC.
- NUNES, Sílvia Alvim Alexim. "A Medicina social e a questão feminina". In: *PHYSIS - Revista de saúde coletiva*. Rio de Janeiro, vol. 1, 1991.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O Liberto: o seu mundo e os outros. Salvador-Bahia 1779-1845*. São Paulo: Corrupio; Brasília, DF: CNPq, 1989 (Col. Baianada, vol. 7).
- OLSZEWSKI, Sofia Filha. *A Fotografia e o negro na cidade do Salvador (1840-1914)*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da UFBA. Salvador, 1985.
- PASSOS, Elizete Silva. *Mulheres moralmente fortes*. Salvador: Gráfica Santana, 1993.
- _____. *O Feminismo de Henriqueta Marthins Catharino*. Salvador: Edição do autor, 1992.
- PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Rio de Janeiro: MEC/Conselho Federal de Cultura, 1980.
- PENIDO MONTEIRO, Tânia. *La Voix d'Itapuã. Images du passé et vision du changement. Etnotexts d'un réseau de culture populaire à l'état de Bahia - Brésil*. Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Provence, França, 1993 (mimeo).
- PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Bahia: Edições Macunaíama, 1974
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PIERSON, Donald. *Branco e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. 2ª ed, São Paulo: Nacional, 1971.
- PINHO, Wanderley. *Salões e damas do segundo reinado*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.
- QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora*. Salvador: Progresso, s/d. (Col. Estudos Brasileiros).
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Col. Estudos Brasileiros; vol. 90).
- _____. *Os Prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RISERIO, Antônio. "Bahia com H". In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Universidade de Brasília, 1988. (Col. Temas Brasileiros, vol. 40).
- ROMEIRO, João Marcondes de Moura. *Dicionário de Direito Penal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. (Col. Temas Brasileiros, 20).

- SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero/ Secretaria de Educação e Cultura de São Paulo, 1989.
- SAMPAIO, José Luis Pamponet. *Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira*. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Humanas da UFBA. Salvador, 1975 (mimeo).
- SANTOS, Mário Augusto Silva. *Sobrevivência e tensões sociais*. Salvador (1890-1930). Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.
- SARDENBERG, Cecília M. B. e COSTA, Ana Alice A. "Feminismos, feministas e movimentos sociais". In: BRANDÃO, Maria Luíza Ribeiro. *Mulher e Relações de Gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da vacina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SHORTER, Edward. *The Making of the modern family*. London: Collins, 1976.
- SILVEIRA, Renato. "Pragmatismo e milagres de fé no extremo oriente". In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SLOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual: sexo e cultura no fim de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SOARES, Luiz Carlos. "Da Necessidade do bordel higienizado: tentativas de controle da prostituição carioca no século XIX". In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- SOHIET, Rachel. *Vivências e formas de violência: mulheres de classe subalterna no Rio de Janeiro (1890-1920)*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1986.
- _____. "É proibido não ser mãe. Opressão e moralidade da mulher pobre". In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- STONE, Lawrence. *The Family, sex and marriage in Englan/1500-1800*. London: Pinguin, 1979.
- SWARTZ, Stuart B. "A Manumissão dos escravos no Brasil colonial. Bahia, 1684-1745". *Anais de história*. Assis (SP), nº 06).
- THOMPSON, E.P. *A Miséria da teoria ou o planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Louis Althusser*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia - 1850*. Salvador: Corrupio/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1981.
- VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador: Publicações do Museu do Estado da Bahia, nº 10, 1950.

VIANNA, Hildegardes. **Antigamente era assim**. Rio de Janeiro: Record; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994.

_____. **A Bahia já foi assim; crônicas de costume**. Salvador: Itapuã, 1973.

_____. **As Aparadeciras e as sandeironas: seu folclore**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1988.

_____. **Breve notícia sobre acontecimentos na Bahia no início do século XX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1983.

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969. (Col Baiana, vol. 01).

VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José. **Os Delictos contra a honra da mulher**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos e CIA, 1936.

WETHERELL, James. **Brasil: apontamentos sobre a Bahia, 1842-1857**. Salvador: Artes Gráficas, s/d.